

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

THAÍS DA COSTA DE PAULA

PREVENINDO O ABUSO SEXUAL: CAPACITAÇÃO PARA ALUNOS DE
PEDAGOGIA, PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL

CURITIBA

2022

THAÍS DA COSTA DE PAULA

PREVENINDO O ABUSO SEXUAL: CAPACITAÇÃO PARA ALUNOS DE
PEDAGOGIA, PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Dissertação apresentada ao curso de
Pós-Graduação em Educação, Setor de
Educação da Universidade Federal do
Paraná, como requisito parcial à obtenção
do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gabriela Isabel
Reyes Ormeño

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Paula, Thaís da Costa de

Prevenindo o abuso sexual : capacitação para alunos de pedagogia,
psicologia e educação especial / Camile Pazda Thaísda Costa de
Paula. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor
de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Gabriela Isabel Reyes

1. Professores – Formação. 2. Crianças com deficiência –
Educação. 3. Educação especial. 4. Violência contra as crianças.
5. Educação sexual para crianças. I. Reyes, Gabriela Isabel. II.
Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em
Educação. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **THAIS DA COSTA DE PAULA** intitulada: **PREVENINDO O ABUSO SEXUAL: CAPACITAÇÃO PARA ALUNOS DE PEDAGOGIA, PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL**, sob orientação da Profa. Dra. GABRIELA ISABEL REYES ORMENO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Março de 2022.

Assinatura Eletrônica
03/05/2022 17:20:04.0
GABRIELA ISABEL REYES ORMENO
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
12/04/2022 20:15:38.0
LEANDRO KRUSZIELSKI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
25/05/2022 15:22:38.0
RACHEL DE FARIA BRINO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS)

Assinatura Eletrônica
03/05/2022 21:37:01.0
CARLOS AZNAR BLEFARI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por essa oportunidade de desenvolver uma pesquisa com tema de cunho social tão relevante, e por poder contribuir de alguma forma na prevenção da violência contra a criança.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram a estudar e me deram todo o suporte que precisei.

Ao meu marido, que sempre me apoiou em minhas decisões.

À minha irmã pelas trocas e conversas, sempre me auxiliando no que precisei.

À minha orientadora, que me deu a chance de mostrar meu trabalho e me permitiu realizar um sonho que era entrar no Programa de Pós-Graduação da UFPR. Agradeço pela paciência em me orientar e por cada ensinamento ao longo dessa jornada.

À banca examinadora pelas sugestões e ensinamentos.

Às minhas amigas do mestrado, que foram essenciais para trilhar este caminho.

Às minhas amigas do curso de Direito e as amigas da Psicologia, pelas conversas e risadas.

“O primeiro passo é falar sobre o abuso sexual e não mais permitir que ele permaneça um crime fantasma.” - Wyre

RESUMO

O abuso sexual é um crime cometido contra crianças e adolescentes, independentemente de idade, cultura, gênero ou classe social, tendo como prevalência a ocorrência no ambiente familiar, sendo a escola um possível local de escape dessa violência. Diante disso, os profissionais que atuam neste espaço precisam estar capacitados para atuar preventiva e protetivamente. Este trabalho teve como objetivo desenvolver, aplicar e avaliar um curso de capacitação *online* para graduandos de psicologia, pedagogia e educação especial sobre o abuso sexual infantil. Para isto, no Estudo I foi feita uma revisão sistemática sobre as capacitações e ações que vêm sendo realizadas para instrumentalizar os profissionais da educação. O procedimento consistiu na busca de artigos em duas bases de dados, o portal de periódicos CAPES (acesso CAFE) e o periódico SAGE open, utilizando os descritores “abuso sexual infantil” e “capacitação”, entre o período de 2011 a 2021. Os resultados encontrados foram divididos em três categorias: Falta de capacitação dos profissionais; desconhecimento dos profissionais acerca dos trâmites e fluxos de atendimento; e dificuldade em falar sobre o tema da sexualidade em sala de aula, apontando a necessidade de instrumentalizar os profissionais da educação, aproximando da realidade deles os melhores meios e procedimentos a serem adotados para proteger as crianças e adolescentes. O Estudo II tratou da elaboração e aplicação de uma intervenção, que teve como objetivo levantar o conhecimento de graduandos de psicologia, pedagogia e educação especial sobre o tema do abuso sexual. Participaram 110 estudantes de diferentes regiões do país, sendo utilizados quatro instrumentos, três para medir o conhecimento e um para medir a satisfação dos participantes com relação ao curso, respectivamente: Indicadores de Abuso sexual; Exercício sobre o Abuso Sexual; Pergunta norteadora; Quadro de avaliação sobre o curso. O estudo III teve como objetivo avaliar o conhecimento dos estudantes adquirido na intervenção, sendo utilizados o software Jamovi e Iramuteq para as análises das respostas obtidas nos instrumentos. Os resultados encontrados apontaram que houve diferença significativamente estatística nas respostas dos estudantes para os sintomas específicos do abuso sexual; houve aumento no repertório dos estudantes sobre procedimentos a serem adotados diante de uma suspeita de abuso sexual; houve diferença nas respostas antes e depois do encontro sobre o perfil do agressor e a obrigatoriedade da notificação do abuso sexual. O estudo IV teve como objetivo medir a satisfação dos participantes do curso. Foram analisadas as respostas ao instrumento “Avaliação de Curso” de forma quanti e qualitativa por agrupamento de categorias similares. Como resultado houve uma satisfação média positiva no que tange aos procedimentos realizados durante o curso. Concluiu-se que há uma lacuna no que tange ao conhecimento dos profissionais da educação sobre o tema, mas que capacitar estudantes de graduação é eficaz no processo de adquirir mais conhecimento sobre a temática, contribuindo para haja mais profissionais preparados para lidar com casos concretos no ambiente escolar. Ressalta-se que melhores resultados serão alcançados mediante capacitação contínua e ação conjunta dos órgãos públicos, escolas e sociedade para que mais profissionais estejam preparados para atuar na garantia e proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Palavras-chave: Abuso sexual infantil. Profissionais da Educação. Capacitação. Prevenção.

ABSTRACT

Sexual abuse is a crime against infant and adolescents apart from age, culture, gender, social class, having prevalence in family environment, being the school a possible escape from this violence. Considering this, professionals that work in this place need to be prepared to face when dealing with the subject, acting preventively and protectively. This study had as a main goal to deploy, apply and evaluate an online training course about child sexual abuse for psychology and education undergraduates. In order to achieve that, in Paper 1 a systematic literature review on training and operations for education workers was carried out. Two databases were used for searching in the review: CAPES portal and SAGE open journal, using the descriptors “child sexual abuse” and “training” for papers published between 2011 and 2021. The results found were divided in three classes according to the most predominant data in the papers: lack of training on child sexual abuse; unfamiliarity with the standard procedures and care flow; hardships when speaking of sexuality in class. Such categories point towards the need to better equip the education workers, bringing closer to them methods and procedures for protection of infant and adolescents. Paper 2 is composed of elaboration and application of an intervention that aimed to measure the knowledge of undergraduates of Psychology, Pedagogy and Special Education students on the subject of sexual. A total of 110 students from different regions of the country participated. Four instruments were used, three to measure knowledge and one to measure participants' satisfaction with the course, respectively: Indicators of Sexual Abuse; Exercise on Sexual Abuse; Guiding question; Course evaluation table. Paper 3 aimed to evaluate knowledge acquired during the intervention. Jamovi and Iramuteq software were used to analyze the responses obtained in the instruments. Results found show a relevant statistical difference on the number of right answers about specific symptoms of sexual abuse between the first and the last meeting. Qualitative analysis showed difference of answers about aggressors' profile and the mandatory notification of sexual abuse. Paper IV aimed to measure the satisfaction of course participants. Responses to the “Course Assessment” instrument were analyzed quantitatively and qualitatively by grouping similar categories. As a result, there was an average positive satisfaction with the procedures performed during the course. Thus, it is possible to conclude that there is a gap regarding the knowledge of education professionals on the subject, but that training undergraduate students is effective in the process of acquiring more knowledge on the subject, contributing to more professionals able to deal with specific cases in the school environment. It is noteworthy that better results will be achieved through continuous training and joint action by public agencies, schools and society so that more professionals are prepared to act in guaranteeing and protecting the rights of children and adolescents.

Keywords: Child Sexual Abuse. Education workers. Training. Prevention

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS PESQUISADOS	29
QUADRO 2- CONTEÚDOS TRABALHADOS NO CURSO.....	43
QUADRO 3 – RESPOSTAS DOS ESTUDANTES DIVIDIDAS EM DUAS CATEGORIAS	56
FIGURA 1- FLUXOGRAMA DA ESTRATÉGIA DE BUSCA DE AVALIAÇÃO DE RESUMOS.....	28
FIGURA 2- PARTICIPANTES POR REGIÃO.....	50
FIGURA 3 – NUVEM DE PALAVRAS ANTES DA INTERVENÇÃO	57
FIGURA 4 - NUVEM DE PALAVRAS APÓS A INTERVENÇÃO	58
GRÁFICO 1 –REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS RESPOSTAS PARA QUESTÕES ESPECÍFICAS NO PRÉ E NO PÓS TESTE	51
GRÁFICO 2 –REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS RESPOSTAS PARA QUESTÕES NÃO ESPECÍFICAS NO PRÉ E NO PÓS TESTE	52

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS PARTICIPANTES (N=110)	49
TABELA 2 –	INFORMAÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	49
TABELA 3 –	ANÁLISE DESCRITIVA PARA QUESTÕES ESPECÍFICAS PARA O ABUSO.....	51
	SEXUAL	
TABELA 4 –	ANÁLISE DESCRITIVA PARA QUESTÕES NÃO-ESPECÍFICAS PARA O ABUSO SEXUAL.....	52
TABELA 5 –	PORCENTAGEM DE ACERTOS DAS PERGUNTAS NORTEADORAS PARA CADA ENCONTRO.....	63
TABELA 6 –	PORCENTAGEM DE SATISFAÇÃO DA INTERVENÇÃO PELOS PARTICIPANTES (N=106).....	63

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	12
2	INTRODUÇÃO.....	14
2.1	O ABUSO SEXUAL E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	14
2.2	AS DIVERSAS FORMAS DA VIOLÊNCIA E O ABUSO SEXUAL.....	15
2.3	AS CONSEQUÊNCIAS DESSA VIOLÊNCIA.....	16
2.4	NOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA E DADOS EPIDEMIOLÓGICOS NO BRASIL.....	17
2.5	VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR.....	19
2.6	O PAPEL DA ESCOLA NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA.....	19
3	OBJETIVO.....	22
3.1	GERAL.....	22
3.2	ESPECÍFICOS.....	22
4	ESTUDOS.....	23
4.1	ESTUDO 1 – CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ACERCA DO ABUSO SEXUAL INFANTIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	23
4.2	ESTUDO 2 – ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DO INTERVENÇÃO..	38
4.2.1	Método.....	39
4.2.2	Procedimentos.....	39
4.2.3	Local.....	40
4.2.4	Instrumentos.....	40
4.2.5	Procedimento da Intervenção.....	41
4.2.6	Conteúdo da intervenção.....	42
4.2.7	Delineamento da pesquisa.....	47
4.3	ESTUDO 3: AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES ADQUIRIDO NA INTERVENÇÃO.....	48
4.3.1	PROCEDIMENTO DA ANÁLISE DOS DADOS.....	48

4.3.2	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	49
4.3.2.1	PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS PARTICIPANTES.....	48
4.3.2.2	RESPOSTAS AO INSTRUMENTO: INDICADORES DE ABUSO SEXUAL.....	51
4.3.2.3	RESPOSTAS AO INSTRUMENTO: EXERCÍCIO SOBRE O ABUSO SEXUAL.....	55
4.3.2.4	RESPOSTAS AO INSTRUMENTO: PERGUNTA NORTEADORA.....	60
4.4	ESTUDO 4: AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO À INTERVENÇÃO.....	62
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
	REFERÊNCIAS.....	72
	APÊNDICE 1 – CONVITE DIGITAL PARA A INTERVENÇÃO.....	78
	APÊNDICE 2 – NUVEM DE PALAVRAS INTERVENÇÃO.....	79
	APÊNDICE 3 – SUGESTÕES DE MATERIAL DE ESTUDO.....	80
	APÊNDICE 4- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	83
	ANEXO 1 – INSTRUMENTO 1.....	85
	ANEXO 2 – INSTRUMENTO 2.....	87
	ANEXO 3 – INSTRUMENTO 3.....	88
	ANEXO 4- QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	89
	ANEXO 5- ESTUDO DE CASO.....	90

1 APRESENTAÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de desenvolver e difundir um conhecimento aprofundado sobre o tema do abuso sexual infantil, visando preencher algumas possíveis lacunas existentes na formação de profissionais que lidam com esta temática.

Desde minha graduação em psicologia, quando realizei estágio na Vara de Família, comecei a compreender o quão complexo é lidar com casos de abuso e o quanto é necessário ter conhecimento sobre o fenômeno para poder atuar de forma preventiva e protetiva. Na sequência, após formada, trabalhei por três anos em uma instituição que atende casos de violência sexual, e desde então, enquanto psicóloga clínica, fui imersa em casos profundamente dolorosos, graves e de muita complexidade. Além de lidar com os casos na clínica, eu também ficava em constante contato com a rede de proteção, como os conselheiros tutelares, diretores de escola, professores, casas-lares, Ministério Público e Judiciário. As demandas de casos novos chegavam toda semana.

Não raras vezes, ouvi de vítimas de abuso sexual queixas de que não foram bem atendidas, ou de que sua professora as acolheu, mas que não sabia o que fazer, ou então de que gostaria de ter ouvido na escola o que é o abuso sexual para que então pudesse se proteger mais, ou de que não acreditaram em seu relato, ou que sofreu uma nova violência na instituição que deveria ser o órgão de proteção.

Esta dissertação, portanto, é construída levando em consideração tais fatores, buscando identificar qual a formação que profissionais da educação têm sobre o tema do abuso sexual infantil e o quão preparados eles saem de suas formações para lidar com um problema social, que envolve questões de saúde pública e que faz de vítimas seres prematuros na sua sexualidade e ainda em desenvolvimento físico e psicológico, sendo muitas vezes indefesos frente a um agressor sexual. Tendo em vista a complexidade do tema, esta dissertação buscou englobar as problemáticas envolvidas no assunto, dando enfoque aos profissionais que atuam com crianças que podem estar sendo vítimas de abuso sexual e encontrarão na escola um amparo para sua dor e a saída para o rompimento da violência sofrida, uma vez que estudos apontam que a maior parte dos casos de abuso sexual ocorrem no ambiente familiar. Sendo assim, a escola precisa estar preparada para identificar sinais e sintomas de uma violência como essa.

O enfoque da pesquisa se deu em estudantes de Psicologia, Pedagogia e Educação Especial, partindo do pressuposto que são duas áreas que têm contato próximo com as crianças e podem ser amparo de prevenção e proteção delas. Para englobar as principais

vertentes deste trabalho, foi dividido em quatro estudos com o objetivo de: identificar o conhecimento de profissionais da educação, aplicar um curso de capacitação sobre o tema; avaliar o conhecimento de estudantes adquirido no curso; avaliar o nível de satisfação dos participantes com relação à intervenção.

Estudo I: Capacitação dada aos profissionais da educação sobre o abuso sexual infantil: Uma revisão sistemática

Este estudo teve como objetivo verificar na literatura estudos que apontem a capacitação dos profissionais de educação sobre o tema do abuso sexual infantil. Foi escrito em forma de artigo, submetido e aceito pela Revista Reveduc em fevereiro de 2022, em edição para a publicação.

Estudo II: Elaboração e aplicação da intervenção

Este estudo teve como objetivo levantar o conhecimento de graduandos sobre o tema do abuso sexual e instrumentalizá-los acerca do fenômeno e suas implicações através de um curso de extensão dividido em oito encontros semanais, de forma remota, com alunos de pedagogia, psicologia e educação especial.

Estudo III: Avaliação do Conhecimento dos estudantes após a intervenção

Este estudo teve como objetivo avaliar o conhecimento dos estudantes adquiridos ao longo da Intervenção.

Estudo IV: Avaliação da satisfação dos estudantes à intervenção

Este estudo teve como objetivo medir a satisfação dos participantes frente aos procedimentos realizados nas sequências dos encontros.

2 INTRODUÇÃO

2.1 O ABUSO SEXUAL E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

O abuso sexual infantil (ASI) é uma forma de violência que atravessa séculos, não escolhendo raça, classe social, gênero ou idade. Para que se possa compreender essa violência em sua completude, é preciso conhecer as formas de identificação e sintomas que trazem sofrimento à vítima, bem como as Leis que protegem a criança e punem o agressor, além de constatar o que tem sido feito para combater este fenômeno complexo que traz sofrimento a muitas crianças e adolescentes ao redor do mundo.

Inicialmente, para entender o que é esta violência e suas implicações, é preciso saber como a criança foi e é vista em nossa sociedade ao longo da história. A criança começou a ser tratada como um sujeito de Direitos no Brasil apenas com a Constituição Federal de 1988, que trouxe na doutrina a proteção integral aos direitos da criança e do adolescente, garantindo, no art. 227, o dever da família, da sociedade e do Estado de garantir educação, lazer, moradia, dentre outros, protegendo-os de qualquer forma de negligência, discriminação, violência e exploração. No parágrafo quarto deste mesmo artigo consta que a lei punirá de forma severa o abuso, a violência e a exploração sexual. Em 1990, com a criação do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069, em consonância com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, caminha-se com avanços sobre o tema da violência sexual, definindo cada vez mais com clareza que tipo de violência é, sua punição, e maneiras de melhor atender a vítima (PEDERSEN; GROSSI, 2011; BRASIL, 1988).

O ECA trouxe a garantia de proteção integral para as crianças e adolescentes, em que estes, perante a Lei, passam a ser tratados como sujeitos de direitos e como grupo prioritário. No artigo 4º e 5º deste Estatuto é estabelecido que a criança não será objeto de negligência ou outra forma de violência, devendo ser assegurada a sua proteção e segurança (BRASIL, 1990). Em 2014 houve um marco trágico na história do Brasil, que culminou na Lei 13.010, mais conhecida como a Lei do menino Bernardo, ou a Lei da Palmada. Este caso chocou o país, trazendo um alerta, enquanto sociedade, para a violência dentro do âmbito familiar. Esta lei traz como prerrogativa incluir três importantes artigos no ECA: o art. 18ª, que menciona o direito da criança de ser educada sem castigos físicos; o 18B, que traz orientações e encaminhamentos necessários aos pais ou cuidadores quando das más condutas com seus filhos; e o 70A, que trata da necessidade de políticas públicas para este fim. Deste modo, esta

Lei reflete um olhar orientador e pedagógico aos pais, cuidadores, sociedade e Estado, trazendo luz a leis que já estavam na Constituição Federal/88 e no Código Penal de 1940 (FONSECA, 2014).

Em consonância com o exposto anteriormente, não se pode deixar de mencionar a Lei 13.431 de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Tal prerrogativa busca, dentre outros, evitar maiores traumas a quem sofreu uma violência, evitando a não revitimização, o discurso ou prática de uma instituição que ocorre de forma invasiva, repetitiva, desnecessária, provocando mais sofrimento à vítima. Nesta lei são definidas duas formas de ouvir as crianças vítimas de violência sexual: o depoimento especial e a escuta especializada. O primeiro é um procedimento de oitiva da vítima perante autoridade policial ou judiciária e a segunda trata-se de uma entrevista sobre o ocorrido perante órgão da rede de proteção, que é um conjunto de órgãos municipais que devem atuar de forma integrada e articulada no atendimento e promoção de direitos de crianças, adolescente e suas famílias, sendo relatado apenas o necessário para elucidação do caso. Há também a revelação espontânea, que é quando a criança ou adolescente não é inquirido sobre o assunto, mas fala de forma livre, para uma pessoa escolhida por ela. Neste caso, sendo um profissional, cabe a este que teve conhecimento do ocorrido informar aos órgãos competentes, de forma a proteger a criança e que ela não tenha que ser inquirida novamente, a não ser que estritamente necessário. Os procedimentos para tal estão especificados no art. 11 do decreto 9.063 de 2018, que regulamenta a Lei nº 13.431 de 2017 (BRASIL, 2017).

2.2 AS DIVERSAS FORMAS DA VIOLÊNCIA E O ABUSO SEXUAL

O ASI é uma forma de maus-tratos à criança e adolescente, sendo entendido como uma situação que infringe os direitos humanos, legais, de poder, de papéis, o desenvolvimento infantil, dentre outros (FALEIROS, 2000). Os maus-tratos e/ou abusos são definidos pela Organização Mundial de Saúde (2002) como toda forma de abuso com ou sem força física que resulte em dano real ou potencial à saúde, dignidade, sobrevivência, impactando o desenvolvimento da criança. Dentre as formas de abuso e/ou maus-tratos é possível citar o abuso físico, que envolve beliscões, chacoalhar, empurrar, bater, dentre outros, o abuso emocional, ou violência psicológica, que envolve formas de humilhar, ameaçar, transmitir à criança a ideia de que ela é inútil ou inadequada, a negligência, que se trata de não prestar a assistência necessária à criança e o abuso sexual, que será abordado com mais especificidade

na sequência (OMS, 2002). O ASI é definido como o envolvimento de uma criança ou adolescente em atividade sexual não compreendida totalmente, sendo impossibilitada de dar consentimento, além de não estarem preparadas devido a sua fase de desenvolvimento (WHO/ISPCAN, 2006), em consonância com o disposto na Lei 13.431 de 2017, a violência sexual é definida como a conduta que constrange criança ou adolescente a ter ou presenciar ato libidinoso com o agente ou terceiro, podendo ser compreendido em: abuso sexual, exploração e tráfico de pessoas. O abuso sexual, que é o enfoque desse estudo, trata-se da ação que envolve criança ou adolescente com fins sexuais, com conjunção carnal ou ato libidinoso, para satisfação do agente ou terceiros, sendo cometida por uma pessoa que detém certa relação de poder com a vítima e desenvolvimento sexual desigual com relação à criança e adolescente (BRASIL, 2018). A jurisprudência brasileira entende o ato libidinoso como sexo anal/oral; penetrar os dedos na vagina/ânus; passar as mãos nos seios/nádegas/órgãos sexuais; esfregar o órgão sexual no corpo da vítima; introduzir objetos na vagina e/ou ânus; simular a relação sexual Interfemural; beijos eróticos (BRASIL, 2021).

2.3 AS CONSEQUÊNCIAS DESSA VIOLÊNCIA

São vários os elementos que podem mensurar o impacto do abuso, podendo ele ser mais ou menos danoso. Dentre estes fatores está a fase biopsicossocial da vítima (idade), a relação com o agressor, se é um parente próximo ou não, o tempo e a severidade do abuso, se a atividade sexual inclui penetração ou não e se foi acompanhada por violência e agressão. O acontecimento de uma ou mais dessas situações irá determinar o impacto do ASI (GABEL, 1997; SANDERSON, 2005). Além disso, quanto mais tenra é a idade em que a criança é abusada, mais provável é que ela faça uma dissociação e desenvolva uma amnésia psicogênica, isto é, a criança pode não lembrar do abuso sofrido. Dependendo da gravidade e da duração dos abusos sofridos, pode haver impactos neurológicos e também um grande prejuízo no convívio familiar (KRINDGES; MACEDO; HABIGZANG, 2016; CRUZ, et al 2021; SANDERSON, 2005). Outro aspecto importante a ser mencionado é que a violência sexual sofrida na infância ou adolescência pode provocar uma interrupção abrupta do ciclo natural de desenvolvimento dela e impõe uma vivência na qual ainda não existe a maturidade biológica e psicológica para o enfrentamento e compreensão desta prática.

Quando o abuso ocorre por anos, e ninguém próximo à criança percebe os sintomas que esta apresenta, há mais impactos psicológicos e fisiológicos do que para outros tipos de violência, podendo ter como consequência medo e ansiedade, efeitos pós-traumáticos,

dificuldade em se relacionar com amigos e família, e culpa pelo ocorrido. Quando se tornar adolescente, essa vítima tem mais probabilidade de desenvolver um transtorno de personalidade, tentativas de suicídio, fazer usos de substâncias psicoativas e comportamento sexual de risco (PEKER; CENGIZ; ÇELIK, 2020). Além do dano psíquico, é possível perceber outros danos a curto e longo prazo, como comportamentos e conhecimentos sexualizados que não são esperados para a idade da criança, como masturbação em público, toques em si própria ou em outras crianças que estimulam a excitação; verbalizações de cunho sexual de forma espontânea e repetida (WILLIAMS, 2012). Além destes comportamentos mais “aparentes”, há também o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), que é outro dano em curto prazo que resulta em uma apatia emocional, pesadelos, sustos repentinos, revivendo de forma inesperada, o abuso sexual (WILLIAMS, 2012; HABIGZANG; KOLLER, 2012). Um estudo realizado pela Universidade do Québec mostrou, por meio de um questionário aplicado com 8.194 adolescentes em 34 escolas, que 15% das meninas e 4% dos meninos haviam sofrido algum tipo de violência sexual na infância. Com a análise dos dados coletados, os pesquisadores chegaram à conclusão que o fato desses adolescentes terem sofrido essa violência na infância acarretou desenvolvimento do TEPT, trazendo consequências ao seu modo de vida, dentre elas a maneira como se relacionam amorosamente, isto é, tais vítimas tendem a ser mais tolerantes com parceiros(as) violentos dentro da relação, seja violência psicológica, física ou sexual, ou não percebem com facilidade a situação de perigo, tendo um sentimento de impotência no relacionamento (HÉBERT *et al.*, 2017). Nessa mesma direção, um estudo realizado por Turner, Finkelhor e Ormrod (2006) com 2.030 crianças nos Estados Unidos mostrou que crianças vítimas de ASI, associado a outros fatores que reproduzem uma vivência violenta, têm mais propensão a ter impactos na saúde mental ao longo da vida.

Outra questão importante a ser abordada é que cada indivíduo irá lidar de uma maneira diferente com a violência sofrida, sendo improvável que todos tenham as mesmas competências pessoais para lidar com o trauma, ou então tenham o mesmo suporte familiar ou extrafamiliar para ajudar a superar. Assim, alguns aspectos pessoais e familiares podem ser um fator protetor, proporcionando um alto nível de resiliência, isto é, capacidade de superar desafios (CONNOR; DAVIDSON, 2003). Fatores como habilidades sociais, autoconhecimento positivo, fazer parte de uma comunidade que acolha o indivíduo, práticas educativas por parte dos pais e suporte social podem agir como fatores de proteção à saúde mental (MURTA, 2007).

2.4 NOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA E DADOS EPIDEMIOLÓGICOS NO BRASIL

A notificação de violências no Brasil era feita por meio do Sistema de Informação sobre Mortalidade, pelo Sistema de Informação Hospitalar e também por boletins de ocorrência policial ou pesquisas específicas. Em 2006, o Ministério da Saúde implantou o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), dividido em duas categorias: vigilância contínua, que coleta os dados de violência interpessoal e/ou autoprovocada, dos serviços de saúde, utilizando como forma de coletar tais informações a ficha de notificação de Violência Interpessoal/Autoprovocada, sendo esta registrada no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan); e a vigilância sentinela coleta dados de violência e acidentes nos serviços de urgência e emergência, ampliando os tipos de ocorrências registradas para monitorar tais situações, utilizando a ficha para esta categoria registrada no sistema Epi Info (BRASIL, 2016). No caso da violência contra crianças e adolescentes, a notificação é ato obrigatório e deve ser comunicada ao Conselho Tutelar e/ ou às autoridades competentes, conforme exposto no art. 13 do ECA, sendo de responsabilidade do dono do estabelecimento ou profissionais como médico ou professor que tenham conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de tais violações, comunicar à autoridade competente sob pena de multa (art. 245 ECA). Tal obrigatoriedade atende ao propósito de acionar a rede de proteção, buscando cessar as formas de abuso e restituindo os direitos das crianças e adolescentes. Na mesma direção, notificar no âmbito da saúde contribui para a análise epidemiológica dos casos, auxiliando no desenvolvimento e elaboração de serviços e políticas públicas, auxiliando no enfrentamento das formas de violência infligida às pessoas ainda em fase de desenvolvimento (BRASIL, 1990; LIMA; DESLANDES, 2011; BRASIL, 2016).

Os dados estatísticos via Ministério da Saúde sobre notificações de violência contra crianças, e em especial, do abuso sexual infantil no Brasil, apontam que entre 2011 a 2018 o número de notificações de violência contra criança no Brasil mais do que triplicou, passando de 13.249 para 45.967. Das violências perpetradas contra crianças, somente no ano de 2018, 44.936 casos notificados foram intrafamiliar, significando 97,8% dos agressores sendo pessoas da família e o número e percentagem da violência sexual foi 12.178 notificações, significando 26,5% dos tipos de violência (BRASIL, 2020) Os dados do Disque 100 apontam que de 2011 ao primeiro semestre de 2019 foram registradas mais de 200 mil denúncias de violência sexual contra crianças (BRASIL, 2021). É importante notar que há uma tendência

em interpretar que o número de vítimas aumenta, mas sabe-se que as notificações e o conhecimento da população sobre o abuso sexual infantil estão mais acessíveis, corroborando para este aumento numérico. O que ainda é possível levantar é que esses dados não refletem o número real de Abuso Sexual Infantil no Brasil, e sim, apenas os casos notificados (CONCEIÇÃO *et al.*, 2020).

2.5 VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

Como mencionado anteriormente, a violência praticada contra a criança e o adolescente ocorre, em sua maioria, no âmbito familiar, tendo fatores como pobreza, falta de emprego, não ter acesso a políticas públicas, dentre outros, que corroboram para que a família se torne um ambiente desprotegido, em especial para crianças e adolescentes, reforçando a desigualdade social, dominação de classe, gênero e raça (PEDERSEN; GROSSI, 2011; BRASIL, 2018). Em um estudo realizado no Rio Grande do Sul, 80% dos casos de ASI analisados foram intrafamiliares. Os agressores geralmente são pessoas que possuem laços afetivos ou de consanguinidade com as vítimas, na maior parte são pais ou padrastos, mas podem ser mães, madrastas, tios, tutores, meio-irmão, avós, parceiros(as) que morem junto com o pai ou a mãe que assumam a função de cuidadores. Desta forma, é possível afirmar que o local que deveria ser de maior proteção para as crianças acaba sendo o de maior risco, deixando a criança desprotegida e exposta ao seu agressor direta e diariamente. Há, além do impacto da agressão sofrida, uma mudança abrupta na relação familiar a partir do ocorrido (SANDERSON, 2005; HABIGZANG *et al.*, 2005; PEDERSEN; GROSSI, 2011; KRINDGES, 2016, LIRA, 2017).

2.6 O PAPEL DA ESCOLA NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

Diante do fato de o ASI ocorrer majoritariamente no ambiente familiar, a escola pode se tornar um espaço de proteção da criança e de prevenção da violência. Há alguns principais autores que trabalham o conceito de prevenção. Brino (2006) menciona a teoria de Wolfe (1998) sobre a prevenção, sendo esta dividida em primária, secundária e terciária. A forma primária trata-se da eliminação ou redução dos fatores sociais, culturais e ambientais que favorecem que ocorra a violência. A prevenção secundária é a detecção precoce de crianças ou adolescentes em situação de risco, buscando impedir a repetição dos atos agressivos. A prevenção terciária trata do acompanhamento integral da vítima e do agressor, buscando

amenizar as consequências deixadas pela violência cometida. Na mesma direção, Abreu, Barletta e Murta (2015) mencionaram Caplan (1964), que define a prevenção primária como uma intervenção que tem objetivo de diminuir a ocorrência de novos casos; a secundária se trata da intervenção oferecida às pessoas que já demonstram sinais de transtornos ou dificuldades; a terciária atua com pessoas que apresentam um transtorno diagnosticado, buscando limitar o dano, na intensidade e duração, de modo a prevenir futuras ocorrências. Tais autores trazem uma discussão sobre a evolução deste conceito de prevenção ao longo dos anos e citam uma revisão proposta pelo Instituto de Medicina em que a prevenção secundária seria chamada de tratamento e a terciária de reabilitação ou manutenção. Tais definições apontam para a importância de categorizar os atos preventivos, identificando a necessidade de uma população, a fase de desenvolvimento do indivíduo, a cultura em que está inserida e os recursos sociais disponíveis para efetivar tais feitos. Importante mencionar que a fase em que a criança e o adolescente estão é fundamental para intervir ou dar subsídios para que sejam adultos saudáveis. Para que isso ocorra, é preciso investimento em intervenções no âmbito social, como as escolas, organizações de trabalho e comunidades, além de intervenções voltadas diretamente para o desenvolvimento pessoal, como criatividade e habilidades de enfrentamento (ABREU; BARLETTA; MURTA, 2015).

Posto isso, a prevenção secundária é determinante na recuperação e amparo das vítimas, junto ao apoio e encaminhamento dado, a realização da notificação e a condenação do agressor, são fatores de extrema importância no impacto do abuso sofrido. Isto se dá porque em muitos casos, após a revelação do ocorrido, nem sempre a criança é acolhida, por conta do abalo emocional da família ou da impossibilidade de acreditar que o agressor possa ter sido capaz de realizar tal ato (BRINO *et al.*, 2011). Assim, diante desse cenário em que a criança fica refém da própria família, os profissionais que atuam na escola precisam estar preparados para identificar os sinais da violência e agir de forma preventiva e protetiva. A partir disso, entende-se que a capacitação de profissionais da educação é uma forma de prevenção primária e secundária, que tem como objetivo a detecção de crianças e adolescentes em situação de risco ao seu desenvolvimento, impedindo os atos violentos e/ou suas repetições, atuando em situações já existentes e prevendo possíveis consequências.

Portanto, o enfoque deste trabalho está em capacitar os alunos de Pedagogia, Psicologia e Educação Especial, partindo do ponto de que estes serão os futuros profissionais que poderão atuar com crianças no âmbito escolar. A importância em trabalhar com os alunos de graduação está no fato de que muitos profissionais saem despreparados dos seus cursos e irão se deparar com a necessidade do conhecimento do ASI frente a um caso ou a um trabalho

que exija este conhecimento. Isto é, o tema não é trabalhado em profundidade na formação de professores, e nem mesmo em cursos de Psicologia, e as escolas acabam por não incentivar estes profissionais a se capacitar ou realizar a notificação, e tampouco há um trabalho interdisciplinar entre Psicologia e Pedagogia, o que poderia auxiliar, uma vez que o primeiro tem mais familiaridade com o assunto (DONAT *et al.*, 2016; PEKER; CENGIZ; ÇELIK, 2020). Uma capacitação realizada em São Carlos (SP) com professoras sobre o tema do abuso sexual mostrou que estas se tornaram multiplicadoras das informações obtidas e das ações aprendidas e praticadas, o que serviu de modelo para outras professoras envolvidas com a temática (BRINO, 2006).

3 OBJETIVO

3.1 GERAL

Desenvolver, aplicar e avaliar um curso de capacitação *online* para graduandos ligados à área de Educação e Psicologia sobre o abuso sexual infantil.

3.2 ESPECÍFICOS

- a) Identificar na literatura a capacitação que vem sendo dada aos profissionais da educação sobre o tema do abuso sexual.
- b) Instrumentalizar os estudantes do curso para identificar, intervir, encaminhar e notificar casos suspeitos e/ou confirmados de abuso sexual infantil.
- c) Avaliar e mensurar o conhecimento dos estudantes adquirido ao longo do curso por meio de instrumentos aplicados antes da intervenção e após.
- d) Medir a satisfação dos participantes sobre os procedimentos realizados durante o curso.

4. ESTUDOS

4.1 ESTUDO 1 – CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ACERCA DO ABUSO SEXUAL INFANTIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

ESTUDO I: PAULA, Thais da Costa de; ORMEÑO, Gabriela Isabel Reyes; MATOS, Karla Julianne Negreiros de. Capacitação de profissionais da educação que atuam com crianças vítimas de abuso sexual: Uma revisão sistemática. **Revista Eletrônica de Educação**. No prelo.

Capacitação de profissionais da educação acerca do abuso sexual infantil: uma revisão sistemática

Training of education professionals on child sexual abuse: a systematic review

Resumo

O presente artigo consiste em uma revisão sistemática de literatura acerca da capacitação dada aos profissionais da educação sobre a temática do abuso sexual infantil, considerando a complexidade do fenômeno, desde o reconhecimento de sinais de risco, a perpetuação da violência, até o atendimento da vítima. O objetivo do estudo foi identificar a nível nacional e internacional as capacitações e ações que vêm sendo realizadas para instrumentalizar os profissionais da educação. O procedimento consistiu na busca de artigos em duas bases de dados, o Portal de Periódicos CAPES (acesso CAFE) e o periódico Sage open, utilizando os descritores “abuso sexual infantil” e “capacitação”, para artigos publicados entre os anos de 2011 e 2021. Dos 212 artigos encontrados, apenas oito foram selecionados de acordo com os critérios estabelecidos para a pesquisa. A partir dos artigos encontrados foi realizada a leitura na íntegra e divididos em três principais categorias de acordo com as informações mais predominantes nos estudos realizados: falta de capacitação dos profissionais sobre o tema do abuso sexual; desconhecimento dos profissionais acerca dos trâmites e fluxos de atendimento; e dificuldade em falar sobre o tema da sexualidade em sala de aula. Tais categorias apontam a necessidade de instrumentalizar os profissionais da educação sobre o abuso sexual infantil, aproximando-os do conhecimento dos melhores meios e procedimentos a serem adotados para proteger as crianças e adolescentes no ambiente escolar.

Palavras-chave: Capacitação, Abuso sexual infantil, Profissionais da educação

Abstract

This article consists of a systematic literature review on the training given to education professionals on the subject of child sexual abuse because of the complexity of the phenomenon, from the identification of risk signs, the perpetuation of violence, to the care of

the victim. The study aimed to identify, at the national and international level, the training and actions that have been taken to equip education professionals. The procedure consisted of searching for articles in two databases, the CAPES journal portal (CAFe access) and the journal Sage open, using as descriptors "child sexual abuse" and "empowerment" for articles published between the years 2011 and 2021. Of the 212 articles found, only eight have been found according to the criteria established for the research. From the articles selected, the reading was carried out in full and divided into three main categories according to the most prevalent information in the studies carried out: Lack of training of professionals on the topic of sexual abuse; Professionals' lack of knowledge about the procedures and flows of care; Difficulty talking about the topic of sexuality in the classroom. These categories point to the need to equip education professionals about the sexual abuse, bringing the best means and procedures to be adopted to protect children and adolescents closer to their reality in the school environment.

Keywords: Training, Child sexual abuse, Education professionals.

Resumen

Este artículo consiste en una revisión sistemática de la literatura sobre la formación que reciben los profesionales de la educación en el tema del abuso sexual infantil ante la complejidad del fenómeno, desde la identificación de los signos de riesgo, la perpetuación de la violencia, hasta el cuidado de la víctima. El objetivo del estudio fue identificar, a nivel nacional e internacional, la formación y acciones que se han llevado a cabo para equipar a los profesionales de la educación. El procedimiento consistió en la búsqueda de artículos en dos bases de datos, el Portal de Revistas CAPES (acceso CAFe) y la revista abierta Sage, utilizando como descriptores "abuso sexual infantil" y "capacitación" para los artículos publicados entre los años 2011 y 2021. Se encontraron 212 artículos, según los criterios encontrados para la búsqueda sólo ocho fueron seleccionados se realizó una lectura completa y los datos fueron divididos en tres categorías: Falta de formación de los profesionales en el tema de abuso sexual; Falta de conocimiento de los profesionales sobre los procedimientos y flujos de atención y Dificultad para hablar sobre el tema de la sexualidad en el aula. Estas categorías apuntan a la necesidad de equipar a los profesionales de la educación sobre el abuso sexual infantil, acercando a su realidad los mejores medios y procedimientos a adoptar para proteger a la niñez y la adolescencia en el entorno escolar.

Palabras clave: Capacitación, Abuso sexual infantil, Profesionales de la educación.

Introdução

A violência é um fenômeno cultural e social que acarreta prejuízos de curto e longo prazo no âmbito individual e coletivo. Stelko-Pereira e Williams (2019) trazem uma discussão

importante sobre a definição de violência e mencionam autores clássicos que abordaram a temática, como: Skinner (1953, 2003) e Chauí (1984), caracterizando a violência com um ato que inflige sofrimento a um outro, com caráter coercitivo, exercendo uma relação de poder com o agredido. Trata-se de uma discussão ampla sobre a terminologia, pois é difícil explicá-la de forma simplista, sem considerar todos os vieses nos quais ela está enraizada. Esta pode ocorrer de várias formas, podendo ser na forma física, psicológica, sexual ou negligência, resultando em dano real ou potencial ao pleno desenvolvimento saudável da infância, sendo chamada também de maus-tratos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002).

A partir disso, este trabalho tem como enfoque discutir a violência sexual contra a criança e o adolescente, utilizando como definição o disposto na Lei 13.431 de 2017, que, dentre outros ordenamentos, conceitua a violência sexual como qualquer tipo de conduta que constranja a criança ou adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou outro ato libidinoso, podendo ocorrer de modo presencial ou por meios eletrônicos, que envolva estimular o agente ou outros, sexualmente. A Lei ainda define de forma mais específica o Abuso sexual infantil (ASI) como a ação que faz uso da criança para fins sexuais, dentro do exposto anteriormente (BRASIL, 2017). Pode ocorrer o abuso nas formas de práticas eróticas e sexuais, assédio verbal, exibicionismo, voyerismo, toques e carícias com cunho sexual, sexo oral, penetração do órgão genital ou de objetos, podendo ainda o agressor agir com violência física ou então por meio de ameaças ou indução ao ato (BRASIL, 2002; BRASIL, 2017; STELKO-PEREIRA; WILLIAMS, 2019). Esta violência ocorre, na maioria dos casos, dentro do âmbito familiar, sendo que grande parte dos agressores desempenham papel de cuidadores, na grande maioria os pais, mas também os parentes e os amigos, possuindo uma relação de confiança e cuidado com a vítima, tornando assim a criança e adolescente ainda mais vulnerável devido ao vínculo fortalecido com o agressor, em que este raramente utiliza de violência física de forma explícita, empregando, muitas vezes, manipulação ou ameaças. (SANDERSON, 2005; CARDIN; MOCHI; BANNACH, 2011; MALTA, *et al.*, 2017).

Desta forma, o ambiente familiar, que deveria ser de maior proteção para as crianças, acaba sendo o de maior risco, deixando-as desprotegidas e expostas ao seu agressor diretamente, diariamente. Além disso, o ASI ocorre muitas vezes de maneira silenciosa, sem que aqueles que permeiam o ambiente da criança percebam o acontecido. É comum o entendimento de que o ASI ocorra apenas com penetração ou que o agressor seja do sexo masculino e que este agirá sempre de forma violenta. Contudo, na maioria dos casos, a prática se dá por toque ou carícias, não deixando marcas físicas, podendo ser cometido por mulheres; pode ocorrer apenas uma única vez ou se perpetuar por muitos anos. Isso aponta para a necessidade de estar atento aos sinais que a criança pode dar com mudanças de comportamento quando é vítima dessa violência (SANDERSON, 2005; BRINO, 2007).

É importante mencionar também a dificuldade que as vítimas dessa violência enfrentam perante as consequências do abuso. O estudo de Schneider e Habigzang (2016) aponta a necessidade de intervir com o atendimento terapêutico adequado às vítimas de violência sexual, levando em consideração o alto nível de sofrimento que estas podem apresentar após a violência sofrida. O impacto dessa violência pode ser de curto, médio e/ou longo prazo, que pode ser percebido por comportamentos sexualizados, que não são esperados para a idade da criança, como: masturbação em público; toques em outras crianças que estimulam a excitação; verbalizações de cunho sexual de forma espontânea e repetida; o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT); pesadelos; quadros ansiosos; problemas em relacionamentos quando adultos, dentre outros, sendo vivenciados por cada indivíduo de maneira singular (HABIGZANG; KOLLER, 2012; WILLIAMS, 2012). De modo complementar, é preciso ressaltar que a legislação traz um ordenamento no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), art. 101º; quando há uma violação de direitos da criança ou adolescente pela sociedade, Estado ou família, pode o poder público fazer o encaminhamento

para atendimento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial (BRASIL, 1990).

Neste ponto é importante mencionar que “intervenção”, como apontado neste último estudo citado e “capacitação”, que é o objetivo principal deste artigo, são palavras com significados distintos. Posto isso, cabe definir a diferença entre as duas palavras. A palavra capacitar é usada no sentido de tornar alguém capaz de algo; nesta pesquisa, o termo foi usado com base em autores e na Legislação Brasileira, que fazem uso desta terminologia quando se aponta a necessidade de algum profissional ser capaz de identificar sinais dessa violência (BRASIL, 1990; BRINO, 2006; ASSINI; BOTOMÉ, 2011). Sobre o conceito de intervenção, Murta e Santos (2015) o utilizam como uma combinação de estratégias que visam gerar mudanças no que tange à saúde, reduzir fatores de risco e aumentar os fatores de proteção, o que, segundo as autoras, exige muito esforço intelectual, expertise e trabalho. Dito isto, cabe mencionar a importância de saber intervir corretamente em situações de abuso sexual, mas que para isso é fundamental a capacitação dos profissionais para que saibam lidar com a especificidade que o tema exige. A revelação, a denúncia e a notificação são necessárias, sendo esta última o ato de publicizar uma situação de modo que o indivíduo que tem conhecimento do fato tem o dever de notificar a um órgão competente (WILLIAMS, 2020).

Diante disso, quando se fala em proteção da criança, é preciso mencionar a importância da Legislação Brasileira para a garantia de direitos do bem-estar da infância. A Lei 8.069 de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, traz garantias de proteção integral para a criança, entendendo-a como um sujeito de direitos, e como tal, deve usufruir de saúde, educação, lazer, segurança, dentre outros. O art. 227 da Constituição Federal de 1988 fala do dever da sociedade, como um todo, em proteger a criança. No art. 70º-A do ECA discorre-se sobre a necessidade em promover espaços locais e entre setores com elaboração de ação e planos com foco na família em situação de violência, tendo como agentes, dentre outros, os profissionais da educação. Ainda, no inciso III deste mesmo artigo, é mencionada como uma das ações necessárias a formação continuada e a capacitação de profissionais da educação, a fim de prevenir, identificar, diagnosticar e enfrentar todas as formas de violência contra a criança e do adolescente. Além disso, e em consonância com o ECA, vem a Lei 13.431 de 2017, que reforça os apontamentos já listados como direito da criança, mas traz um olhar ainda mais específico para o atendimento especializado da criança vítima de violência sexual, objetivando que este atendimento seja feito de forma mais célere, humanizada e qualificada. No art. 14, inciso II desta Lei, consta a necessidade de capacitar de forma continuada e interdisciplinar os profissionais que atuam com crianças. A partir disso, leva-se a pensar em formas e ambientes que protejam este ser ainda em desenvolvimento (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990; BRASIL, 2017; BRASIL, 2018).

Diante do exposto, cabe mencionar o importante papel da Escola, que é um possível ambiente de proteção para a criança, uma vez que a maioria dos casos de ASI ocorrem dentro do núcleo familiar, como mencionado anteriormente. A escola tem em sua função social proporcionar o saudável desenvolvimento da criança e assume um papel importante de proteção da criança quando há profissionais capacitados a reconhecer sinais de violência, e de forma mais característica, o abuso sexual. Esta proteção torna-se eficaz a partir do momento em que os profissionais que atuam no ambiente escolar se tornem preparados para lidar com casos envolvendo esta temática tão complexa, e tenham conhecimento suficiente sobre o fenômeno para identificar os sinais e proteger a criança que foi, está sendo vítima ou está em situação de risco (BRINO; WILLIAMS, 2003). Brosseguini e Iglesias (2020) realizaram uma revisão integrativa de literatura acerca do abuso sexual e apontaram resultados que enfatizava a necessidade de capacitar os profissionais para trabalhar em rede de cuidado, e tal capacitação deve ser contínua, avaliando os programas de capacitação utilizados a fim de identificar possíveis falhas nessas articulações em rede. Deste modo, os profissionais da área

da educação tornam-se aliados no sentido de prevenir, proteger ou até impedir que a violência aconteça, enxergando precocemente um ambiente de risco ou sinais que apontam a iminência de uma violência ou negligência. Diante da especificidade que é trabalhar com casos de ASI, cabe ressaltar que nem sempre a criança irá verbalizar o ocorrido, por vezes por culpa, por medo, por vergonha, ou até mesmo por nem compreender que está sendo vítima de uma violência, podendo ela “comunicar” o ocorrido, ou seu sofrimento, por mudanças de comportamento, baixa no rendimento escolar, isolamento social, dentre outros (BRINO; WILLIAMS, 2006), fato este que reforça a importância do olhar atento do profissional da educação a estes sinais.

Portanto, a relevância deste trabalho está em trazer luz a um problema de caráter social e de saúde pública por meio de uma revisão sistemática sobre os artigos que falam sobre o tema do abuso sexual infantil e a capacitação que vem sendo dada aos profissionais da educação, com o objetivo de analisar na literatura o que tem sido feito quanto à capacitação de profissionais da educação sobre o tema, visando identificar o que precisa ser aprimorado no que tange ao conhecimento dos profissionais quanto a formas de notificar, trâmites e fluxos, a abordagem do profissional perante um caso do ASI, e se tais medidas têm sido eficazes no âmbito da prevenção e proteção de crianças. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática de literatura dos últimos dez anos, em duas bases de dados, buscando averiguar tais questões apontadas.

Método

Um trabalho de revisão sistemática utiliza como fonte de dados a literatura, visando a um resumo de evidências relacionadas e uma estratégia de intervenção específica, utilizando métodos explícitos e sistematizados de busca, um olhar crítico e síntese da informação selecionada. Com base nisso, foi feita uma revisão sistemática de artigos com a pergunta norteadora “qual capacitação tem sido ofertada aos profissionais da educação sobre o tema do Abuso Sexual Infantil?”, que foi construída utilizando a estratégia (PICO: População-alvo; Intervenção; Comparação; “Outcomes” que significa desfecho), isto é, este é o acrônimo utilizado para definir a população-alvo da pesquisa que, no caso, são os profissionais da educação, o interesse da intervenção que são as capacitações realizadas com estes profissionais, a comparação ou diferenciação de capacitação e de outras ações realizadas sobre a temática, e por fim, o desfecho analisando o que foi feito nos estudos. Para responder a esta pergunta norteadora foram utilizados critérios de inclusão e exclusão, e posteriormente agrupados de forma a analisar os resultados obtidos com critérios específicos para limitar o viés de seleção de artigos, avaliando e sintetizando em categorias (SAMPAIO; MANCINI, 2007; SANTOS *et al.*, 2015).

Procedimento

Para realizar a busca dos artigos foram selecionadas duas bases de dados: O Portal de Periódicos CAPES, que reúne 294 bases de dados, por meio do acesso à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) e a outra base de dados selecionada foi a Sage Open, que é um periódico de acesso aberto revisado por pares, com uma aba apenas no setor de Educação, contendo 665 artigos. As buscas nas bases foram realizadas em fevereiro e março de 2021. A escolha dessas ferramentas visou alcançar trabalhos feitos dentro e fora do Brasil, valorizando a temática da Educação. Na CAPES foram utilizados os descritores “abuso sexual infantil” e “capacitação”, e o operador booleano AND, selecionando artigos de 2010 até 2021 e revisados por pares. Seguindo os critérios apontados, foram encontrados 54 artigos, sendo apenas seis selecionados. Já no periódico Sage Open foram utilizados os descritores “*child*

sexual abuse” e *“training*” e o operador booleano *AND*. Cabe mencionar que no portal do Sage open todos os artigos são revisados por pares, eliminando a necessidade de aplicar este filtro, todos os estudos encontrados nessa base tinham a língua inglesa como idioma original, sendo a tradução feita pela primeira autora e revisada pelas outras duas autoras. Foi selecionado o setor “educação”, uma vez que nessa base de dados havia esta opção e é foco deste trabalho. No Portal da Capes não foi utilizado, pois não havia esta caixa de seleção. Seguindo os critérios apontados, foram encontrados na Sage Open 158 artigos, sendo apenas quatro selecionados pelo resumo, e apenas três com a leitura na íntegra do artigo. Para melhor organizar o processo que levou aos resultados encontrados, foi realizada uma matriz de síntese que tem como foco proteger o pesquisador de erros durante a análise, servindo também como um instrumento de interpretação e organização para a redação da revisão (GRUPO ANIMA EDUCAÇÃO, 2014) conforme a figura 01 a seguir:

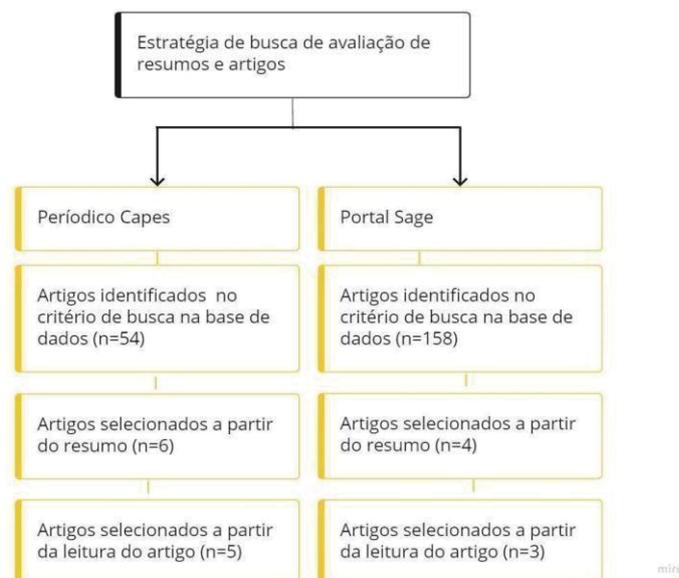
Critérios de Inclusão

Como critério de inclusão foram utilizados apenas artigos que tinham em seus resumos o termo “abuso sexual infantil” ou “violência contra crianças” e “capacitação” ou formas de intervenção sobre o abuso sexual infantil, revisados por pares.

Critério de exclusão

Como critério de exclusão foram excluídos artigos que não apresentavam textos completos, artigos que abordavam a violência sexual a outro público que não incluía as crianças e artigos que tratavam unicamente da exploração sexual ou violência doméstica sem falar do abuso sexual infantil, artigos que mencionavam o ASI mas não falavam sobre capacitação ou treinamento de profissionais sobre o tema. Com esse filtro, foram selecionados apenas seis artigos pelo resumo, dentre estes, na leitura dos artigos na íntegra, um deles não abordou nenhum aspecto sobre capacitação, apenas sobre intervenção, então foi excluído.

Figura 1 – Fluxograma da estratégia de busca de avaliação de resumos



Fonte: elaborado pelas autoras.

Posto isso, seguiu-se com a análise dos dados obtidos, tendo como norte a análise de conteúdo de Bardin (2016), fazendo uso da leitura sistematizada dos artigos selecionados, caminhando então para as unidades de análise e a categorização com critério semântico, que significa que serão categorias agrupadas por temas.

Resultado e Discussão

Pela revisão sistemática da literatura existente de artigos que tratam da questão do abuso sexual infantil e a capacitação de profissionais, é possível perceber que apenas oito artigos dos 212 encontrados nas duas ferramentas de pesquisa utilizadas, nos últimos dez anos, abrangem os dois aspectos de forma simultânea, conforme aponta o quadro 1, com a descrição dos estudos selecionados, seus objetivos, métodos e principais resultados.

Quadro 1 – Caracterização dos estudos pesquisados (Continua)

AUTOR e ANO	TIPO DE ESTUDO	OBJETIVO	MÉTODO	LOCAL	RESULTADOS
Brol e Martelli (2018)	Qualitativo	Identificar qual a dificuldade encontrada por profissionais ao falar sobre sexualidade em sala de aula.	Entrevistas com dez profissionais que tiveram formações continuadas na temática em voga, no período de 2006 a 2016.	Cascavel PR	Ficou evidenciada a importância e a necessidade de os profissionais terem formação sobre a sexualidade e acesso a formação continuada, para ter mais segurança para abordar sobre o tema com seus alunos.
Chaves e Costa (2018)	Qualitativo	Analisar a ação dos operadores do Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes em situação de violência sexual.	Pesquisa documental de um estudo técnico realizado pela Vara de Infância e Juventude do Distrito Federal, realizado em uma família.	Distrito Federal	Foi demonstrada a importância do trabalho em rede e a atuação da escola na notificação de casos de ASI.
Egry, Apostólico e Morais (2018)	Qualitativo	Analisar os fluxos da rede de proteção à violência contra a criança, no que concerne à notificação e às decisões encaminhadas.	Os dados foram coletados por meio de documentos oficiais e entrevistas junto a 25 profissionais da Atenção Primária à Saúde, realizadas em três unidades de saúde.	Capão Redondo-SP	A falta de capacitação para notificar e seguir os fluxos de atendimento atrapalham no processo de proteção da criança e do adolescente, além de demonstrar que alguns profissionais não têm conhecimento da temática da violência e não

					sabem exatamente como lidar ou como reconhecer os seus sinais.
Quadro 1 – Caracterização dos estudos pesquisados (Continuação)					
AUTOR/ ANO	TIPO DE ESTUDO	OBJETIVO	MÉTODO	LOCAL	RESULTADOS
Koistinen, I Holma, J.(2015)	Qualitativo	Verificar como profissionais de um centro de saúde enxergam as vítimas de violência física, psicológica ou sexual cometidas dentro do núcleo familiar.	Estudo com 30 profissionais de saúde, sendo médicos, enfermeiros, psicólogos, e trabalhadores sociais através do método de Grupo Focal.	Jyväskylä-Finlândia	Os profissionais analisados colocaram os pacientes que sofreram violência na família em três categorias: uma visível e facilmente reconhecida vítima; uma pessoa sofrida pela violência; uma pessoa que contribui para que a violência continue.
Zhang, Chen E Liu (2015)	Quantitativo	Examinar o conhecimento de professores da pré-escola no que tange à prevenção do abuso sexual infantil.	Estudo realizado com 245 professores de pré-escola em que consistiu em aplicação de questionários.	Beijing-China	Os professores analisados tiveram um baixo conhecimento e preparo para lidar com casos de abuso sexual infantil.
Gwirayi (2013)	Qualitativo	Investigar a visão de alunos do ensino médio sobre estratégias para combater o abuso sexual infantil.	Aplicação de um questionário com 268 adolescentes de uma escola, perguntando as possíveis formas de se combater o abuso sexual infantil.	Gweru, Zimbabué,	As respostas predominantes foram de que a escola deveria oferecer lições com guias e conselhos sobre sexualidade, ensinar as crianças sobre abuso sexual nas escolas e de que as crianças deveriam reportar o ocorrido para os policiais.
Quadro 1 – Caracterização dos estudos pesquisados (Conclusão)					
AUTOR/ ANO	TIPO DE ESTUDO	OBJETIVO	MÉTODO	LOCAL	RESULTADOS

Assis, et al.(2012)	Quantitativo	Apresentar o quadro de violência doméstica, sexual e outras violências perpetradas contra crianças (0-9 anos) no Brasil no ano de 2010.	Foram avaliados os dados do VIVA contínuo, traçando as violências ocorridas, dentre elas o abuso sexual infantil, o local, o agressor, dentre outros fatores no ano de 2010 no Brasil.	Pesquisa teórica realizada a nível Brasil.	A falta de conhecimento dos profissionais acerca do ECA, do fluxo de notificação e dos instrumentos necessários utilizados para este procedimento, além da falta de preparo técnico e emocional dos profissionais.
Paixão e Deslandes (2011)	Qualitativo	Avaliar o atendimento do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Rio de Janeiro.	Análise de conteúdo de entrevistas com oito gestores do nível central da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro.	Rio de Janeiro- RJ	Foram apontadas dificuldades encontradas com a gestão dos casos envolvendo situações de ASI; falta de capacitação dos profissionais; falta de incentivos por parte dos gestores para mobilizar aqueles que atuam diretamente a se especializarem cada vez mais nesse tipo de caso.

FONTE: Elaborado pelo autor com base em Paixão; Deslandes, 2011; Assis, et. al., 2012; Gwirayi, 2013; Zhang, Chen; Liu, 2015; Koistinen; Holma, 2015; Egrý, Apostólico e Morais, 2018; Brol; Martelli, 2018; Chaves; Costa, 2018.

Conforme aponta o quadro 01, dos oito artigos encontrados, seis são do tipo de estudo qualitativo e dois são quantitativos. A maioria dos estudos encontrados é do tipo qualitativo, que trazem um olhar para experiências individuais, questões sociais e históricas através de pesquisas orientadas para a mudança ou para colaboração com algum estudo, utilizando narrativas, fenomenologias, etnografias e estudos teóricos (CRESWELL, 2007). Dos oito encontrados, é importante citar que cinco estudos foram realizados no Brasil, nas seguintes localizações: Rio de Janeiro, Distrito Federal, Cascavel, um estudo documental realizado com dados a nível Brasil e distrito de Capão Redondo-SP. Fora do Brasil, foram encontrados três estudos realizados em Zimbábue, Finlândia e China. Os resultados foram agrupados em três categorias: falta de capacitação profissional, desconhecimento sobre os trâmites e fluxos que envolvem a notificação e dificuldade em falar do tema da sexualidade.

Falta de capacitação dos profissionais sobre o tema do abuso sexual

Os cinco estudos encontrados estavam na mesma direção, a da falta de uma capacitação para os profissionais que lidam com casos de abuso sexual infantil, todos eles realizados empiricamente com profissionais que atuassem com crianças (PAIXÃO; DESLANDES, 2011; ASSIS *et al.* 2012; ZHANG; CHEN; LIU, 2015; EGRY; APOSTÓLICO; MORAIS, 2018; BROL; MARTELLI, 2018). Além disso, foi abordado em

dois estudos, realizados com professores, uma lacuna de conhecimento em suas formações sobre sexualidade com as crianças no ambiente escolar a fim de capacitá-los sobre o tema para poderem orientar melhor alguma criança ou até mesmo falar disso em sala de aula (GWIRAYI, 2013, BROL; MARTELLI, 2018).

Tal falta de conhecimento e capacitação dos profissionais pode ser notada no estudo de Zhang, Chen e Liu (2015) que, por meio de questionário aplicado com 245 professores de pré-escola na China, mostrou que os professores tinham um baixo conhecimento e preparo para lidar com casos de abuso sexual infantil. Ainda, foi observado que os professores careciam de conhecimento sobre medidas de prevenção contra esta violência, indicando que capacitar estes profissionais acerca da ocorrência e local frequente deste tipo de violência, sintomas e consequências do ato, pode ajudar na prevenção, além de que capacitá-los a discutir com as crianças sobre sexualidade, limites do corpo, identificar a ameaça de abuso sexual e contar a um adulto caso isto ocorra. Este estudo, em especial, é extremamente relevante para esta revisão sistemática, pois responde o objetivo desta pesquisa, retratando a falta de conhecimento de professores sobre o abuso sexual. É evidente que este é um recorte de uma população, no caso, de professores de pré-escola da China, mas que é possível compreender na análise dos questionários aplicados o quanto há uma defasagem de capacitação para os profissionais que atuam com crianças, e o quanto o seu papel é importante na prevenção e no combate da perpetuação desta violência que destrói vidas de crianças por todo o mundo.

Destarte, o olhar que estes profissionais têm para com a vítima da violência sexual também é importante, uma vez que, de acordo com o estudo empírico de Koistinen e Holma (2015) realizado com 30 profissionais de várias áreas, apontou que estes têm uma noção estereotipada e distorcida das pessoas que sofreram violência na família, podendo ser por questões culturais, ou status socioeconômico destes profissionais, sendo este o motivo de capacitar estes profissionais sobre a dinâmica de uma família violenta, uma vez que se treinados podem ter atitudes mais positivas frente a pacientes abusados.

É importante mencionar que o estudo de Brino (2007) não entrou na análise desta revisão, por ser um estudo mais antigo dos que os anos selecionados para a busca. Contudo, foi um significativo curso de capacitação a estes profissionais, realizado na cidade de São Carlos-SP. Esse trabalho consistiu na elaboração, implementação e avaliação de um programa de capacitação para 101 professores de escolas municipais infantis, no sentido de capacitá-los sobre o tema do abuso sexual, mas também foi realizado um trabalho junto aos pais e crianças desta escola, 2.918 crianças, alunas destes professores e 2.732 familiares destas crianças. O programa propiciou aos professores um conhecimento mais específico sobre os sintomas e sinais da criança vítima dessa violência, e com os pais houve um aumento nas respostas adequadas sobre o fenômeno. Com as crianças foram trabalhadas dinâmicas de autoproteção. Como meio de avaliação além dos instrumentos aplicados, foi levantado na comunidade que durante o período de aplicação do programa houve um aumento no número de notificações e de denúncias de crianças novas. Além disso, foi também realizada uma assessoria aos professores que identificassem alguma criança em situação de risco.

Diante dos estudos supracitados, é necessário mencionar que a legislação vigente no Brasil versa sobre a capacitação dos profissionais do sistema de garantia de direitos, contido no decreto 9.603/2018, que regulamenta a Lei nº13.431 de 2017, na seção IV, art. 27º, que menciona a participação destes profissionais em cursos de capacitação para que tenham um desempenho adequado das funções previstas no decreto, dentro do cabível no orçamento dos órgãos envolvidos. Ainda, a lei citada traz um ordenamento claro sobre o direito da criança em ser bem acolhida, conduzida e orientada, com atendimento humanizado, sendo conduzida para atendimento multidisciplinar, intersetorial, como serviços de saúde, socioassistencial,

com equipes multidisciplinares especializadas, de forma protegida e resguardando sigilo sobre sua identidade (BRASIL, 2018).

Desconhecimento sobre os trâmites e fluxos que envolvem a notificação

Quando se fala em capacitar um profissional para lidar com o tema do abuso sexual, é preciso levar em conta as variáveis envolvidas no tema, sendo este considerado complexo e difícil de ser conduzido corretamente sem as devidas orientações. Isto é, falta um olhar específico para o tema do ASI (PAIXÃO; DESLANDES, 2011), sendo de suma importância conhecer os trâmites, fluxos, consequências e leis que abarcam esta violência, uma vez que muitos dos casos de violência contra crianças acabam não sendo notificados por conta desse desconhecimento dos profissionais, acarretando, conseqüentemente, na não proteção da criança (ASSIS *et al*, 2012; EGRY; APOSTÓLICO; MORAIS, 2018). Como, por exemplo, o artigo de Chaves e Costa (2018) apontou a atuação de um diretor de escola que agiu de maneira empática, ativa, protegendo a criança e as irmãs envolvidas no caso de abuso sexual, e ao suspeitar dos ocorridos, buscou a mãe para irem juntos ao Conselho Tutelar efetivar a notificação de violência, fato este que provocou o afastamento do agressor. Neste caso, é possível compreender o quão importante é a capacitação dos profissionais que atuam na escola, a fim de saberem os procedimentos adequados e efetivos para que a criança seja protegida.

O estudo de Paixão e Deslandes (2011) também trouxe um relato de um gestor da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro, que mencionou desconhecer os trâmites do fluxo de encaminhamento para casos de violência contra criança, e que as informações não eram passadas aos profissionais que precisam deste conhecimento, além de profissionais da saúde e conselheiros tutelares também não terem tal conhecimento. No estudo de Egrý, Apostólico e Morais (2018) também foi falado, por profissionais da Atenção Primária que atuam no atendimento local e regional de crianças vítimas de violência, um distanciamento entre o protocolo de encaminhamento estabelecido e o que acontece na prática, trazendo um olhar para a dificuldade do trabalho em rede, em que, por vezes, não há uma definição clara entre os profissionais de para onde conduzir os casos, ou então o encaminhamento é feito para os serviços especializados, mas não é feita a notificação diretamente.

De modo a correlacionar tais informações com a Lei vigente no Brasil, cabe mencionar que o decreto 9.063/2018, citado anteriormente, também traz vistas à normatização do trabalho em rede, de forma integrada (art. 9º), definindo o fluxo de atendimento, criando grupos intersetoriais locais para discutir, acompanhar e encaminhar casos suspeitos ou confirmados de violência contra a criança. Tais informações devem ser compartilhadas de forma integrada, por meio de relatórios, seguindo o fluxo estabelecido entre os órgãos competentes, sendo resguardado sigilo da vítima. Deste modo, o ato conjunto dos Ministros de Estado da Justiça, da segurança Pública, da Educação, do Desenvolvimento Social, da Saúde e dos Direitos Humanos propõe, em Lei, a atuação intersetorial, proporciona humanização, proteção e celeridade nos casos de ASI, minimizando a desconexão de informações entre os profissionais que atuam em rede, como exposto nos estudos de Paixão e Deslandes (2011) e Egrý; Apostólico; Morais (2018). Assim, para melhor conduzir casos de ASI, não basta apenas o conhecimento técnico dos trâmites que envolvem o encaminhamento da criança, é preciso também ter conhecimento do trabalho em rede, comunicando aos outros órgãos competentes as ocorrências, garantindo proteção e atendimento à família. Além disso, para que se possa atender efetivamente ou então ter uma percepção correta da situação envolvendo uma criança, é preciso conhecer o desenvolvimento cognitivo desta acerca da sua própria sexualidade, bem como estar preparado para conversar, acolher e orientar a vítima.

Dificuldade em falar sobre o tema da sexualidade

Dentre os resultados obtidos na busca, a necessidade de educar tanto crianças como professores sobre o tema da sexualidade foi apontada em dois estudos (GWIRAYI, 2013; BROL; MARTELLI, 2018). Gwirayi (2013) destaca que programas educacionais têm tido um positivo impacto no Estados Unidos, além de outras estratégias de prevenção do abuso sexual, como as mídias sociais e a publicidade, têm feito esforços para alcançar potenciais agressores. Neste estudo foi realizada a aplicação de um questionário com 268 adolescentes de uma escola no distrito de Gweru, localizada no país chamado de Zimbábue, no sul da África, indagando acerca das possíveis formas de se combater o abuso sexual infantil. As respostas predominantes foram de que a escola deveria oferecer lições com guias e conselhos sobre sexualidade, ensinar as crianças sobre abuso sexual nas escolas e o terceiro com mais votos foi de que as crianças deveriam reportar o ocorrido da violência para os policiais. Neste sentido, este artigo contribui para a ideia de que quanto mais a escola falar de forma preparada, específica e direcionada para cada faixa etária sobre o abuso sexual infantil para crianças e adolescentes, mais estes estarão preparados para se proteger. Ainda, o ensino precisa ser estendido, e diria que, tão importante quanto orientar as crianças, é orientar os professores e toda a comunidade escolar que atua com este público a estarem cada mais capacitados para identificar sintomas dessa violência e agir de forma preventiva e protetiva.

Na mesma direção, o estudo de Brol e Martelli (2018) apontou a necessidade de trabalhar o tema da sexualidade na escola, esclarecendo as dúvidas, medos e inquietações, além de aprender sobre o limite do seu corpo e o que é errado no campo dos toques e carícias de um adulto ou pessoa mais velha quando se trata de uma criança ou adolescente. Concluiu-se que os profissionais que tiveram acesso a formação continuada tinham mais segurança para abordar sobre a sexualidade com seus alunos. Além disso, a revisão bibliográfica do artigo enfatizou a necessidade de ampliar o acesso a essa capacitação, de modo que os profissionais que atuam na educação estejam preparados para identificar algum sintoma de violência, ou esclarecer questões que possam ajudar crianças e adolescentes em seu desenvolvimento (BROL; MARTELLI, 2018).

Considerações finais

Diante dos dados e resultados apontados é possível perceber o quanto ainda está defasada, tanto no campo da literatura quanto da prática, a conexão do abuso sexual infantil com a capacitação de profissionais da educação. Compreender o fluxo de atendimento, como se faz uma notificação, entender a dinâmica familiar de uma família que conviveu com essa violência, saber acolher e dar a direção certa para um caso, explicar para a criança sobre o seu corpo, formas de carinho e os limites do aceitável, são pontos mencionados neste artigo que enfatizam a importância de capacitar tais profissionais visando o menor dano possível para a criança.

Como limite deste estudo é possível dizer que a busca foi realizada em apenas duas bases de dados, embora a base da Sage tenha sido escolhida pelo olhar importante para a educação e por trazer estudos realizados fora do país, e o Portal de Periódicos da CAPES, que reúne muitos estudos em seu portal. O foco da busca foi nos artigos publicados no ano de 2010 em diante, fato este que limita os resultados e aponta que podem haver mais estudos ou discussões que não foram abarcadas nesta revisão sistemática. Sugere-se, portanto, que haja mais pesquisas sobre esta temática produzindo conhecimento e, tão importante quanto, é que haja capacitações eficazes e abrangentes aos profissionais que atuam com crianças no âmbito

escolar. É de suma importância que estas capacitações sejam difundidas e que seja trabalhado com tais profissionais sobre a importância de se instrumentalizar para lidar com tais casos, uma vez que a identificação precoce dos sinais de risco e a notificação possibilitam meios mais eficazes de combater essa violência tão cruel que acarreta sofrimento para muitas crianças e famílias, caso contrário a criança pode continuar em risco, ou sofrendo a violência, que como mencionado neste estudo, pode se perpetuar por anos e acarretar danos gravíssimos a curto e a longo prazo para a vítima.

É importante também mencionar que o estudo trouxe um olhar de regiões diferentes, tanto a nível de Brasil como fora dele, o que denota que a necessidade de falar sobre a sexualidade e trazer este tema para a sala de aula, além de capacitar os profissionais da educação, é uma lacuna que se repete em vários ambientes distintos quando se trata da prevenção do abuso sexual. Por exemplo, nos estudos realizados fora do país, na China foi aplicado um questionário que mostrou a falta de conhecimento dos profissionais da educação.

Finalmente, é possível dizer que a legislação brasileira já caminhou significativamente para a proteção da criança e afirmação de políticas públicas sobre o tema, com a Constituição de 1988, em que a criança é vista como sujeito de direitos; o ECA, em 1990, definindo os direitos da criança em ser protegida e ter seus direitos fundamentais garantidos, sendo ainda mais reafirmado com a Lei 13.431 de 2017, que traz de forma clara a necessidade de capacitar a rede de proteção para lidar com casos de abuso sexual, o atendimento especializado a criança e adolescente, visto a especificidade desta violência. No entanto, ainda temos caminhos a serem percorridos, tal como apontado nos estudos de Paixão e Deslandes (2011) e Egry, Apostólico e Moraes (2018). Isto é, o direito de proteção e de um saudável desenvolvimento da infância já está consolidado na Lei brasileira, contudo, observa-se que na prática a evolução sobre este tema não caminha no mesmo compasso, há uma lacuna entre o direito e que o de fato acontece na realidade das crianças, ao passo que efetivamente não há ações suficientes para a promoção da lei, carecendo de atitudes mais específicas por parte dos órgãos competentes na prevenção da violência, mais cursos de capacitação oferecidos pelos municípios para instrumentalizar os profissionais, mais campanhas de conscientização desse crime, incluindo o oferecimento de atendimento psicológico gratuito e célere às vítimas para dirimir seu sofrimento, mas também intervenções junto aos agressores, para interromper a perpetuação da violência. É possível minimizar os efeitos nocivos desta violência, mas, para isto, é preciso uma ação global para que os profissionais da educação, que estão diariamente com as crianças, estejam atentos e tenham o conhecimento necessário e as ferramentas certas para agir de modo rápido e protetivo com a criança, que pode estar buscando na escola uma saída para seu sofrimento.

REFERÊNCIAS

ASSINI, Luciana Cristina; BOTOMÉ, Silvio Paulo. Abuso sexual infantil: esforços necessários para acabar com essa violência. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 1062-1068, jun. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844636020.pdf> Acesso em: 01 ago. 2018.

ASSIS, Simone Gonçalves de; GOMES, Daniela Lopes; PIRES, Thiago de Oliveira; PESCE, Renata Pires; AVANCI, Joviana Quintes. Notificações de violência doméstica, sexual e outras violências contra crianças no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 9, p. 1-10, set. 2012. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/notificacoes-de->

violencia-domestica-sexual-e-outras-violencias-contra-criancas-no-brasil/10572?id=10572.
Acesso em: 15 mar. 2021

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei n. 13.431, de 04 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 abr. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm. Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 9063, de 10 de dezembro de 2018. Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 abr. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9603.htm. Acesso em: 29 dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/ECA-Lei-n-8.069-de-13-de-Julho-de-1990#art-70>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde**. Brasília: Secretaria de Assistência à Saúde, 2002.

BRINO, Rachel de Faria. **Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil: avaliação de um programa de capacitação**. 2006. 258 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

BRINO, Rachel de Faria; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Concepções da Professora Acerca do Abuso Sexual Infantil. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], v. 1, n. 119, p. 113-128, jul. 2003.

BROL, Izana Stamm; MARTELLI, Andréa Cristina. Abordagem da sexualidade nas formações continuadas de professores e professoras da rede básica de ensino. **Revista Ártemis**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 274-279, jun, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/36304> Acesso em: 17 fev. 2021.

BROSEGUINI, Gabrielly Becalli; IGLESIAS, Alexandra. Revisão integrativa sobre redes de cuidados aos adolescentes em situação de violência sexual. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 12, p. 4991-5002, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.19282018>. Acesso em: 17 fev. 2021.

CARDIN, Valéria Silva Galdino; MOCHI, Tatiana de Freitas Giovanini; BANNACH, Rodrigo. Do Abuso Sexual Intrafamiliar: uma violação aos direitos da personalidade da criança e do adolescente. **Revista Jurídica Cesumar**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 401-432, dez.

2011. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/2090/1413> Acesso em: 01 ago. 2021.

CHAVES, E; L. F. COSTA. Doutrina da Proteção Integral e o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. **Avances en Psicología Latinoamericana**, Bogotá, v. 36, n. 3, p. 1-12, dez. 2018 Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/apl> Acesso em: 16 mar. 2021.

CRESWELL, John W. O Projeto de um estudo qualitativo. *In*: CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. cap. 3, p. 48-65.

EGRY, Emiko Yoshikawa; APOSTOLICO, Máira Rosa; MORAIS, Teresa Christine Pereira. Reporting child violence, health care flows and work process of primary health care professionals. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 83-92, jan. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000100083&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 mar. 2021.

GRUPO ANIMA EDUCAÇÃO. **Manual Revisão Bibliográfica sistemática integrativa: a pesquisa baseada em evidências**. Belo Horizonte: Anima, 2014.

GWIRAYI, P. Fighting child sexual abuse: perspectives of pupils from a developing country. **SAGE Open**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 1-7, jan. 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2158244012472687>. Acesso em: 17 fev. 2021.

HABIGZANG, Luisa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena. Violência contra crianças e adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2012.

MALTA, Deborah Carvalho *et al.* Fatores associados a violências contra crianças em Serviços Sentinela de Urgência nas capitais brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 2889-2898, set. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002902889&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 mar. 2021.

MURTA, Sheila Giardini; SANTOS, Karine Brito dos. Desenvolvimento de programas preventivos e de promoção de saúde mental. *In*: MURTA, S. G. *et al.* **Prevenção e Promoção em Saúde Mental: fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção**. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015. p. 168-191.

KOISTINEN, I; HOLMA, J. Finnish Health Care Professionals' Views of Patients Who Experience Family Violence. **SAGE Open**, 2015 DOI: 10.1177/2158244015570392 Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2158244015570392>. Acesso em: 22 de março de 2021

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial de Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002.

PAIXÃO, Ana Cristina Wanderley; DESLANDES, Suely Ferreira. Abuso Sexual Infantojuvenil: ações municipais da Saúde para a garantia do atendimento. **Ciência & Saúde**

Coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, n. 10, p. 4189-4198, out. 2011. Disponível em: <https://link.ezl.periodicos.capes.gov.br/sfxlcl41?frbrVersion=4>
Acesso em: 17 fev. 2021

PARANÁ (Estado). Ministério Público do Estado do Paraná. Comentários à Lei nº 13.431/2017. Curitiba, 2018. org. Murillo José Digiácomo & Eduardo Digiácomo. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/lei_13431_comentada_jun2018.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2021.

STELKO-PEREIRA, Ana Carina; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. O conceito de violência em um paradigma contextual: Distinções necessárias. *In: WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque et al. (Orgs.). Aspectos psicológicos da violência: uma abordagem teórico conceitual*. Curitiba: Juruá, 2019. p. 15-36.

SAMPAIO, Rosana F.; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, fev. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 01 ago. 2021.

SANTOS, Cristina Mamédio da Costa; PIMENTA, Cibele Andrucio de Mattos; NOBRE, Moacyr Roberto Cuce. A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 3, p. 1-9, mar. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/CfKNnz8mvSqVjZ37Z77pFsy/?lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2021.

SCHNEIDER, Jaluza Aimee; HABIGZANG, Luisa Fernanda. Aplicação do Programa Cognitivo-Comportamental Superar para atendimento individual de meninas vítimas de violência sexual: estudos de caso. **Avances en Psicología Latinoamericana**, Bogotá, v. 34, n. 3, p. 543-556, mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.12804/apl>. Acesso em: 17 fev. 2021.

ZHANG W, CHEN J, LIU F. Preventing child sexual abuse early: preschool teachers' knowledge, attitudes, and their training education in China. **SAGE Open**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 1-7, fev. 2015. Disponível em: [doi:10.1177/2158244015571187](https://doi.org/10.1177/2158244015571187). Acesso em: 22 mar. 2021.

4.2 ESTUDO II- ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DA INTERVENÇÃO

A necessidade de desenvolver uma intervenção inovadora apenas se justifica quando não há intervenções que tenham sido eficazes ou que não possam ser adaptadas, uma vez que hajam tais intervenções, a orientação é que seja utilizado com as devidas adaptações à cultura, público-alvo e ao contexto local dos participantes (MURTA; SANTOS, 2015). Neste sentido,

para elaborar a intervenção, tomou-se o cuidado de fazer uma busca na literatura do que já havia sido realizado dentro da temática do abuso sexual e que havia sido eficaz. Foi utilizado como referência o estudo de Brino (2006) que se tratou de um programa de intervenção com professores aplicado com foco na prevenção da violência contra crianças e adolescentes, que se mostrou eficaz na ampliação do conhecimento dos profissionais sobre a temática, além do estudo promovido por Bannwart (2011) em que foi feita uma capacitação com profissionais do programa Saúde da Família (PSF) sobre violência contra crianças e adolescentes, para sensibilizá-los a notificar os casos suspeitos ou confirmados.

A intervenção teve como objetivo, através da sua aplicação, levantar o conhecimento de graduandos sobre o tema do abuso sexual e instrumentalizá-los acerca do fenômeno e suas implicações. Para aplicá-lo, portanto, o conteúdo foi dividido e adaptado para oito encontros semanais, de forma remota, tendo como público-alvo alunos de pedagogia, psicologia e educação especial.

4.2.1 Método e participantes

Participaram da intervenção 110 estudantes do curso de psicologia, pedagogia e educação especial.

4.2.2 Procedimentos

Para dar início à pesquisa, foi enviado um *e-mail* aos coordenadores do curso de psicologia e pedagogia da UFPR sobre a possibilidade de realizar o estudo com os alunos dos cursos mencionados, em que responderam afirmativamente sobre a concordância da pesquisa, além de enviada outra consulta ao diretor do departamento de Educação da UFPR sobre a disponibilidade em realizar o estudo no local, em que este respondeu afirmativamente também. Diante do interesse na aplicação do curso, a proposta do curso foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná (o número do parecer do TCLE é 4.618.379, tendo como número do CAAE: 42715021.6.0000.0102).

Considerando o momento, no qual a pandemia do coronavírus estava instaurada, o curso foi estruturado para ser aplicado de forma *online*, o qual foi registrado e aprovado no comitê assessor de extensão (COEX) ligado à Pró-reitoria de extensão e cultura. Foi criado um convite digital contendo as informações, sendo este estendido, por meio das redes sociais, para alunos de outras universidades que se enquadrassem nos critérios de participação

(APÊNDICE 1). Os alunos interessados encaminharam um e-mail contendo o nome, o curso que estudavam, a Instituição de Ensino e o período. Por meio desse e-mail foram colhidas as informações e elas foram organizadas em uma planilha no Google docs.

O requisito inicial para a participação no curso foi de que os alunos estivessem cursando os dois últimos anos da graduação, e no curso de Pedagogia há uma variação na duração do curso dependendo da instituição de ensino. Por isso, os participantes variaram desde o 5º até o 10º, uma vez que havia cursos que tinham como duração máxima oito períodos, diferente, por exemplo, do curso de Pedagogia de uma universidade brasileira, que ao todo são dez períodos, sendo, neste caso, só permitida a participação de quem estivesse cursando a partir do 7º período. Além disso, o curso de Educação Especial foi incluído durante o período de inscrição, uma vez que houve uma demanda significativa de pedidos de inclusão e que estaria dentro do previsto quando se trata de educação e de atuação de professores em sala de aula. O período de inscrição foi de cinco dias. Neste primeiro momento, houve o total de 232 e-mails com candidatos à inscrição, mas foi necessário realizar uma seleção de quem não estava nos critérios pedidos e respostas individuais acerca da não possibilidade de participar, dentre estes, cerca de 20 profissionais formados. Para aqueles que se encaixavam nos critérios, foi solicitado um comprovante de matrícula, dando um prazo de uma semana para retorno, e então os alunos que enviaram o comprovante ou que sinalizaram que precisavam de mais tempo para ter o documento foram selecionados, totalizando 154 inscritos, participando efetivamente do curso 110 estudantes.

4.2.3 Local

Os encontros foram realizados de forma remota pela plataforma digital Zoom.

4.2.4 Instrumentos

Em virtude de os encontros acontecerem de forma remota, todos os questionários foram adaptados para o Google Forms para que os participantes pudessem preencher, por meio de um link enviado no chat da aula.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram:

- O instrumento “Exercício sobre Abuso Sexual” para Professores, elaborado por Brino (2006) consiste em um exercício a ser respondido pelos estudantes,

relatando situações imaginárias em que o professor e um respectivo aluno estariam envolvidos em uma suspeita de abuso sexual, questionando como o professor procederia diante de tal situação. O objetivo da aplicação deste instrumento foi que todos os participantes respondessem a uma mesma situação, além de possibilitar que os estudantes se imaginassem na situação e elaborassem suas próprias respostas quanto a como agir. Este questionário foi aplicado no primeiro e no último dia da intervenção (ANEXO 1).

- O instrumento Indicadores de Abuso Sexual consiste em uma escala contendo 35 sinais e sintomas correspondentes a ocorrência do abuso sexual infantil. Esta escala contém alguns sintomas mais característicos de que a violência tenha ocorrido e outros são poucos específicos, que não indicam que o abuso possa ter ocorrido (FLORES *et al.*, 2001). A importância deste instrumento está no fato de que as perguntas colocadas tratam de sinais e sintomas característicos de alguma situação estressante que a criança possa estar vivendo, mas algumas delas são específicas para o abuso sexual, sendo possível avaliar pelos escores assinalados se o respondente percebeu a especificidade de determinado sintoma em casos de abuso sexual. Tais sintomas específicos eram encontrados nos números 01, 02, 04, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 15, 17, 18, 21, 23, 24, 26, 29, 30, 31, 32 e 34. Já as perguntas que tinham indicativos não específicos do abuso sexual foram: 03, 08, 14, 16, 19, 20, 22, 25, 27, 28, 33 e 35. Importante esclarecer que no enunciado do instrumento havia a instrução da escala indicando que a atribuição de valor ao item deveria ser a máxima possível quanto mais expressivo fosse o sintoma listado para a violência em questão, devendo-se, então, atribuir cinco (5) e atribuir um (1) para aquele que fosse julgado como não indicativo de abuso sexual (BRINO, 2006). Este questionário foi aplicado no primeiro e no último dia da intervenção (ANEXO 2).
- Pergunta norteadora aplicada em cada encontro a fim de verificar o conhecimento adquirido naquela sessão, desenvolvido pela pesquisadora. A fim de avaliar o desenvolvimento dentro do conteúdo trabalhado no encontro, a mesma pergunta, que foi elaborada embasada no conteúdo a ser explanado no dia, foi aplicada no início da aula e no final. Esta ferramenta auxiliou também

no controle de presença de quem estava desde o início da aula até o fim (ANEXO 03).

- Questionário de Avaliação do Curso, desenvolvido por Banwart (2011). O instrumento é composto de oito afirmações de concordância (obrigatórias), com escala Likert, além de uma questão discursiva, opcional, para sugestões, críticas e melhorias. Este questionário foi aplicado no último encontro (ANEXO 4).

4.2.5 Procedimento da Intervenção

A intervenção foi estruturada para oito encontros, de uma hora e trinta minutos cada. Foram selecionados três monitores, do convívio social da pesquisadora, que pudessem auxiliar no procedimento do curso, tendo como bonificação um certificado de monitoria de 40 horas, tendo como critério a disponibilidade de ajudar no dia dos encontros e prestar as assistências necessárias durante todo o programa, sendo realizada uma reunião *on-line* antes do início do curso para repassar todas as diretrizes necessárias para desenvolver as atividades. Ao longo dos encontros, as monitoras auxiliaram no envio dos links dos questionários, na entrada da aula, a responder as mensagens de alunos com algum problema ou comunicado de não comparecimento, no grupo do WhatsApp e no controle de presença. Foi disponibilizado também aos estudantes um link com material de apoio *on-line* em que a pesquisadora adicionava toda semana as referências utilizadas em sala (APÊNDICE 3).

No primeiro e no último dia foram aplicados os dois instrumentos: Indicadores de Abuso sexual e Exercício sobre o Abuso Sexual, coletando as respostas referentes ao primeiro dia da intervenção e do último. Ao longo de cada encontro (entre o segundo e o sétimo) foi aplicado o instrumento de pergunta norteadora, no início e no fim de cada aula. Por fim, no último encontro foi aplicado o quadro de avaliação sobre o curso.

4.2.6 Conteúdo da intervenção

Para estruturar o conteúdo da intervenção teve-se como foco que os alunos fossem capazes de identificar os fatores de risco e proteção, distinguir entre mitos e verdades sobre o abuso sexual, reconhecer sinais e sintomas possíveis de violência contra a criança, conhecer os trâmites e fluxos de sua região para encaminhar os casos, juntamente com a rede de proteção, conhecer a ficha de notificação obrigatória, analisar a melhor forma de abordar as

vítimas de maus-tratos. Para tanto, foi utilizada a estratégia de que em cada encontro fosse trabalhado com os estudantes as ferramentas que pudessem desenvolver o conhecimento, as habilidades e atitudes dentro da temática, sendo estes os parâmetros, apontados pela literatura, que contribuem para uma mudança duradoura de comportamento (PANTOJA; BORGES-ANDRADE, 2004). Neste molde, o curso foi estruturado para desenvolver tais competências, a fim de que os estudantes pudessem adquirir o conhecimento necessário sobre o tema, sendo capazes de desenvolver a habilidade de saber o que fazer em determinada situação de risco para a criança e/ou adolescente, bem como desenvolver a capacidade de agir frente ao risco, de modo a promover/reestabelecer a proteção e garantia dos direitos da vítima que possa estar sendo violada. Além disso, buscou-se, ao longo dos encontros, atrair a atenção dos estudantes com atividades interativas, o que facilitou o engajamento dos participantes, criando vínculo entre eles, com a pesquisadora e com as monitoras, possibilitando um espaço de trocas. Antes de cada encontro a pesquisadora registrava todas as atividades a serem realizadas e enviava às monitoras para que a auxiliassem durante a aula. Todas as atividades realizadas pelos estudantes ficavam salvas no Drive do e-mail criado especialmente para a realização da intervenção.

QUADRO 2. CONTEÚDOS TRABALHADOS NO CURSO

ENCONTRO	CONHECIMENTO	HABILIDADES	ATITUDES
1	Aplicação dos instrumentos para avaliar o conhecimento prévio dos estudantes sobre o tema.	–	–
2	Conceituar o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes, com ênfase para o abuso sexual.	Identificar os tipos de violência contra a criança e adolescente.	Agir de forma preventiva e protetiva com a criança e adolescente.
3	Conceituar formas de prevenção à violência e violência intrafamiliar.	Identificar as três formas de Prevenção (primária, secundária e terciária); Identificar o local de	Agir de forma preventiva frente a casos de violência, adotando medidas que levem em conta

		ocorrência da violência no caso concreto.	o fato de que a violência pode estar ocorrendo no ambiente familiar.
4	Definir os sinais e sintomas que a criança vítima de abuso sexual pode apresentar.	Identificar possíveis sinais da ocorrência de maus-tratos contra a criança e adolescente.	Agir de forma protetiva e eficaz para evitar novas violências contra a criança.
5	Definir quais os procedimentos a serem adotados em caso de risco ou ocorrência da violência.	Saber quais os procedimentos que devem ser adotados para proteger a criança/adolescente.	Notificar aos órgãos competentes suspeitas ou ocorrência de violência contra criança/adolescente;
6	Discutir o perfil dos agressores sexuais apontados pela literatura.	Desmistificar o perfil do agressor sexual.	Agir de forma protetiva, acreditando no relato da criança e não descartando a possibilidade de alguém ser um agressor sexual.
7	Conhecer o papel dos profissionais da educação na proteção da infância e adolescência.	Saber o que é esperado pela Lei no que tange aos procedimentos dos profissionais frente a uma suspeita ou ocorrência de violência.	Agir de forma protetiva e preventiva, promovendo a garantia ou restabelecimento dos direitos das crianças e adolescentes.
8	Aplicação dos instrumentos para avaliar o conhecimento dos estudantes sobre o tema, posterior à intervenção.	—	—

FONTE: elaborado pela autora

DESCRIÇÃO DOS ENCONTROS:

Encontro 1: Inicialmente houve a apresentação da pesquisadora, do projeto de pesquisa e das monitoras. Neste encontro foi apresentado como ocorreria o curso, a duração, a

dinâmica dos encontros e critério de certificados. Para isto foi elaborado um cronograma intitulado “Boas vindas” disponibilizado antes do curso ter início e falado sobre ele neste encontro. Foi também compartilhado o material de apoio (APÊNDICE 3) em que consta as referências utilizadas durante o curso. Na sequência foi enviado o link com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE 4) para os participantes e após o aceite destes, **foi aplicado os dois instrumentos de avaliação de conhecimento sobre o Abuso Sexual: o “Indicadores de Abuso Sexual” e o Exercício sobre Abuso Sexual**”. Após isso, foi passado um vídeo de curta duração em que o ator Marcelo Adnet relatava uma situação de abuso sexual em que sofreu quando criança, sendo cometida por um funcionário em sua própria casa. Tal atividade teve o objetivo de abrir o tema do curso e mostrar de forma exemplificativa que a violência pode acontecer com qualquer pessoa, independente de raça, cultura, classe social, dentre outros, sendo aberto para os estudantes a discussão do caso. Por fim, foi feita uma atividade de nuvem de palavras para os participantes escrevessem a palavra que melhor definia o abuso sexual, após aquele encontro (APÊNDICE 2).

Encontro 2: No início e no término do encontro **foi aplicado instrumento “Pergunta Norteadora” sobre o tema do abuso sexual infantil**. Foi feita a exposição teórica sobre a definição e identificação das formas de violência contra criança e adolescente, explanação sobre o termo utilizado “abuso sexual infantil”, contextualizando com dados epidemiológicos da violência no Brasil.

Atividade Prática: Foi trabalhado um recorte de caso clínico trazido pela pesquisadora em que retratava uma menina de oito anos que havia sofrido abuso sexual por parte de seu padrasto, além de outras formas de violência. A atendida foi acolhida institucionalmente em virtude de notificação realizada por seu tio ao conselho tutelar. A infante havia sido encaminhada para atendimento psicológico para tratar de falta de atenção e dificuldades escolares. Ao término do caso exposto, os alunos discutiram sobre as diversas formas que a violência pode ocorrer.

Encontro 3:

No início e no término do encontro **foi aplicado instrumento “Pergunta Norteadora” sobre o tema da ocorrência do abuso sexual no âmbito familiar**. Foi feita exposição teórica sobre as possíveis formas de prevenção (primária, secundária e terciária) tanto na identificação de um possível risco como no atendimento eficaz em caso de violência

que já ocorreu ou esteja ocorrendo. Para articular o conteúdo teórico com algum caso, foi transmitido em aula um trecho do filme Preciosa (2009).

Atividade Prática: A turma foi dividida em grupos menores em que os participantes tinham que responder três principais questões sobre a dinâmica da violência apresentada no filme: Quais as violências que a Preciosa sofre? Qual a atitude da mãe? Qual o desafio para a profissional que atende a mãe e a Preciosa?

Como fechamento do encontro foi discutido de que forma a violência no âmbito familiar pode ser interrompida através do olhar sensível e da capacitação dos profissionais que circundam a criança/adolescente.

Encontro 4:

No início e no término do encontro **foi aplicado instrumento “Pergunta Norteadora” sobre os sinais e sintomas que a criança vítima de abuso sexual pode apresentar.** Foi feita a exposição teórica e discussão em sala falando sobre as mudanças de comportamento comuns apresentados e as consequências possíveis vivenciadas a curto e longo prazo, pela vítima desta violência. Para articular a teoria à prática foi utilizado o caso “Cidinha” de Maria da Graça Saldanha (ANEXO 5).

Atividade prática:

Foi trabalhado com os alunos a leitura do caso, em que se tratava de maus-tratos a uma menina chamada Cidinha. Foi pedido que alguns voluntários assumissem o papel dos personagens do caso para deixar a leitura interativa. No caso havia a participação dos profissionais da rede de proteção. Em síntese, Cidinha sofria maus-tratos desde quando bebê até atingir mais idade, dentro do âmbito familiar, e corriqueiramente era atendida pela rede de saúde com marcas da violência sofrida, contudo, cada profissional que atendia a infante não se ocupava do caso, apenas exclamavam que a responsabilidade não era deles. Diante da omissão da rede de proteção frente a violência sofrida, esta veio a falecer. Ao término da leitura, os estudantes expressaram a tristeza frente tanta negligência dos profissionais e foi abordado a necessidade de estar atento aos sinais de risco, a não se omitir de notificar os casos suspeitos. Isto é, a ação correta como rede de proteção possibilita que a criança tenha seus direitos reestabelecidos.

Encontro 5:

No início e no término do encontro **foi aplicado instrumento “Pergunta Norteadora” sobre os procedimentos a serem adotados em caso de risco ou ocorrência da violência.** Foi feita exposição teórica sobre os procedimentos a serem adotados em caso de risco ou violência contra a criança e o adolescente, os trâmites e fluxos de encaminhamentos, bem como a necessidade de acionar a rede de proteção.

Atividade prática: Uma das integrantes do curso foi convidada previamente a falar sobre sua experiência enquanto agente de rede proteção de uma cidade de Curitiba, apresentando a ficha de notificação obrigatória e a importância de notificar. Ainda neste encontro foi pedido que os participantes pesquisassem na sua região em quais locais poderia ser feita a notificação de casos de violência contra a criança. A atividade foi entregue para as monitoras.

Encontro 6:

No início e no término do encontro **foi aplicado o instrumento “Pergunta Norteadora” sobre o perfil dos agressores sexuais apontados pela literatura.** Foi feita exposição teórica do tema, buscando desmistificar que haja um perfil específico daquele que agride sexualmente uma criança/adolescente. Foi trabalhada a diferença entre agressor sexual e pedofilia, os possíveis transtornos sexuais envolvendo a violência, os fatores de risco que podem levar uma pessoa a cometer tal ato, as fantasias envolvidas com a criança que o agressor pode ter.

Encontro 7: No início e no término do encontro **foi aplicado o instrumento “Pergunta Norteadora” sobre a importância do profissional de educação na prevenção da violência e proteção da criança.** Foi exposto o que diz a Legislação brasileira sobre o tema e a responsabilidade de cada profissional em notificar a suspeita ou confirmação de violência contra a criança e adolescente.

Atividade prática: A turma foi dividida em pequenos grupos para discutir um caso clínico, no molde do instrumento “Exercício sobre o abuso sexual”, mas adaptando alguns dados, para que estes escrevessem o que deveria ser feito em caso de suspeita de abuso sexual de uma criança que demonstrava sinais específicos da violência sofrida em sala de aula (ANEXO 6).

Como fechamento foi discutido com os participantes o que seria adequado fazer neste caso, de acordo com a literatura e legislação vigente.

Encontro 8:

No último dia do curso foi aplicado novamente **os dois questionários de avaliação de conhecimento sobre o tema, o instrumento “Indicadores de Abuso Sexual” e o Exercício sobre Abuso Sexual** para medir o conhecimento adquirido ao longo do curso. Para realizar o encerramento do curso foi realizado o sorteio do Livro “Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abuso sexuais e pedofilia” de Christiane Sanderson (2005), que foi proposto no primeiro dia do curso para motivar os estudantes a não faltarem e serem participativos. Por fim, **foi aplicado o instrumento de “Avaliação do Curso” para medir o nível de satisfação dos participantes** com o curso promovido.

4.2.7 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Neste estudo foi utilizado o delineamento A-B (pré-intervenção e pós-intervenção) sem grupo controle, caracterizando-se como um estudo pré-experimental, buscando avaliar o desempenho dos participantes com base nas respostas ao questionário aplicado no primeiro e no último dia da intervenção (COZBY, 2003).

4.3 ESTUDO III- AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO ADQUIRIDO NA INTERVENÇÃO

Este estudo teve como objetivo avaliar o conhecimento dos estudantes adquirido ao longo do curso, utilizando-se para isto a medida de pré e pós-teste, buscando medir a aprendizagem destes sobre os temas trabalhados e os objetivos traçados para o curso (CARVALHO; ABBAD, 2006). O método de avaliação foi através dos instrumentos aplicados durante os encontros.

4.3.1 PROCEDIMENTO DA ANÁLISE DOS DADOS

Para analisar os resultados obtidos no instrumento “Indicadores de abuso sexual”, aplicado no primeiro e no último encontro, foi utilizado o teste Wilcoxon mediante a utilização do software Jamovi (versão 1.6.230), em que foram analisados pela pontuação média feita sobre os sintomas específicos e os inespecíficos do abuso sexual. Para avaliar o resultado obtido no instrumento “Exercício sobre o abuso sexual”, aplicado no primeiro e no último encontro, foi utilizado o Software Iramuteq (versão 0.7 alpha 2) como suporte para a análise lexical e para a construção da nuvem e palavras, sendo a análise feita de forma

qualitativa, e as respostas categorizadas como: Comportamento Protetivo e Comportamento Não Protetivo. O instrumento “Pergunta Norteadora” foi aplicado em cada encontro e analisado mediante acertos e erros de cada participante no dia do encontro realizado.

4.3.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.3.2.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS PARTICIPANTES

Para melhor analisar os resultados obtidos, foi traçado o perfil dos participantes a fim de correlacionar tais resultados com as características de cada participante quanto ao sexo, idade, estado civil/união estável, número de filhos, renda, à região que pertencia, estado civil, idade, bem como características referentes ao curso que frequentava, período, atividade remunerada exercida. Para tanto, participaram desta pesquisa alunos do curso de graduação de Psicologia, de Pedagogia e de Educação Especial de diferentes Universidades do Brasil.

TABELA 1 – PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS PARTICIPANTES (N=110)

Gênero		Idade		Estado Civil		Nº Filhos		Renda		
	Freq.	%	Média	DP		Freq.	%	Com base no Salário Mínimo	Freq.	%
Feminino	104	95	25,2	6,6	Solteiro	96	87	Até um	16	15
Masculino	5	5			Casado	11	10	De um até três	57	52
Outro	1	1			Divorciado	3	3	De três até seis	19	17
								Outro	18	16

FONTE: elaborado pela autora.

Como é possível ver pela tabela 1, houve uma variação na média de idade dos participantes, pois mesmo que a maioria dos participantes fosse da faixa etária dos vinte e poucos anos, uma participante tinha 61 anos, o que trouxe a variação no desvio padrão. Percebe-se também a prevalência do gênero feminino (95%), estado civil solteiro (87%), tendo como renda de um até três salários mínimos (52%), sem filhos (86%). O perfil solteiro e sem filhos, de forma predominante, está fortemente relacionado à prevalência da idade da faixa etária prevalecente, como apontado na média de 25,6. Isto pode ser afirmado mediante dados do IBGE (2010), que traçam um perfil de mulheres de 20 a 24 anos sem filhos como sendo 60% da população brasileira, e as mulheres de 25 a 29 anos, com 40% da população do país, o que reforça a ideia de que é um dado comum às mulheres dessa faixa etária não ter filhos.

TABELA 2 – INFORMAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Curso	Período do curso		Área de atuação					
	Freq.	%		Freq.	%		Freq.	%
Pedagogia	25	23	5°	3	3	Estágio	30	27
Educação Especial	9	8	6°	3	3	Docência	8	7
Psicologia	76	69	7°	54	49	Outro	37	34
			8°	16	15	Pesquisa	10	9
			9°	19	17	Não exerce atividade remunerada	25	23
			10°	15	14			

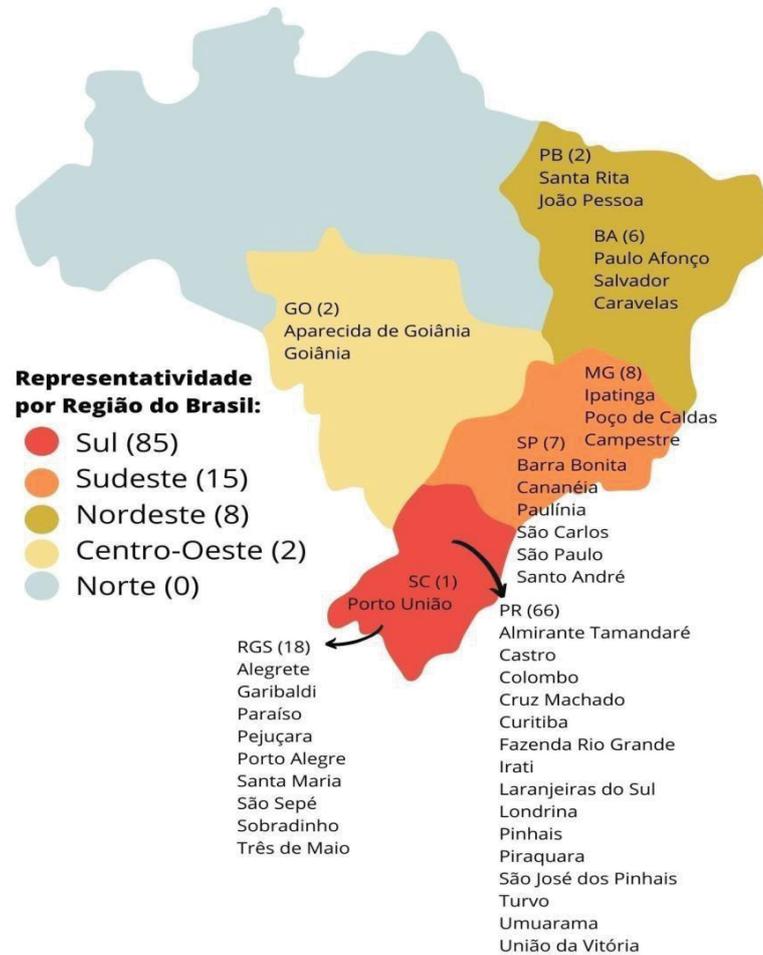
FONTE: elaborado pela autora.

Como apontado na tabela 2, a maioria dos participantes era estudante de Psicologia (69%), cursando o 7° período (49%). Sobre a área de atuação dos alunos, é possível perceber que a maioria dos alunos exercem outras atividades remuneradas que não foram abarcadas no questionário (34%). Sobre áreas de interesse da profissão em questão, é possível perceber que 27% faz estágio na área, enquanto que uma parcela de 9% realiza alguma pesquisa acadêmica e 7% atua na docência. Estas três categorias, que totalizam 44%, podem denotar um interesse maior pela temática do curso, dependendo da área do estágio, docência e pesquisas realizadas.

De outro modo, 23% dos alunos não exercem atividade remunerada. É possível inferir que se trata de um grupo diverso, com uma parcela que exerce algum tipo de trabalho para sustento, e supõe-se que não é na área de estudo. Outra parcela faz estágio, partindo do pressuposto que não dependem desta renda para sustento, mas talvez para ajuda de custo, e outra parcela não exerce atividade remunerada, pode ser que estejam à procura de emprego, ou se dediquem apenas aos estudos, ou outro motivo desconhecido.

Ainda sobre os participantes, estes apresentam diversidade quanto à região onde residem, sendo demonstrado na figura 2.

FIGURA 2 – PARTICIPANTES POR REGIÃO



FONTE: elaborado pela autora.

Como pode ser percebido na figura 2, houve uma prevalência de participantes da região Sul, com 85 participantes, o que totaliza em 77% dos alunos participantes. Sobre tal aspecto, dados apontam maior adesão das pessoas do sul, sudeste e centro-oeste na graduação do que nas outras regiões com público majoritariamente feminino (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2016). Tal fato repete-se nos dados analisados em questão em que a região Sul e Sudeste prevalecem como participantes. Contudo, como a publicização do curso foi via redes sociais, pode ser que não tenha havido um alcance de forma igualitária na divulgação para todas as regiões do país. Além disso, é possível notar a variação de cidades, e mesmo com um alcance menor nas regiões norte e centro-oeste, ainda assim há uma participação importante, que pode ser proporcionada também pelo fato de o curso ser feito no modo remoto. Sobre a variação de regiões e de cidades, ao longo dos encontros foram perceptíveis diferenças de informações, quando participantes de cidades como Pejuçara não encontraram informações sobre a notificação da violência quando solicitado durante o curso.

4.3.2.2 RESPOSTAS AO INSTRUMENTO: INDICADORES DE ABUSO SEXUAL

Para cada participante havia dois questionários a serem analisados: o aplicado no primeiro encontro e o aplicado no último encontro. O teste de Shapiro-Wilk foi aplicado para avaliar se havia distribuição normal nas variáveis analisadas, em que constou como resultado um valor p menor do 0,05, para questões específicas. Para que haja uma distribuição normal é preciso que o valor p seja maior que 0,05, logo, trata-se de uma distribuição não-normal. De acordo com Field (2020) o desvio da normalidade informa que não se pode utilizar um teste paramétrico, e nesse caso optou-se por utilizar o teste de Wilcoxon para a análise do instrumento.

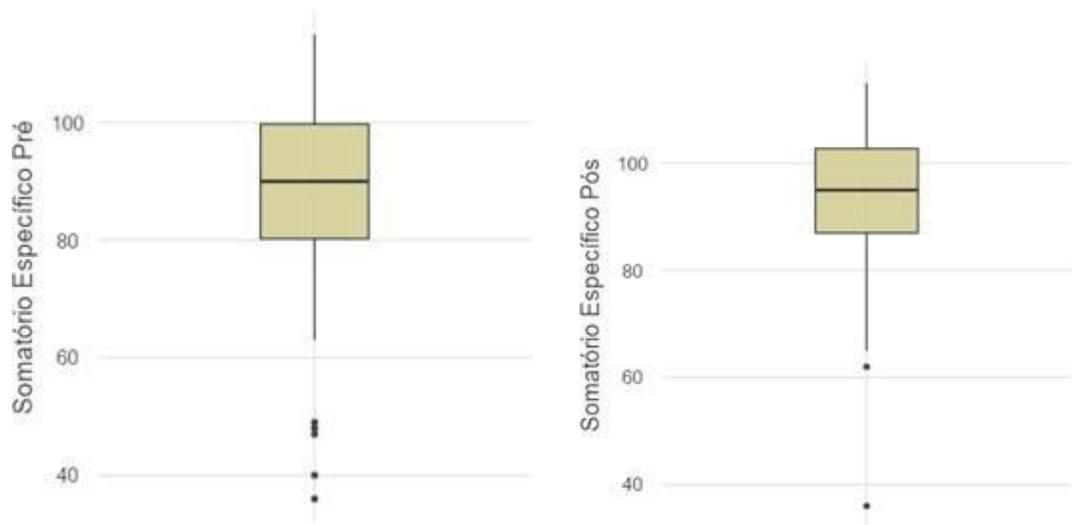
TABELA 3 – ANÁLISE DESCRITIVA PARA QUESTÕES ESPECÍFICAS PARA O ABUSO SEXUAL

	Pré-Teste	Pós-Teste
N	110	110
Média	89	93
Mediana	90	95
Desvio Padrão	16	13

FONTE: elaborado pela autora.

Ao utilizar este teste, com a soma das respostas para questões específicas do abuso sexual (instrumento IAS), anterior e posterior ao curso, chegou-se ao valor p menor que 0,05. Conforme Field (2020) explica, citando Cohen (1990), quando há essa probabilidade de valor p menor do que 0,05, há um efeito significativo, então há uma diferença estatisticamente significativa nas médias das respostas que são referentes a questões específicas do abuso sexual. Além disso, Sousa (2018) citando Cohen (1988) e outros autores importantes da estatística, discorrem sobre o tamanho de efeito (*effect size*), que se trata de uma medida para identificar a significância prática de uma pesquisa e seu efeito em uma população. No caso, o valor de Wilcoxon foi de 1833,0 o valor p menor do que 0,001, tendo um valor de efeito de -0,38 obtido nesta pesquisa, sendo considerado um efeito médio pela literatura (=0,3), o que denota uma importância no efeito das diferenças entre o pré-teste e o pós-teste aplicados na intervenção, para questões específicas do Abuso sexual (FIELD, 2020; SOUSA, 2018).

GRÁFICO 1 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS RESPOSTAS PARA QUESTÕES ESPECÍFICAS NO PRÉ E NO PÓS TESTE



FONTE: elaborado pela autora.

O gráfico 1 se trata de um gráfico box plot, que é utilizado para mostrar a mediana, o espalhamento e também o intervalo interquartilico dos escores (FIELD, 2020), sendo possível perceber que no centro do diagrama encontra-se a mediana, que é a distribuição central de um conjunto de valores ordenados. As arestas superior e inferior da caixa são os limites nos quais se encontram 50% dos resultados. Assim, a mediana no pré-teste estava em 90 pontos, e após a intervenção foi para 95 pontos, apontando para uma tendência da turma em aumentar os pontos para questões específicas após os encontros.

TABELA 4 – ANÁLISE DESCRITIVA PARA QUESTÕES NÃO-ESPECÍFICAS PARA O ABUSO SEXUAL

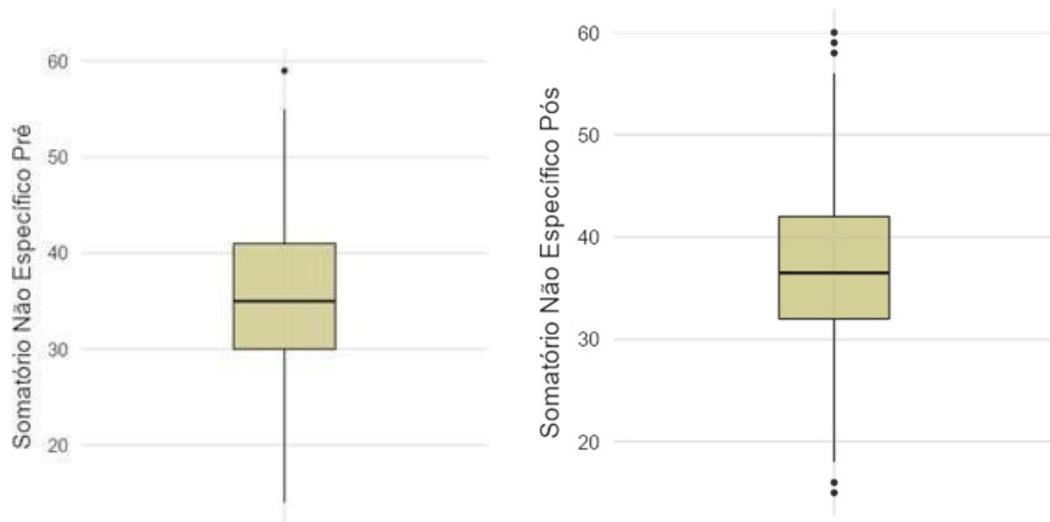
	Pré-Teste	Pós-Teste
N	110	110
Média	35	37
Mediana	35	37
Desvio Padrão	9,19	9,32

FONTE: elaborado pela autora.

Para as questões não específicas do abuso sexual foi obtido o valor p maior que 0,05, o que aponta que não houve diferença significativamente estatística. Sobre o tamanho de

efeito, ($W=2184$ e $p=0,08$) o valor obtido $(-0,2)$ não representa uma mudança relevante nas respostas para as questões não específicas, sendo considerado pela literatura um valor fraco (SOUSA, 2018).

GRÁFICO 2 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS RESPOSTAS PARA QUESTÕES NÃO ESPECÍFICAS NO PRÉ E NO PÓS TESTE



FONTE: elaborado pela autora.

Conforme aponta o gráfico 2, para as questões não específicas a mediana estava em 35 no pré-teste e após os encontros foi para 37, representando um aumento das respostas dos estudantes para questões não tão características do ASI, fato que não corrobora com o esperado, que era que tais estudantes diminuíssem a pontuação para questões não específicas.

A partir destes resultados é possível perceber que houve estudantes que já iniciaram a intervenção com um conhecimento mais avançado sobre o Abuso sexual, enquanto que outros alunos não tinham um conhecimento específico, mas avançaram sobre a temática, dentro dos escores esperados no instrumento aplicado. Ainda, é possível concluir que o aumento na média da turma para quesitos específicos da violência denota um desenvolvimento no conhecimento sobre os sinais e sintomas mais característicos do ASI. Contudo, sobre os aspectos não tão característicos da violência, é possível inferir que como não foi trabalhado de forma aprofundada no curso sobre eles, uma vez que não são característicos do ASI, não houve uma mudança significativa nessas respostas. Ainda é importante mencionar que como discutido ao longo deste trabalho, o sofrimento de cada sujeito vítima de uma violência é

singular, podendo as consequências e a maneira que cada um lida com situação mudar de pessoa para pessoa. Isto é, mesmo que se repita de forma mais prevalente sinais mais conhecidos, é possível que os alunos que assinalaram as respostas não tão específicas tenham tido em sua vivência experiências que corroborem para estes sinais e sintomas.

Como mencionado anteriormente, este trabalho foi inspirado no programa de capacitação sobre o abuso sexual de Brino (2006) e na aplicação do IAS houve um resultado semelhante ao apresentado aqui. Contudo, no trabalho da autora mencionada, foram feitas três aplicações do instrumento e em mais grupos, mas de modo geral na aplicação do teste com os professores houve aumento estatisticamente significativo para as questões específicas e não houve para as questões não específicas. De modo análogo ao apresentado neste trabalho, a discussão levantada pelas autoras é que há uma tendência ao estado de “alerta” para questões relacionadas ao abuso sexual, entendendo de modo superficial que qualquer sintoma poderia ser sinal da violência, levando à compreensão automática como sinais e sintomas relacionados ao abuso sexual. Para sanar esta lacuna seriam necessários mais encontros para trabalhar mais de forma mais aprofundada o que é ou não é um sinal de ASI, uma vez que um sinalizar para algo que não seja específico para o abuso sexual pode trazer denúncias falsas, prejudicando pessoas inocentes, além de uma exposição desnecessária da criança (BRINO; WILLIAMS, 2008). Posto isto, torna-se necessário trazer mais clareza sobre o que seria específico de abuso sexual e o que não. Assim, articulando tal resultado e a discussão das autoras deste programa com o deste trabalho, é possível inferir que mais tempo de curso seria necessário para trazer mais clareza sobre tais questões, mas em relação ao que seria próprio do abuso, os estudantes tiveram um aumento significativo para a identificação da violência.

CONFIABILIDADE DO INSTRUMENTO

Para medir a confiabilidade do instrumento IAS foram utilizadas medidas: O Alfa de Cronbach, que é a medida mais comum de confiabilidade de um questionário (FIELD, 2020) e o coeficiente ômega (ω) de McDonald que vem apresentando melhor desempenho e sido apoio frente algumas limitações da primeira medida mencionada (SILVA JÚNIOR, 2010). O resultado do Alfa para este instrumento foi de 0,93 para questões específicas e 0,88 para questões não específicas, e do ômega (ω) foi de 0,94 para questões específicas e $\omega=0,88$ para questões não específicas, sendo valores por volta de 0,8 um bom score de confiabilidade para ambas as medidas (CAMPO-ARIAS; OVIEDO, 2008; FIELD, 2020; SILVA JÚNIOR, 2010). Tal dado aponta que, sobre este parâmetro, este instrumento tem uma confiabilidade média pelas questões que se propõe a avaliar (FIELD, 2020), sendo este apenas um dos requisitos a

serem explorados. Cabe ressaltar que este instrumento é pouco divulgado na literatura, necessitando de mais estudos para avaliar sua aplicação e resultados.

Além dos resultados quantitativos, este trabalho visou, além da identificação, trabalhar com possíveis estratégias para que se pudesse notificar a violência ocorrida, e para tanto foi utilizado o instrumento “Exercício sobre o Abuso sexual” para medir tal conhecimento, que foi analisado de modo qualitativo.

4.3.2.3 RESPOSTAS AO INSTRUMENTO: EXERCÍCIO SOBRE O ABUSO SEXUAL

O instrumento proposto trata-se de uma pergunta aberta para verificar qual a atitude de um professor em sala de aula perante um suposto caso de abuso sexual. A análise realizada foi no sentido de perceber a diferença na resposta dos estudantes antes do curso e após o curso.

Enunciado do instrumento:

Uma professora trabalha com uma classe há cerca de três meses, e o ano letivo está por volta do mês de maio. Uma aluna, neste período, passa a apresentar alguns comportamentos que não apresentava anteriormente. Antes ela era comunicativa, apresentava bom desempenho, realizava as tarefas, se relacionava bem com os colegas. Agora está retraída, isolou-se dos colegas, parece muito triste, quieta, não realiza as tarefas e suas notas estão mais baixas. A professora pergunta-lhe o que está acontecendo e ela não responde. Certo dia, em uma atividade proposta pela professora, a aluna apresentou comportamentos sexuais não adequados para a sua idade. A partir desta situação, liste: quais atitudes e procedimentos você adotaria? (BRINO, 2006)

Os participantes, mesmo que não fossem professores, poderiam trazer, na resposta após o curso, mais detalhes de procedimentos adequados perante um caso suspeito, conforme o conteúdo que foi discutido ao longo dos encontros. As respostas foram divididas entre comportamentos considerados protetivos e não protetivos.

QUADRO 3 – RESPOSTAS DOS ESTUDANTES DIVIDIDA EM DUAS CATEGORIAS

Comportamentos considerados protetivos	Comportamentos considerados não protetivos
Comunicar à direção da escola	Chamar os responsáveis para uma conversa sobre o abuso

Observar o comportamento da criança	Conversar com a criança sobre o abuso
Buscar auxílio de um psicólogo	Insistir para que a criança conte sobre o ocorrido.
Realizar a notificação junto ao Conselho Tutelar ou acionar outro órgão competente	Não respondeu
Observar o comportamento da criança, conversar com a direção da escola e denunciar ao Conselho Tutelar.	

FONTE: Adaptado de BRINO (2006).

Na análise das respostas dos estudantes consideradas como comportamento protetivos à criança, no primeiro encontro foram obtidas 22 respostas e no último encontro 50 respostas, o que pode ser considerado um ponto positivo frente à demanda de notificar a violência e proteger a criança. Como consequência, as respostas consideradas como não protetivas diminuíram. Para facilitar a visualização das palavras que apareceram com maior frequência no primeiro encontro e no último, foi utilizada a técnica de nuvem de palavras, que se trata de uma construção de conjunto de palavras que compõem um texto, utilizando tamanhos de letras diferentes de acordo com a frequência dessas palavras. Para a seleção das palavras e das frequências, bem como para a construção da nuvem, foi utilizado o software Iramuteq, selecionado as palavras com frequência de dez ou mais. As classes semânticas de palavras selecionadas para aparecer na nuvem foram os verbos, adjetivos e substantivos.

FIGURA 3 –NUVEM DE PALAVRAS DAS RESPOSTAS DOS ESTUDANTES
ANTES DA INTERVENÇÃO

desconhecimento das leis de proteção da criança ou então uma banalização da violência (HABIGZANG *et al.*, 2011; BRINO *et al.*, 2011; BRINO, 2006). Além do fato de que acionar a família pode levar esta criança a ser isolada e não frequentar mais a escola, no caso de a família não ser protetiva (BRINO, 2006).

Sobre conversar com a criança:

Este tipo de violência vem acompanhada de segredo e negação, dificultando que a vítima relate o ocorrido. Se assim o fizer, o recomendado pela lei 13.431 de 2017 é que esta criança só venha a ser ouvida diante do juiz, por meio da escuta especializada e depoimento especial (art. 4º). Este procedimento poupa a vítima do desgaste de falar da situação vivida, uma vez que geralmente pode causar sofrimento e a revitimização, que é a exposição desta a relatar o ocorrido para uma pessoa que não possui qualificação técnica para esta escuta (BRASIL, 2017). Esta lei traz uma normativa específica para casos de abuso sexual, contribuindo na identificação precoce desta violência, mas que de forma isolada não alcançará seu objetivo, que é a da proteção integral da criança e do adolescente, e para tanto, a mesma lei menciona a obrigatoriedade de os profissionais da saúde e educação realizarem a notificação obrigatória junto ao Conselho Tutelar. Para que isso ocorra, os profissionais precisam estar preparados para tal tipo de situação (REIS; PRATA, 2018). Assim, o comportamento assinalado pelos alunos no primeiro encontro de conversar diretamente com a criança, a inquirindo sobre o ocorrido, não é o recomendado, uma vez que o profissional pode sugerir respostas à criança, prejudicando o relato dela no espaço e momento adequado definidos pela Lei (BRASIL, 2017).

No último encontro houve um aumento das respostas que mencionaram “notificação”, “acionar a direção da escola”, “encaminhar para os órgãos competentes”, “conselho tutelar”, o que permite interpretar que houve um aumento no conhecimento dos trâmites envolvendo este tipo de agressão. Contudo, percebe-se ainda que a atitude de conversar com a criança ainda teve uma alta taxa de respostas, mesmo no último dia do encontro. Diante disso, é possível levantar a hipótese de que os estudantes preferem conversar com a criança para ter uma “certeza” sobre o ocorrido, no entanto, este não é o papel do professor ou do psicólogo, e sim, em caso de suspeita, realizar a notificação para que então seja investigado pelos órgãos competentes, conforme disposto no arts. 13 e 245 do ECA (BRASIL, 1990). O enunciado da questão proposta é claro em dizer que a criança se recusava a conversar sobre o ocorrido e que tinha comportamentos sexualizados, fatos estes que

corroboram para a suspeita do ASI, devendo ser tomadas atitudes assertivas para a real proteção da criança. A rede de proteção como a escola, conselho tutelar, judiciário, dentre outros, precisa garantir segurança e suporte emocional à vítima e também ao cuidador que não abusou da criança, carecendo então de capacitações contínuas (HABIGZANG *et al.*, 2011; BRASIL, 2017).

Contudo, é importante mencionar que a criança pode sim procurar algum profissional da escola para relatar o abuso sofrido. Neste caso trata-se da revelação espontânea, e neste momento este profissional precisa estar preparado e tomar as medidas certas, conforme o art. 4º, §2º e §3º da Lei 13.431 de 2017. Neste caso ainda, seria ideal que a escola estabelecesse um protocolo de encaminhamento com as medidas possíveis que o profissional deveria tomar. Tendo em mãos este protocolo e acionando a direção da escola, o profissional não fica tão exposto, garantindo a proteção deste, encorajando-o também a acionar os órgãos protetores, uma vez que alguns profissionais não notificam por medo da retaliação dos agressores (LITTLECHILD, B. *et al.*, 2019; PAULA, T.C. *et al.*, 2021)

4.3.2.4 RESPOSTAS AO INSTRUMENTO: PERGUNTA NORTEADORA

O objetivo do instrumento foi verificar o conhecimento adquirido em cada encontro, em que a mesma pergunta pautada no conteúdo do dia foi aplicada no início da aula e no final.

TABELA 5 – PORCENTAGEM DE ACERTOS DAS PERGUNTAS NORTEADORAS PARA CADA ENCONTRO

Assertiva	PRÉ	PÓS
ENCONTRO 02: Acerca do abuso sexual, assinale a opção correta: () Vem sempre acompanhado de violência física () Não deixa marcas físicas (x) Pode ser por toques, exposição a pornografia, com penetração ou não, dentre outras formas de praticar a violência.	100%	100%
ENCONTRO 03: Sobre o ambiente em que a violência ocorre, assinale a opção correta: (x) Na grande maioria ocorre dentro do ambiente familiar () Ocorre sempre em locais desconhecidos da criança e que ela raramente vai, como rua, escola ou supermercado () Quem pratica o abuso sexual é sempre uma pessoa desconhecida da criança	100%	100%
ENCONTRO 04: Sobre os sintomas que uma criança vítima de abuso sexual pode apresentar,	100%	100%

assinale a opção correta: <input checked="" type="checkbox"/> Na grande maioria ocorre dentro do ambiente familiar <input type="checkbox"/> Ocorre sempre em locais desconhecidos da criança e que ela raramente vai, como na rua, escola ou supermercado. <input type="checkbox"/> Quem pratica o abuso sexual é sempre uma pessoa desconhecida da criança.		
ENCONTRO 5: Sobre os procedimentos em caso de suspeita de Abuso Sexual Infantil, assinale a opção correta: <input type="checkbox"/> A notificação não é obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Toda pessoa pode denunciar a violência ocorrida, mesmo que não seja a vítima. <input type="checkbox"/> A Lei não ampara a vítima de abuso sexual por se tratar de criança.	98,6%	100%
ENCONTRO 6: Sobre o perfil do agressor sexual, responda: <input type="checkbox"/> O abusador tem cara de mal. <input type="checkbox"/> O abusador é desconhecido da família, na grande maioria dos casos. <input checked="" type="checkbox"/> Nem toda pessoa com o diagnóstico de pedofilia irá abusar sexualmente de uma criança.	94,3%	100%
ENCONTRO 7: Sobre o papel dos profissionais da educação, responda: <input checked="" type="checkbox"/> O profissional que atua com crianças deve estar atento aos possíveis sinais de violência contra a criança. <input type="checkbox"/> O profissional que atua com criança não tem que saber sobre formas de prevenção e proteção da criança. <input type="checkbox"/> A escola não tem dever algum de proteger a criança em seus direitos.	100%	100%

FONTE: elaborado pela autora.

Como é possível observar na tabela 5, o resultado geral dos estudantes sobre perfil do agressor sexual e sobre os procedimentos de notificação da violência teve diferença no pré e pós encontro. Sobre a notificação obrigatória de casos de violência contra a criança e adolescente, cabe enfatizar que, como mencionado na introdução deste trabalho, além de ser obrigatória, faz-se necessária para que a rede de proteção seja acionada, a criança seja protegida e tenha seus direitos restituídos, auxiliando também na criação e implementação de políticas públicas que visem agir de forma mais específica e local, buscando diminuir a ocorrência da violência (LIMA; DESLANDES, 2011; CONCEIÇÃO *et al*, 2020). Nesse sentido, devido a importância do tema um encontro foi separado justamente para falar sobre notificação, e de forma complementar ao que a pesquisadora trouxe para discutir com os alunos no dia, foi chamada uma das participantes do curso que atua na rede de proteção em uma cidade metropolitana de Curitiba para explicar o sobre a ficha de notificação, fato este que enriqueceu a troca de experiências entre os alunos. Deste modo, como é possível perceber pelo resultado após o encontro, os estudantes acertaram a questão relacionada a notificação.

Sobre o tema em questão, é preciso esclarecer que a denúncia é ato privativo do Ministério Público nas ações penais públicas, o que dá início ao processo penal contra alguém que praticou o crime, podendo ser feita com base em um inquérito policial ou como resultado

de investigação feita diretamente pelo MP. Assim, quando se fala em violência contra a criança e o adolescente, existem três etapas: revelação, notificação e denúncia (CONCEIÇÃO *et al.*, 2020). De modo a complementar a atividade do dia, foi proposto que os estudantes fizessem uma busca via internet, considerando o momento pandêmico, sobre em quais locais poderia ser feita notificação de casos de violência em sua cidade, levando em consideração que o curso contava com participantes de diferentes regiões do país. Como resultado dessa busca, alguns estudantes de cidades menores relataram que tiveram bastante dificuldade em encontrar informação, ou que não havia uma delegacia especializada, ou que os sites com informações estavam desatualizados. A partir disso, foi levantada uma discussão acerca da importância de informar a população e de deixar as informações sobre notificação de violência de fácil acesso a todos.

Sobre o perfil do agressor sexual, abordado no encontro seis, indaga-se se é possível traçar um perfil do sujeito que comete um crime sexual contra uma criança. Prentky (1997), mencionado por Sanderson (2005), aponta que não há um perfil único que descreva com detalhes ou abranja todos os agressores sexuais de crianças. A literatura aponta, como já mencionado anteriormente, que o agressor sexual, na maioria das vezes, está dentro do âmbito familiar, geralmente sendo o pai, padrasto e avô, com características normais de pessoas que convivem em sociedade, exercem atividade remunerada, podem ser provedores da família, pessoas tidas como confiáveis e simpáticas, e talvez por isso gera espanto quando se constata que tal pessoa possa cometer tal crime. No encontro seis, além de desmistificar este perfil, foi trabalhado com os estudantes a diferença entre pedofilia e agressor sexual, fato que gerou dúvidas nos estudantes e que ao final do encontro conseguiram ter mais conhecimento sobre o assunto. A pedofilia é um transtorno mental (CID F. 65.4) sendo caracterizado, de forma resumida, pelo desejo sexual por crianças pré-púberes (AZNAR-BLEFARI; HOHENDORFF; HABIGZANG, 2016). O que o difere a pedofilia do agressor sexual, então, é que a pessoa acometida com este diagnóstico de pedofilia pode nunca cometer o ato, isto é, não praticar o crime, não transformar sua fantasia sexual em realidade, mas diante de um estresse intenso, por exemplo, a pessoa pode vir a cometer o abuso sexual, sendo então um agressor. De outro modo, existem pessoas que podem violentar uma criança sexualmente sem ter fantasias sobre isso, podendo se aproveitar de uma situação, podendo cometer de forma concomitante, ou não, outros crimes (SERAFIM *et al.* 2009; OLIVER, 2006). Como no caso da pergunta feita no dia do curso, que por meio da aula dada foi possível desmistificar este perfil, ao fim do encontro os alunos acertaram a questão que afirma que o agressor sexual pode ser qualquer pessoa, independente de uma aparência social, e que não necessariamente tenha um diagnóstico de pedofilia.

4.4 ESTUDO IV: AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO À INTERVENÇÃO

A satisfação dos participantes é mencionada por Carvalho e Abbad (2006), em que é utilizado o termo “reação” frente aos procedimentos, aplicabilidade, ferramenta utilizada e os condutores de um curso. Diante disso se buscou medir a reação dos participantes frente aos estímulos apresentados nas sequências dos encontros. Para tanto, foi utilizado o Instrumento de Avaliação aplicado no estudo de Bannwart (2011). O instrumento consistiu em seis perguntas fechadas com escala de concordância de cinco pontos estilo Likert (1 - concordo totalmente a 5 - discordo totalmente), e uma questão aberta para comentários, críticas ou sugestões. As perguntas tratavam sobre os conteúdos trabalhados, a dinâmica das aulas, as atividades realizadas, e a relação entre teoria e prática. A aplicação do instrumento foi realizada no último encontro, para encerramento do curso.

TABELA 6 – PORCENTAGEM DE SATISFAÇÃO DO Intervenção PELOS PARTICIPANTES (N=106)

Afirmção	Concordo totalmente (%)	Concordo (%)	Neutro (%)	Discordo (%)	Discordo Totalmente (%)
Os conceitos trabalhados foram suficientes, claro, atualizados e relevantes.	76	20	3	1	-
As ideias principais foram retomadas, resumidas e esclarecidas quando necessário.	79	19	1	1	-
Os exemplos utilizados foram ilustrativos e relevantes aos conceitos principais.	80	17	3	-	-
O curso permitiu estabelecer a relação entre os conceitos e o cotidiano profissional, possibilitando aplicá-los.	71	24	5	1	
Houve sequência no desenvolvimento do assunto, facilitando o entendimento.	79	20	1		

Sua expectativa em relação ao curso foi satisfeita.	72	16	9	2	1
---	----	----	---	---	---

FONTE: Adaptado de Bannwart (2011).

Sobre a avaliação do curso, de forma quantitativa, foi possível perceber pela tabela 6 que, acerca do conteúdo, dos conceitos trabalhados, dos exemplos, da dinâmica estabelecida entre a condutora e os estudantes, **teve-se um índice de satisfação importante**, em que a média de estudantes que assinalaram “concordo totalmente” foi de 76% e de “concordo” 19%, totalizando em 95% dos participantes. A avaliação qualitativa escrita no questionário de avaliação do curso era optativa, sendo a última questão: “Caso queira fazer sugestões, comentários, críticas, utilize o espaço abaixo”. Para melhor entendimento, estas foram separadas em três categorias: sugestão para mais tempo de curso; sugestão para expansão do curso; agradecimento do curso; opinião sobre o curso; sobre o modelo remoto do curso; sobre a pesquisadora; críticas sobre o conteúdo do curso. Cabe ressaltar que quatro participantes não responderam ao questionário.

a) Sugestão para mais tempo de curso:

O curso foi perfeito, poderia ter tido mais tempo. Uma hora por aula é pouco para a quantidade de coisas. Mas o curso foi perfeito. (P. Psi. RSE)

Acredito que pelo curto período de tempo alguns assuntos não puderam ser aprofundados. O curso foi muito interessante e útil para desenvolver aprendizados sobre a temática. Deste modo, minha única sugestão seria um maior aprofundamento dos temas (considerando um período maior de aula e de duração do curso), dada a relevância da formação a respeito como ferramenta de prevenção primária à agressão sexual infantil (P. Psi. R. Sul)

b) Sugestão para expansão do curso

Minha sugestão seria que tipo de cursos poderia ser implantado nas escolas, evitaria a falta de procedimentos quando casos de abuso observados pelos professores(as). (P.Psi)

Poderia promover outras palestras sobre o tema (P. Psi. R. Sul)

Que esse curso se expanda e alcance outros profissionais, pois realmente faz a diferença estudar e conversar sobre esse assunto, para conseguir lidar de uma melhor maneira. (P. EE. R. Sul)

Expandir o curso para as prefeituras de cidades pequenas. (P. EE. R.Sul)

Sobre a letra “a” e “b”, entende-se que é necessário ter mais tempo para este tipo de intervenção e que seja ampliado para diferentes locais, em vista da importância e complexidade do tema.

c) Agradecimento sobre o curso:

Gostaria apenas de agradecer a oportunidade. Gostei muito do curso e auxiliou muito na compreensão do tema. (P. Ped. R.Sul)

O curso foi de suma importância para a minha formação enquanto acadêmica de Pedagogia, me sinto mais preparada em relação a minha prática enquanto estagiária da Pedagogia e futuramente como professora titular da turma. Penso que deveriam ter cada vez mais profissionais preocupados em esclarecer sobre esse tema do abuso sexual que em alguns lugares ainda não é bem esclarecido, assim como há falta de informações até mesmo sobre como proceder em caso de suspeita de abuso, a que órgão recorrer. (P. Ped. R.Sul)

O curso foi muito bem desenvolvido, os conteúdos amplamente abordados e discutidos, representando um tema de suma importância para todos aqueles que atuam com o público infante-juvenil. Como professora de Educação Infantil o curso me ampliou o olhar e me possibilitou conhecimento teórico sobre o tema, possibilitando até mesmo na elaboração de uma palestra sobre violência e abuso sexual infante-juvenil junto aos pais na reunião remota, na rede pública que leciono. Agradeço a oportunidade de ter essa troca de saberes, de um assunto tão polêmico, de uma maneira tão acolhedora. P. Psi. R. C.O)

Gratidão por essa iniciativa. Foi significativo para construção do conhecimento sobre o tema, principalmente, nos ambientes escolares. (P. Psi. RNE)

Achei o curso muito enriquecedor para minha formação, tanto acadêmica quanto pessoal! (P. Psi. R. Sul)

Realizar o curso de capacitação prevenção ao abuso sexual infantil, foi uma grande oportunidade durante a minha graduação. Pude adquirir conhecimento, informação e ferramentas que poderei utilizar na minha prática docente e trabalhando diretamente na prevenção do abuso sexual infantil, assim como estar atenta aos sinais e encaminhar para a rede. (P. E.E. R. Sul)

Eu amei, nossa, fez muito diferença em minha vida. Muito obrigada. (P. Psi. R. Sul)

Muito bom o curso, muito aprendizado e conhecimento. Parabéns para as meninas. (P. Psi. R. Sul)

d) Sobre a pesquisadora:

Gostaria somente de parabenizar a organização do curso e, de modo especial, a psicóloga Thaís, que tratou de um assunto tão complexo e pesado, com tanta maestria. Agradeço por todas as trocas e construções de conhecimento durante nossos encontros. Gostaria muito de continuar debatendo e aprendo sobre esse tema e penso que seria ainda melhor se essa formação pudesse ser estendida para ainda mais áreas. Gratidão! (P. E.E. R. Sul)

Foi muito esclarecedor, principalmente quando entrei em contato no particular com a Thais. Assunto público que deveria ser mais abordado para proteger nossas crianças. (P. Ped. R. C. O)

Queria deixar registrado que o curso foi maravilhoso e muito especial. Foi aquele tipo de experiência que a gente vive não só aprendendo, mas sentindo. É aquele tipo de vivência que lamentamos precisar participar, mas que ficamos muito gratos por poder participar também. Obrigada por compartilhar tua experiência e caminhada com a gente. Que bom saber que tem profissionais como tu nessa área. (P. Psi. R. Sul)

Com relação aos comentários contidos na letra “c” e “d”, é possível perceber que **o curso contribuiu para o aprendizado dos participantes**, produzindo reflexões, e em alguns casos, **efeitos na prática docente**, a fim de trabalhar com a prevenção do abuso sexual infantil, com ferramentas e conhecimento sobre o tema. O engajamento da pesquisadora e a ajuda das monitoras também foi fundamental para desenvolver um vínculo com os participantes e promover um momento de trocas e aprendizado durante as aulas.

e) Sobre o modelo remoto do curso:

Venho tendo uma grande dificuldade com o modelo remoto de ensino de algumas aulas e com o curso senti bastante facilidade para me adaptar ao encontro online e que mais consegui aprender com este novo formato. P. Psi.

Eu amei o curso! Nunca tive paciência em começar nenhum curso extracurricular, ou quando começava sempre largava, consegui ser fiel a esse e realmente me interessei muito pela área. Acho uma temática pesada, mas essencial! (P. Psi. R. Sul)

O zoom não é uma boa plataforma, não é intuitiva, para próximos eventos o melhor aplicativo é Google Meet. (P. Psi. R. Sul)

Sobre a letra “e”, alguns mencionaram que **a ferramenta utilizada não era muito apropriada**, algo a ser pensado em uma próxima oportunidade. Contudo, alguns participantes tiveram dificuldades para prestar atenção a aulas de forma remota e se surpreenderam com o engajamento no curso. Pode-se dizer que esta foi uma das dificuldades no curso, uma vez que ele foi aplicado durante a pandemia do coronavírus e alguns participantes tinham dificuldade relacionadas à internet, não conseguindo acessar a aula no dia, outros justificavam faltas por estarem acometidos pelo vírus ou com familiares doentes, outros ainda mencionaram que estavam com os filhos em casa e isso dificultava, em alguns momentos, a prestar mais atenção na aula.

f) Sobre o conteúdo do curso:

Os exemplos citados foram importantes para ilustrar as situações. Os estudos de caso foram muito bons também, poderia ter mais. (P. Ped. R.Sul)

O curso foi de grande valia, me agregou muito conhecimento, acredito que tenha um ótimo impacto social. Uma sugestão para a inclusão do material, seria a inserir a identificação do abuso com crianças surdas e/ou cegas, possibilitando maior inclusão e um nicho maior de identificação. (P. Psi. R. Sul)

A forma que foi apresentada às temáticas com diversos exemplos clínicos me fez compreender muito melhor. (P. Psi. R. Sul)

Teve muita qualidade de conteúdo, que tu trouxeste, e muita qualidade de fator humano tbm. (P. Psi. R. Sul)

O curso aborda conceitos sem aplicação contextual racializada e, neste ponto, falha gravemente. Ignorando questões estatísticas já divulgadas quanto ao atravessamento de gênero, raça e classe na temática de prevenção e tratamento do abuso sexual infantil. (P. Psi. RNE)

Sobre o aspecto racial, entende-se que poderia **ter-se dado maior ênfase**, uma vez que de acordo com os casos notificados no Viva/Sinan, citado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2020), sobre ocorrências de violência interpessoal contra crianças, 54,4% são do sexo feminino e 47,9% são negras, o que de fato denota a importância de falar mais sobre isso, ficando como sugestão para próximos cursos de capacitação sobre o tema. Ressalta-se, contudo, que devido a limitação de tempo do curso, de modo remoto, e com a participação média de cerca de 100 alunos por encontro, o foco do curso foi trazer um panorama geral acerca do abuso sexual e todas as questões a ele atreladas, sendo, o que impossibilitou que tais questões fossem explanadas com profundidade. Importante mencionar que os dados epidemiológicos como gênero, raça e classe foram trazidos e foram discutidos em pelo menos um encontro e ao longo dos outros de forma abrangente. Sobre a sugestão de incluir as pessoas com deficiência entende-se também que é importante trazer tal especificidade para o conteúdo da intervenção, uma vez que é um público que também é vítima de abuso sexual e muitas vezes pouco notificado.

Por fim, de modo geral sobre as avaliações dos participantes, foi notado que as respostas avaliativas se enquadram no modelo proposto por Carvalho e Abbad (2006), no qual fazem referência a outros autores importantes na área de avaliação de treinamento e desenvolvimento, em que definem algumas categorias de avaliação de treinamento, sendo uma delas a **Reação**. Esta é a satisfação que o estudante tem com o curso no que tange à aplicabilidade, instrutores e interface geográfica. Sobre a **Interface geográfica do curso**: Este recurso de análise busca estudar o meio disponibilizado para que o estudante tenha acesso a um novo conhecimento. A interface geográfica é o local virtual para que o estudante tenha

acesso ao curso. Sobre este aspecto, foi possível concluir que a plataforma utilizada não foi aceita por todos os participantes, dificultando possivelmente o melhor rendimento de alguns durante o procedimento, além disso os participantes eram de regiões diferentes o que pode ter influenciado no suporte tecnológico de cada um ao acessar o curso. Sobre a **aplicabilidade no trabalho ou vida pessoal**, foi percebido pelas avaliações que alguns alunos conseguiram relacionar o conteúdo ao seu estágio, trabalho e região local. Como ocorreu com a atividade proposta de buscar na região em que se vivia os meios de notificação da violência, ou quando uma das participantes realizou uma palestra sobre o conteúdo aprendido. Sobre **os instrutores**, as avaliações foram positivas, houve engajamento entre o grupo, espaço de trocas, a permanência dos estudantes até o final do curso, levando-se em consideração que se tratava de uma intervenção *online*, em período pandêmico, com participação de diversas localidades do país. O desafio foi mantê-los atentos, motivados e engajados para que pudessem aumentar seu nível de conhecimento sobre a temática e serem replicadores do que aprenderam, sendo agentes ativos na proteção e garantias de direitos da criança e do adolescente. Concluindo-se assim que sobre estes aspectos a satisfação dos participantes foi positiva.

Sobre os programas de capacitação:

Ainda fazendo correlação das avaliações dos participantes ao que a literatura aponta sobre programas de capacitação, o estudo de Donat *et al.* (2016) aponta os resultados de uma revisão teórica sobre os programas de capacitação realizados com professores sobre a temática do abuso sexual e maus-tratos contra a criança, em que é destacada a necessidade de continuar a promover este tipo de programa. É importante mencionar que este trabalho levou em consideração tais fatores, trazendo, mesmo que em poucos encontros, uma gama de informações, discussão e exercícios para fixação das principais problemáticas que envolvem esta violência. Murta e Santos (2015) apontam alguns fatores que influenciam na qualidade de implementação de programas de intervenção, sendo eles: as características do programa, os indivíduos envolvidos, o contexto interno e externo, bem como o processo de implementação. Como foi o caso, os encontros ocorreram de forma remota envolvendo diferentes regiões, o que talvez possa ter trazido impactos mais robustos para uns e para outros nem tanto, considerando que os estudantes eram de diferentes universidades, cursos e períodos.

Além dos resultados obtidos com a aplicação da avaliação de satisfação, é possível traçar algumas observações sobre programas de capacitação. Brino e Williams (2008)

apontam que é importante que se tenha uma duração maior para tais tipos de programas, com mais medidas, para que seja possível analisar se houve modificações ao longo da intervenção; além da necessidade de uma equipe especializada para dar suporte constante em casos de suspeita de abuso sexual, bem como que sejam criados programas que envolvam não apenas a escola, mas também a família de forma concomitante. Neste caso, a importância da família está em também orientar pais sobre como ensinar seus filhos a se protegerem, mas, além disso, possibilitar também que na escola possam ser ensinados às crianças meios de se protegerem, uma vez que os professores podem agir como agentes de proteção, orientando, falando sobre o abuso e permitindo que a criança tenha um espaço seguro para falar, caso esteja acontecendo alguma violência com ela. No estudo de Banwart (2011) foi apontado que, acerca das notificações dos conselheiros tutelares, seria importante uma capacitação contínua junto com suporte técnico, o que poderia reduzir os riscos da “desresponsabilização” sobre um caso ao apenas preencher o documento de notificação. Outro ponto que chamou a atenção neste estudo é o fato de que no município em que foi realizada a capacitação havia um número de conselheiros reduzido perante a demanda apresentada, o que prejudica o trabalho destes profissionais, não conseguindo alcançar todos os casos com rapidez e eficácia. Os resultados desta capacitação, de acordo com a autora, não foram, do ponto de vista quantitativo, tão relevantes quanto o esperado, em que a consideração feita é a de que os instrumentos utilizados na pesquisa não fossem tão sensíveis a mudanças esperadas como resultado do programa, sugerindo que haja mais investimento na construção de instrumentos com capacidades psicométricas, testados em grande escala, a fim de preencher esta falta em pesquisas com este tema da violência contra crianças.

Zang, Chen e Liu (2015) apontaram a importância de ter programas de capacitação que falem do abuso sexual para as crianças, ensinando-as formas de se protegerem e identificarem toques ruins e possam pedir ajuda. O papel dos diretores e professores na escola é fundamental para reconhecer e prevenir casos de abuso sexual, uma vez que a criança passa a maior parte do seu tempo neste espaço, mais até do que a com a própria família. Tais profissionais precisam ter conhecimento sobre esta temática considerando os fatores de risco em cada idade e reportar o ocorrido às autoridades competentes (PEKER; CENGIZ; ÇELIK, 2020; COWAN; COLE; CRAIGER, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abuso sexual é uma problemática que envolve vários setores da nossa sociedade, com impactos de saúde pública, que são de difíceis mensuração. Este trabalho visou trazer um enfoque para esta temática, trazendo uma revisão de literatura sobre o que já vem sendo feito e o que ainda precisa ser melhorado. Do ponto de vista legislativo, percebe-se que houve avanços, principalmente com a mais recente Lei 13.431, de 2017, que traz importantes definições e direções sobre a escuta da criança vítima de abuso e formas de conduzir o caso, sem revitimizá-la.

Neste aspecto, para que seja possível a proteção integral da criança, é preciso que os profissionais que atuem diretamente com ela ou próximo dela estejam preparados e devidamente orientados sobre como agir e como não agir. Diante disso, com a revisão sistemática de literatura sobre capacitação de profissionais que atuam na educação, uma vez que a escola passa a ser o ambiente em que a criança passa a maior parte de seu tempo e de que, por outro lado, o ambiente familiar é onde mais ocorre a violência contra a criança, **foi percebido que ainda há uma lacuna**, tanto a nível nacional como internacional, **no conhecimento destes profissionais sobre o tema, no que tange a formas de prevenção e proteção da infância**. Dentro dessas formas, é preciso mencionar a importância em falar sobre a sexualidade no espaço escolar, em reestruturar a formação dos profissionais que atuam com crianças/adolescentes, de promover a integração da rede de proteção e a efetivação dos direitos garantidos em Lei, tanto para as crianças, adolescentes e suas famílias, como para a qualificação dos profissionais que atuam com este público.

De outro modo, além de reconhecer esta lacuna, **este trabalho buscou trazer uma formação sobre o tema do abuso sexual** para os estudantes dos cursos que têm uma alta probabilidade de atuar com crianças ou terem acesso a casos de abuso sexual ou formas de maus-tratos na infância. Para isto, foi reestruturado um curso de capacitação, de forma remota, em meio ao período pandêmico do novo coronavírus, com as atualizações pertinentes e adaptações para o molde *on-line*, visando alcançar estudantes das universidades brasileiras interessadas em participar do curso. Como resultado, o trabalho desenvolvido com estes estudantes mostrou que **houve uma melhora significativa** no conhecimento de sintomas específicos do abuso sexual; **um esclarecimento importante** sobre o que é notificação, onde realizá-la e quem são os possíveis agressores da criança; **o aumento no repertório de procedimentos protetivos** na atuação profissional frente a uma situação de violência.

Com tais resultados, é possível afirmar que este trabalho **cumpriu seu objetivo de levar conhecimento aos estudantes de Psicologia, Pedagogia e Educação Especial**, buscando agregar mais instrumentos na sua formação para lidar com este tema tão complexo. Do ponto de vista quantitativo, não houveram resultados tão excepcionais, mas também não deixou de ter uma mudança para conhecimento dos aspectos específicos da violência. Entende-se que houveram limitações, como o curto espaço de tempo dos encontros, a plataforma pouco intuitiva, e a distância de alunos que moravam em regiões de mais difícil acesso à internet. Houve também limitações comuns a outros cursos de capacitação, como poucos encontros e os instrumentos utilizados, que poderiam ter mais escalas psicométricas testadas em mais pessoas, uma vez que este tema tem uma limitação de instrumentos (BANWART, 2011), um meio de avaliar se a capacitação realmente foi eficaz a longo prazo, dentre outros.

Por fim, com as avaliações positivas dos estudantes, foi compreendido que o curso alcançou seu propósito, permitindo que houvesse avanços no conhecimento, na troca de informações e no contato entre a pesquisadora e os estudantes enquanto rede de apoio e de proteção. Sabe-se que, contudo, que ainda está longe de estancar a temática do abuso sexual, há muito a ser trabalhado no que tange à prevenção da violência contra a criança e adolescente, mas que cada passo que se dá é fundamental para chegar mais perto da efetiva garantia e proteção de direitos da infância.

REFERÊNCIAS

ABREU, S; BARLETTA, J. N; MURTA, S. G. Prevenção e Promoção em Saúde Mental: Pressupostos teóricos e marcos conceituais. *In: MURTA, S. G. et al. **Prevenção e Promoção em Saúde Mental: fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção.*** Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015. cap. 2, p. 55-74.

AZNAR-BLEFARI, C.; HOHENDORFF, J. V; HABIGZANG, L, F. Pedofilia e abuso sexual: do que estamos falando? *In: HABIGZANG, L. F.; WILLIAMS, L. C. A.; GOMIDE, P. I. C. **A outra face da violência: agressores em diferentes contextos.*** Curitiba: Juruá, 2016. P. 11-21.

BANNWART, Thais Helena. **Sensibilização de profissionais do Programa Saúde da Família (PSF) para notificação de violência contra criança e adolescente: um estudo de caso.** 2012. 130 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: https://ppgpsi-ufscar.com.br/images/arquivos/dissertacoes-defendidas/016-Diss-Thb_055248.pdf Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/ECA-Lei-n-8.069-de-13-de-Julho-de-1990#art-70>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. **Bol. Epidemiológico**, Brasília, v. 49, n. 27, p. 1-17, jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente. **Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes: abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional.** Brasília: MMFDH, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde.** Brasília: Secretaria de Assistência à Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de vigilância em Saúde. **Boletim epidemiológico**, Brasília, v. 51, p. 30, jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de doenças e agravos não transmissíveis e Promoção de Saúde.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_violencia_interpessoal_autoprovo_cada_2ed.pdf Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. Lei n. 13.431, de 04 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. **Diário Oficial da União**,

Brasília, DF, 4 abr. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm. Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.063 de 10 de dezembro de 2018. Regulamenta a Lei nº 13.431 de 2017 que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Diário Oficial de 11 de dezembro de 2018, seção 1, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9603.htm. Acesso em: 08 jul. 2020

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Violência contra Crianças e Adolescentes: análise de cenários e propostas de políticas públicas**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil. **Interação em Psicologia**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 1-10, fev. 2003.

BRINO, Rachel de Faria. **Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil: avaliação de um programa de capacitação**. 2006. 258 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil. **Educação e Realidade**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 209-230, jan. 2008.

BRINO, R. F.; GIUSTO, R. O.; BANNWART, T. H.; ORMENO, G. R.; BRANCALHONE, P. G.; WILLIAMS, L. C. A. **Combatendo e prevenindo os abusos e/ou maus-tratos contra crianças e adolescentes: o papel da escola**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

BRINO, R. F. **Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil: avaliação de um programa de capacitação**. 2006. 278 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2825/TeseRFB.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 10 fev. 2022.

CAMPO-ARIAS, A; OVIEDO, H. Propiedades psicométricas de una escala: La consistencia interna. *Rev. Salud Pública*, 10(5),831-839. 2008.

CARVALHO, R. S.; ABBAD, G. Avaliação de treinamento a distância: reação, suporte à transferência e impactos no trabalho. **Revista de Administração Contemporânea** [online]. 2006, v. 10, n. 1 [Acessado 18 Junho 2022] , pp. 95-116. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-65552006000100006>>. Epub 13 Fev 2009. ISSN 1982-7849.

CONCEIÇÃO, M. I. G. *et al.* Abuso sexual infantil masculino: sintomas, notificação e denúncia no restabelecimento da proteção. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro , v. 32, n. 1, p. 101-121, abr. 2020 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652020000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 mar. 2022.

CONNOR, K. M.; DAVIDSON, J. R. T. Development of a new resilience scale: The Connor-Davidson Resilience Scale (CD-RISC). **Depression and Anxiety**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 76-82, fev. 2003.

COWAN, R.; COLE, R. F.; CRAIGEN, L. School-based child sexual abuse prevention: implications for professional school counselors. **The Professional Counselor**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 200-210, mar. 2019.

COZBY, P. C. **Métodos de pesquisa em Ciências do Comportamento**. São Paulo: Atlas, 2003.

CRUZ, M. A. et al. Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa Ciênc. saúde coletiva 26 (4) • Abr 2021.

DONAT, J.; MOURA, T. C.; NUÑEZ-CARVALHO, J. C.; KRISTENSEN, C. H. Professores e maus-tratos – uma revisão teórica sobre reconhecimento, denúncia e capacitação. **Educação**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 66-73, jul. 2016.

FALEIROS, E. T. S. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes**. Brasília: Thesaurus, 2000.

FIELD, A. *Descobrimo a estatística usando o SPSS*. 5ed. Porto Alegre: Penso, 2020.

FINKELHOR, D.; ORMROD, R.; TURNER, H. The Developmental Epidemiology of Childhood Victimization. *Journal of interpersonal violence*. 24. 711-31. 2008

FINKELHOR, D.; TURNER, H. A.; SHATTUCK, A.; HAMBY, S. L. Violence, crime, and abuse exposure in a national sample of children and youth: an update. **JAMA Pediatrics**, v. 167, n. 7, p. 614-621, jul. 2013.

FLORES, R. Z. *et al.* O efeito da capacitação em profissionais da área da saúde no reconhecimento dos indicadores de abuso sexual em crianças e adolescentes. *In: REUNIÃO ANUAL DE PSICOLOGIA*, 31., 2001, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Psicologia, 2001. p. 274-274.

FONSECA, A. C. L. *Prévias anotações à ‘lei da palmada’ (Lei nº 13.010/2014)*. Porto Alegre: Ministério Público do estado do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/revista_digital/numero_09/previas_annotacoes_lei_palmada.pdf Acesso em: 21 maio 2021.

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GABEL, M. *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus, 1997.

HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H. **Violência contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

HABIGZANG, L. F. *et al.* Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 341-348, mar. 2005.

HABIGZANG, L. F.; RAMOS, M. da S.; KOLLER, S. H. A revelação de abuso sexual: as medidas adotadas pela rede de apoio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 467-473, dez. 2011.

HÉBERT, M. *et al.* Agression sexuelle et violence dans les relations amoureuses: Le rôle médiateur du stress post-traumatique. **Criminologie**, Montréal, 50(1), 157–179. 2017
Disponível em: <https://doi.org/10.7202/1039800ar>

HOHENDORFF, Jean Von; HABIGZANG, Luisa Fernanda. Atuação do profissional da psicologia na avaliação e intervenção em situações de violência sexual contra adolescentes. *In*: KOLLER, S. H.; DINIZ, E.; HABIGZANG, L. F. (Eds.). **Trabalhando com adolescentes: uma perspectiva bioecológica e aplicada**. Porto Alegre: Artmed. 2014. p. 293-308.

KRINDGES, C. A.; MACEDO, D. M.; HABIGZANG, L. F. Abuso sexual na infância e suas repercussões na satisfação sexual na idade adulta de mulheres vítimas. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 60-71, jun. 2016.

LIMA, J. S.; DESLANDES, S. F. A notificação compulsória do abuso sexual contra crianças e adolescentes: uma comparação entre os dispositivos americanos e brasileiros. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 15, n. 38, p. 1-13, jan. 2011.

LIRA, M. O. S. C. *et al.* Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta. **Texto & contexto enfermagem**, Florianópolis, v. 26, n. 3, p. 1-9, mar. 2017.

LITTLECHILD, B. *et al.* The effects of violence and aggression from parents on child protection workers' personal, family, and professional lives. **SAGE Open**, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 1-16, mar. 2016.

MURTA, S. G. Avaliação de processo de um programa de manejo de estresse ocupacional. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 1-11, mar. 2007.

MURTA, S. G.; SANTOS, K. B. dos. Desenvolvimento de programas preventivos e de promoção de saúde mental. *In*: MURTA, S. G. *et al.* **Prevenção e Promoção em Saúde Mental: fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção**. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015. p. 168-191.

OLIVER, B. E. Three steps to reducing child molestation by adolescents. **Child Abuse & Neglect**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 683-689, jan. 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial de Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002.

PAULA, T. C.; ORMEÑO, G.I. R.; SILVA, M. A.; SANTANA, M. G. Identificação da formação de profissionais da educação infantil sobre o tema do abuso sexual. **Educação Online**. Advance online publication. No prelo.

PANTOJA, M. J.; BORGES-ANDRADE, J. E. Contribuições teóricas e metodológicas da abordagem multinível para o estudo da aprendizagem e sua transferência nas organizações. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 8, n. 4, p. 115-138, 11. 2004. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/334>.

PEDERSEN, J. R.; GROSSI, P. K. O abuso sexual intrafamiliar e a violência estrutural. *In*: FERREIRA, M. H.; AZAMBUJA, M. R. F. D. (Eds.). **Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011. P. 22-31. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536324869/>. Acesso em: 24 fev. 2022.

PEKER, A.; CENGİZ, S.; ÇELİK, A. The Effect of Psycho-Education Program Developed for Sexual Abuse on Counseling Teachers' Reporting Sexual Abuse and Information and Risk Recognition Attitudes. **International Journal of Education and Literacy Studies**, 8(4), 74-86. 2020 doi:<https://doi.org/10.7575/aiac.ijels.v.8n.4p.74>

PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. **Relatório disque denúncia nacional**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010. Disponível em: <http://www.direitosdacrianca.org.br/midioteca/publicacoes/relatorio-geral-do-disque-100-2010>.

REIS, D.M.; PRATA, L.C.G.; PARRA, C. R. O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil. **Psicologia.pt**. 2018

RIBEIRO, M. B. S.; MARTINS, S.T. F.; OLIVEIRA, L. R. Familiares de usuários vivenciando a transformação do modelo assistencial psiquiátrico. **Estud. psicol.**, Natal, v. 14, n. 2, p. 133-140, ago. 2009.

SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças**: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

SANTOS, K. B.; MURTA, S. G. A implementação de programas de promoção e prevenção no âmbito da saúde mental. *In*: MURTA, S. G. *et al.* (Orgs.). **Prevenção e promoção em saúde mental**: fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015. p. 192-211.

SANTOS, K. B.; MURTA, S. G. Prevenção e promoção em saúde mental no curso da vida: indicadores para a ação. *In*: MURTA, S. G. *et al.* (Orgs.). **Prevenção e promoção em saúde mental**: fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015. p. 77-89

SERAFIM, A.; SAFF, F.; RIGONATTI, S.; CASOY, I.; BARROS, D. Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. **Arch. Clin. Psychiatry**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 1-3, mar. 2009.

SILVA JUNIOR, Sérgio Henrique Almeida da. **Avaliação de qualidades psicométricas da versão brasileira do índice de capacidade para o trabalho**. 2010. 99 f. Dissertação (Mestrado em Epidemiologia em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

SOUSA, M. D. R. **Principais medidas de magnitude do efeito utilizadas na comparação de dois grupos**. 2018. 111 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Estatística) – Instituto de Ciências Exatas, Departamento de Estatística, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em:
https://bdm.unb.br/bitstream/10483/24752/1/2018_MarcosDouglasRodriguesDeSousa_tcc.pdf
 Acesso em: 10 fev. 2022.

TURNER, H. A; FINKELHOR, D.; ORMROD, R. The effect of lifetime victimization on the mental health of children and adolescents. *Social Science & Medicine*, 62(1), 13-27. 2006.
 <<https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2005.05.030>>

WILLIAMS, L. C. A. **Pedofilia: Identificar e prevenir**. São Paulo: Brasiliense. 2012.

WILLIAMS, L. C. Introdução ao estudo do abuso sexual infantil e análise do fenômeno no município de São Carlos. In: WILLIAMS, L. C.; ARAÚJO, E. A. (Eds.). **Prevenção do abuso sexual infantil: um enfoque interdisciplinar**. Curitiba: Juruá, 2011. p. 21-40.

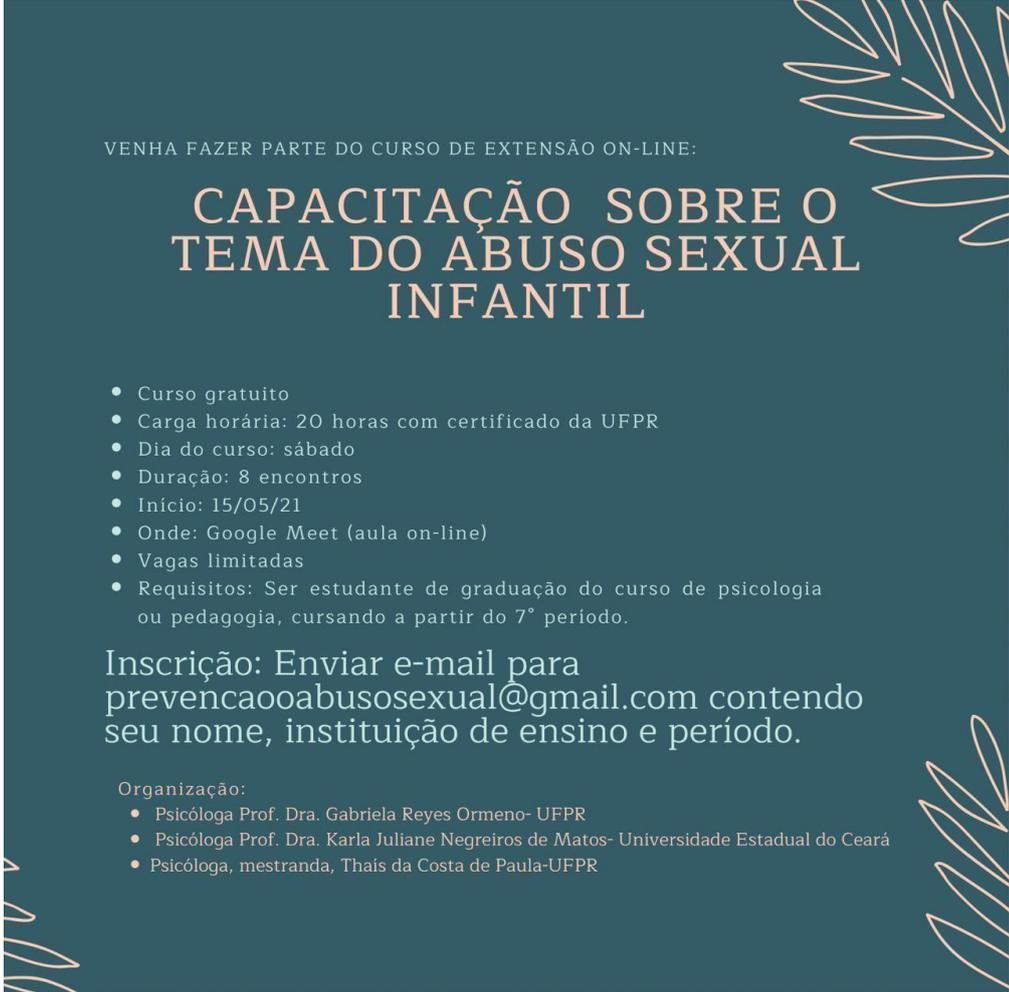
WORLD HEALTH ORGANIZATION & INTERNATIONAL SOCIETY FOR PREVENTION OF CHILD ABUSE AND NEGLECT. Preventing child maltreatment: A guide to taking action and generating evidence. Geneva, Switzerland: WHO/ISPCAN.2006. Disponível em:
https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43499/9241594365_eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y

WOLFE, V.V. Child Sexual Abuse. In: MASH, G.; BARKLEY, R. (Orgs.). **Treatment for Childhood Disorders**. New York: Guilford Press, 1998. p. 545-597.

ZHANG, W.; CHEN, J.; LIU, F. Preventing child sexual abuse early: preschool teachers' knowledge, attitudes, and their training education in China. **SAGE Open**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 1-7, fev. 2015.

APÊNDICE 1 – CONVITE DIGITAL PARA A INTERVENÇÃO

Convite enviado via e-mail e por redes sociais para divulgação do curso:



VENHA FAZER PARTE DO CURSO DE EXTENSÃO ON-LINE:

CAPACITAÇÃO SOBRE O TEMA DO ABUSO SEXUAL INFANTIL

- Curso gratuito
- Carga horária: 20 horas com certificado da UFPR
- Dia do curso: sábado
- Duração: 8 encontros
- Início: 15/05/21
- Onde: Google Meet (aula on-line)
- Vagas limitadas
- Requisitos: Ser estudante de graduação do curso de psicologia ou pedagogia, cursando a partir do 7º período.

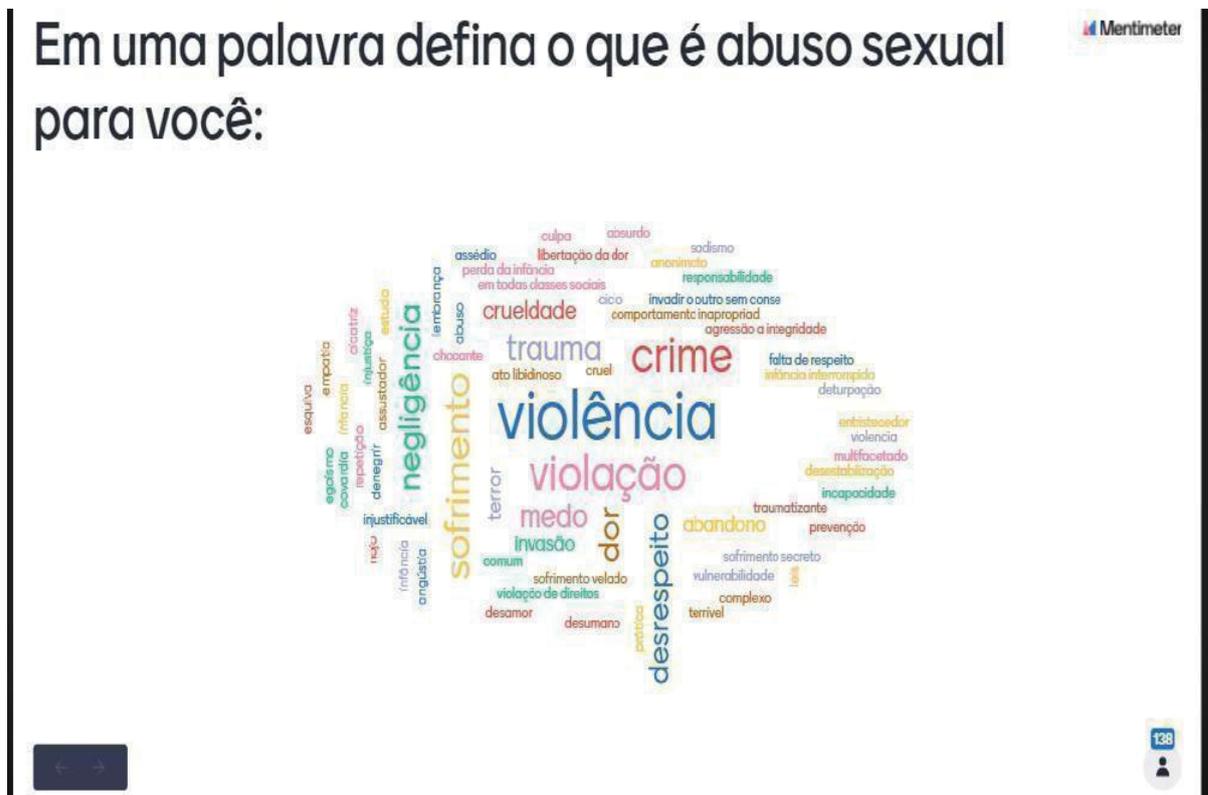
Inscrição: Enviar e-mail para prevencaoabusosexual@gmail.com contendo seu nome, instituição de ensino e período.

Organização:

- Psicóloga Prof. Dra. Gabriela Reyes Ormeno- UFPR
- Psicóloga Prof. Dra. Karla Juliane Negreiros de Matos- Universidade Estadual do Ceará
- Psicóloga, mestranda, Thais da Costa de Paula-UFPR

APÊNDICE 2 – NUVEM DE PALAVRAS INTERVENÇÃO

Nuvem de palavras construída com a contribuição de todos os participantes, sobre o que eles haviam entendido sobre o conceito de abuso sexual após a primeira aula.



As palavras que aparecem de forma maior foram as mais escritas pelos participantes.

APÊNDICE 3 – SUGESTÕES DE MATERIAL DE ESTUDO E LEITURA SOBRE O TEMA DO ABUSO SEXUAL INFANTIL

- Sugestão- livro Pipo e Fifi- Caroline Arcari- vídeo lúdico para trabalhar com crianças

<https://www.youtube.com/watch?v=ecmU5B9N960>

- Links e sugestões para trabalhar com criança

<https://fafaconta.com.br>

[https://www.youtube.com/channel/UC0xsB9-](https://www.youtube.com/channel/UC0xsB9-Ed9ePJJ7EfkLcMjQ?view_as=subscriber)

[Ed9ePJJ7EfkLcMjQ?view_as=subscriber](https://www.youtube.com/channel/UC0xsB9-Ed9ePJJ7EfkLcMjQ?view_as=subscriber)

- Ebook pipo e fifi para bebês: https://7bade3ca-175c-4091-a883-617da1919eff.filesusr.com/ugd/5117a5_bb37acfb40f14e36a2f9a84c29014933.pdf

- cartilha com sugestões:

https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/childhood/refazendo_lacos_sjc_net.pdf

- Childhood-1999

[https://www.childhood.org.br/quem-](https://www.childhood.org.br/quem-somos?gclid=CjwKCAjwqcKFBhAhEiwAfer7zWZMNjqD65VypyIF9qmDw4q2KBJfrAQXIdK4aB9dcGXjPf7Egeve5BoCyZ4QAvD_BwE#intro)

[somos?gclid=CjwKCAjwqcKFBhAhEiwAfer7zWZMNjqD65VypyIF9qmDw4q2KBJfrAQXIdK4aB9dcGXjPf7Egeve5BoCyZ4QAvD_BwE#intro](https://www.childhood.org.br/quem-somos?gclid=CjwKCAjwqcKFBhAhEiwAfer7zWZMNjqD65VypyIF9qmDw4q2KBJfrAQXIdK4aB9dcGXjPf7Egeve5BoCyZ4QAvD_BwE#intro)

- Sistema de Justiça- MP- Boqueirão

https://comunicacao.mppr.mp.br/arquivos/File/ASCOM/Cartilha_Plano_Boqueirao.pdf

- Site com folders e informações importantes sobre violência

<https://naobataeduque.org.br/sou-profissional>

- Legislação sobre Estupro:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm

- Lei 13.431/2017 comentada

https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/lei_13431_comentada_jun2018.pdf

- Decreto com diretrizes para atendimento humanizado de vítimas de violência

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7958.htm

- Decreto 9603/2018 -Art. 1º “Este Decreto regulamenta a [Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017](#), que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.”

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9603.htm

- Portaria 204 de 2016- Notificação Obrigatória
https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html
- Recomendação aos tribunais da criação de serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais. Depoimento Especial.
https://atos.cnj.jus.br/files//recomendacao/recomendacao_33_23112010_22102012173311.pdf

REFERÊNCIAS UTILIZADAS AO LONGOS DOS ENCONTROS:

AZNAR- BLEFARI, C.; HOHENDORFF, J. V; HABIGZANG, L, F. Pedofilia e abuso sexual: do que estamos falando? In: HABIGZANG,L. F; WILLIAMS, L. C. A; GOMIDE, P, I, C. **A outra face da violência: agressores em diferentes contextos.** Curitiba: Juruá, 2016. p 11-21.

BANNWART, Thais Helena. **Sensibilização de profissionais do Programa Saúde da Família (PSF) para notificação de violência contra criança e adolescente: um estudo de caso.** 2012. 130 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: https://ppgpsi-ufscar.com.br/images/arquivos/dissertacoes-defendidas/016-Diss-Thb_055248.pdf Acesso em: 10 fev. 2022.

BRINO, Rachel de Faria. **Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil: Avaliação de um programa de capacitação.** Programa de Pós-Graduação em Educação Especial – UFSCar. Orientadora: Dra. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams, 2006

BROL, I. S; MARTELLI, A. C. Abordagem da sexualidade nas formações continuadas de professores e professoras da rede básica de ensino. ISSN: 1807 - 8214 Revista Ártemis, vol. XXV nº 1; jan-jun, 2018. pp. 274-29

CHAVES, E; L. F. COSTA. Doutrina da Proteção Integral e o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. Av. Psicol. Latinoam. vol.36 no.3 Bogotá Sep./Dec. 2018

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar.** Porto Alegre: Artes Médicas. 1993

GABEL, M. Crianças vítimas de Abuso Sexual. São Paulo: Summus, 1997

HABIGZANG, L. F, et al. Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática / – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2012.

1 REDE TV. **Marcelo Adnet diz que sofreu abuso sexual na infância: "Pesadelo se repetiu"** Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=r_2RnR4xQ8c&t=35s> Acesso em: 10 de maio de 2021.

SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

SERAFIM, A.; SAFF, F.; RIGONATTI, S.; CASOY, I.; BARROS, D. **Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças**. Revista Brasileira de Psiquiatria. 2009

PRECIOSA: Uma história de esperança. Direção de Lee Daniels. São Paulo: PlayArte Home Vídeo, 2009. DVD.

WILLIAMS, L. C. A. **Pedofilia: Identificar e prevenir**. São Paulo: Brasiliense.

WILLIAMS, L. C. A. Atendimento psicoterapêutico a uma adolescente vítima de abuso sexual: considerações sobre a ruptura do sigilo. In: Aspectos Psicológicos da Violência: uma abordagem teórico conceitual. vol 1. Capítulo 8, 2019

WILLIAMS, L. C.; E. A. ARAÚJO. (Eds.), **Prevenção do abuso sexual infantil: Um enfoque interdisciplinar**. Curitiba: Juruá. 2011.

ZHANG W, CHEN J, LIU F. Preventing Child Sexual Abuse Early: Preschool Teachers' Knowledge, Attitudes, and Their Training Education in China. *SAGE Open*. March 2015. doi:10.1177/2158244015571187

APÊNDICE 4

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, Gabriela Isabel Reyes Ormeño, professora de pós-graduação, Thaís da Costa de Paula, aluna de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando você, aluno de graduação do curso de psicologia ou pedagogia a participar do Programa de capacitação sobre o tema do Abuso Sexual Infantil. A pesquisa se faz necessária para ampliar o conhecimento de educadores e psicólogos no que tange ao tema do Abuso Sexual Infantil possibilitando o reconhecimento dos sinais deste tipo de violência, permitindo agir precoce ou preventivamente. Quanto mais discutido este tema, mais conhecimento e ferramentas se desenvolve para a prevenção da violência, além da possibilidade de perceber precocemente a agressão sofrida por uma criança, propiciando que o profissional busque ajuda para protegê-la. Nessa perspectiva, busca-se o curso de capacitação tem como foco o conhecimento sobre o fenômeno, sinais dessa violência e seu impacto na vida da criança, a fim de que os alunos saiam preparados dos seus cursos de graduação para lidar com um caso ou um trabalho que exija este conhecimento .a) O objetivo desta pesquisa é identificar os principais conhecimentos dos alunos sobre o Abuso Sexual Infantil. b) Caso você concorde em participar desta pesquisa, será solicitado que você preencha seus dados e responda aos dois questionários: O Instrumento de Abuso Sexual e o Exercício sobre o Abuso sexual, no primeiro dia do curso e no último dia, para avaliar seu conhecimento sobre o tema, com o intuito de contribuir na construção desta pesquisa. c) Para tanto o curso ocorrerá no campus Rebouças, da UFPR, a duração será de oito sessões, sendo uma por semana de duas horas cada, em uma sala de aula cedida pela Universidade. É importante ressaltar que curso será gratuito. Caso o isolamento social devido à pandemia covid-19 continue, o curso será feito na modalidade on-line. d) É possível que você experimente algum desconforto emocional, principalmente relacionado aos questionamentos e assuntos abordados como angústia, ansiedade, insatisfação, ou algum mal-estar. e) Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser relacionados ao tema do abuso sexual infantil. Ao longo do programa serão abordados temas relacionados à violência, às formas de abuso sexual infantil e a formas de como ajudar as crianças a se protegerem dos possíveis agressores. f) Os benefícios diretos esperados com essa pesquisa são dos alunos conhecerem e identificarem o que é o fenômeno do abuso sexual infantil, capacitando-os a reconhecerem os sinais dessa violência, onde ocorre e como lidar para proteger a criança ou adolescente. Como benefícios indiretos para a sociedade entende-se que quanto mais conhecimento sobre o fenômeno do ASI os profissionais que atuam com as crianças tiverem, mais conhecimento eles passarão adiante podendo até informar e orientar mais familiares e crianças no sentido de autoproteção, podendo quebrar um ciclo violência nos diferentes contextos, tanto a curto quanto a longo prazo. g) As pesquisadoras Gabriela Isabel Reyes Ormeño e Thaís da Costa de Paula, responsáveis por este estudo poderão ser localizadas no campus Rebouças da Universidade Federal do Paraná, na rua Rockefeller nº 11, localizada no Centro de Curitiba- PR, CEP 80.230.130, de segunda a sexta-feira das 09:00 às 17:00 horas, ou pelos telefones (41)3535-6255; ou ainda pelos emails: thai.costa.paula@gmail.com e gabyreyes2@gmail.com, para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo. Em caso de emergência você também pode contatar neste número a pesquisadora Thaís da Costa de Paula: 41)3535-6255 h) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido assinado. i) O material obtido (questionários) será utilizado unicamente para essa pesquisa e será descartado ao término do estudo no período de cinco anos. As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, como a professora Gabriela Isabel Reyes Ormeño sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade. j) Você terá a garantia de que quando os dados/resultados obtidos com este estudo forem publicados, não aparecerá seu nome. k) As despesas necessárias para a realização da pesquisa como impressão de questionários não são de sua responsabilidade e você não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação. Entretanto, caso seja necessário seu deslocamento até o local do estudo os pesquisadores asseguram o ressarcimento dos seus gastos com transporte (Item II.21, e item IV.3, sub-item g, Resol. 466/2012).l) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código. m) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde). Conforme decisão da Coordenação do CEP/SD de 13 de julho de 2020, o número do parecer deste TCLE é 4.618.379, bem como o número do CAAE é **42715021.6.0000.0102**.

Eu, li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim. Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

ASSINADO: _____ (Escreva seu nome na linha abaixo)

ANEXO 1– INSTRUMENTO 1

INDICADORES DE ABUSO SEXUAL

Nome: _____ Idade: _____ anos Sexo: _____

Instituição/ Função: _____

A lista abaixo contém diversos itens na forma de sinais e sintomas de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Alguns destes sinais podem ser observados em sala de aula, outros podem ser relatados pelo próprio sujeito, ou mesmo por familiares e professores. Alguns destes sinais são muito específicos, ou seja, são fortes indicativos de que o abuso possa ter ocorrido ou estar ocorrendo. Outros sinais são pouco específicos, ou seja, não indicam que o abuso sexual possa ter ocorrido ou estar ocorrendo. Atribua, a cada item, um valor entre 1 (um) e 5 (cinco), de forma que quanto maior o valor atribuído, mais indicativo de abuso sexual será o item. Por exemplo, caso você considere o item “comportamento sedutor” como um indicador muito forte de que o abuso sexual possa ter ocorrido ou estar ocorrendo, marque o número 5 (cinco) como segue:

00 Comportamento sedutor

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

Importante: marque apenas uma resposta em cada item!

01 Curiosidade sexual excessiva

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

02 Autoconceito negativo

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

03 Lavar as mãos compulsivamente

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

04 Tentativa e/ou comportamento suicida

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

05 Raiva e/ou hostilidade

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

06 Ansiedade

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

07 Masturbação excessiva ou pública

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

08 Repetir o que outras pessoas verbalizam

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

09 Sentimento de vergonha e/ou culpa

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

10	Baixa autoestima	1	2	3	4	5
11	Medos	1	2	3	4	5
12	Pesadelos e dificuldades para dormir	1	2	3	4	5
13	Ansiedade relacionada a temas sexuais	1	2	3	4	5
14	Tocar e/ou coçar seus genitais	1	2	3	4	5
15	Excitabilidade aumentada (hipervigilância ou dificuldade de concentração)	1	2	3	4	5
16	Falta de competência social com pares	1	2	3	4	5
17	Agressividade sexual	1	2	3	4	5
18	Colocar objetos no ânus ou vagina	1	2	3	4	5
19	Fuga de casa	1	2	3	4	5
20	Brincar com brinquedos do sexo oposto	1	2	3	4	5
21	Requisitar estimulação sexual de outras pessoas	1	2	3	4	5
22	Envolvimento em atos ilegais	1	2	3	4	5
23	Brinquedos e/ou jogos sexualizados	1	2	3	4	5
24	Conhecimento sexual inapropriado para a idade	1	2	3	4	5
25	Delinquência	1	2	3	4	5
26	Evitação a determinadas pessoas e lugares	1	2	3	4	5
27	Atraso ou ausência total do desenvolvimento da linguagem verbal	1	2	3	4	5
28	Agressão física	1	2	3	4	5
29	Exposição frequente dos genitais	1	2	3	4	5
30	Comportamento regressivo	1	2	3	4	5
31	Atos de autoagressão	1	2	3	4	5
32	Retraimento e/ou isolamento	1	2	3	4	5
33	Tiques motores múltiplos	1	2	3	4	5
34	Transtornos alimentares (anorexia e/ou bulimia)	1	2	3	4	5

35 Comportamento impulsivo e/ou hiperativo

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

FONTE: Instrumento elaborado por: Flores, R.Z.; Kristensen, C.H.; Toson, J.S.; Galarraga, V.G.; Lima, A. P.V.R.; Abreu, K.L.; Vieira, K.; Both, N.S.; Paladini, R. (2001)

ANEXO 2 – INSTRUMENTO 2

EXERCÍCIO SOBRE O ABUSO SEXUAL

1) Uma professora trabalha com uma classe há cerca de três meses, e o ano letivo está por volta do mês de maio. Uma aluna, neste período, passa a apresentar alguns comportamentos que não apresentava anteriormente. Antes ela era comunicativa, apresentava bom desempenho, realizava as tarefas, se relacionava bem com os colegas. Agora está retraída, isolou-se dos colegas, parece muito triste, quieta, não realiza as tarefas e suas notas estão mais baixas. A professora pergunta-lhe o que está acontecendo e ela não responde. Certo dia, em uma atividade proposta pela professora, a aluna apresentou comportamentos sexuais não adequados para a sua idade. A partir desta situação liste quais atitudes e procedimentos você adotaria?

Fonte:

BRINO, Rachel de Faria. **Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil: Avaliação de um programa de capacitação**. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial – UFSCar. Orientadora: Dra. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams, 2006.

ANEXO 3. INSTRUMENTO 3
(ELABORADO PELA PESQUISADORA)

Perguntas sobre aprendizado do Curso

Este questionário tem como objetivo avaliar o seu aprendizado durante o curso de capacitação de alunos de pedagogia e psicologia sobre o tema do Abuso Sexual Infantil

(AULA 2) Acerca do abuso sexual, assinale a opção correta:

Marcar apenas uma assertiva.

- Vem sempre acompanhado de violência física
- Não deixa marcas físicas
- Pode ser por toques, exposição a pornografia, com penetração ou não, dentre outras formas de praticar a violência.

AULA 3: Sobre o ambiente em que a violência ocorre, assinale a opção correta:

- Na grande maioria ocorre dentro do ambiente familiar
- Ocorre sempre em locais desconhecidos da criança e que ela raramente vai, como na rua, escola ou supermercado.
- Quem pratica o abuso sexual é sempre uma pessoa desconhecida da criança.

AULA 4: Sobre os procedimentos em caso de suspeita de Abuso Sexual Infantil, assinale a opção correta:

- A notificação não é obrigatória
- Toda pessoa pode denunciar a violência ocorrida, mesmo que não seja a vítima.
- A Lei não ampara a vítima de abuso sexual por se tratar de criança.

AULA 5: Sobre os sintomas que uma criança vítima de abuso sexual pode apresentar, assinale a opção correta:

- O abuso sexual não deixa marcas, nem física nem psicológica.
- Uma criança vítima de abuso sexual pode apresentar retraimento, comportamento sexualizado, humor deprimido, dentre outros.
- Qualquer pessoa percebe os sintomas quando alguém sofreu abuso sexual.

AULA 6: Sobre o perfil do agressor sexual, responda:

- O abusador tem cara de mal.
- O abusador é desconhecido da família, na grande maioria dos casos.
- Nem toda pessoa com o diagnóstico de pedofilia irá abusar sexualmente de uma criança.

AULA 7: Sobre o papel dos profissionais da educação, responda:

- O profissional que atua com crianças deve estar atento aos possíveis sinais de violência contra a criança.
- O profissional que atua com criança não tem que saber sobre formas de prevenção e proteção da criança.
- A escola não tem dever algum de proteger a criança em seus direitos.

ANEXO 4 –
QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO CURSO- INSTRUMENTO 4

Perguntas	Concordo totalmente	Concordo	Neutro	Discordo	Discordo totalmente
Os conceitos trabalhados foram suficientes, claro, atualizados e relevantes?					
As ideias principais foram retomadas, resumidas e esclarecidas quando necessário?					
Os exemplos utilizados foram ilustrativos e relevantes aos conceitos principais?					
O curso permitiu estabelecer a relação entre os conceitos e o cotidiano profissional, possibilitando aplicá-los?					
Houve sequência no desenvolvimento do assunto, facilitando o entendimento?					
Sua expectativa em relação ao curso foi satisfeita?					

Pergunta discursiva: Caso queira fazer sugestões, comentários, críticas, utilize o espaço abaixo:

ANEXO 5:
Estudo de Caso
A história de Cidinha: elaborado por Maria da Graça Saldanha Padilha

Menina (Cidinha) – mora com pai, mãe e dois irmãos que são 4 e 6 anos mais

Cena 1

A menina Cidinha tem 8 meses de idade. É levada ao posto de saúde pela mãe, que está obesa. A enfermeira, responsável pela puericultura, atende a criança, que chora sem parar.

ENFERMEIRA : Sua filha está magrinha...

MÃE : É que não tem comida em casa.

ENFERMEIRA : Mas a senhora parece não ter problemas com alimentação.

MÃE : Acho que a menina está doente, caiu da escada. Não tem médico aqui?

ENFERMEIRA : Tem médico sim e ele já vai conversar com a senhora. (Olhando a criança). Quando foi a última vez que a senhora trocou a roupa dela? Está meio suja e a roupa está apertada também.

MÃE : (Apenas olha para a enfermeira).

ENFERMEIRA : Pode entrar ali para falar com o médico.

Cena 2 O médico examina a menina Cidinha, que chora sem parar.

MÉDICO: Então, mãe, o que aconteceu com a sua filha?

MÃE : Quando a gente aperta o braço esquerdo dela, ela grita. Caiu da escada.

MÉDICO : Como? Caiu da escada?

MÃE : Acho que meu menino de 6 anos não cuidou direito dela.

MÉDICO : Ela tem uma luxação de ombro. Está com a boca seca também. Está desnutrida.

MÃE : (Apenas olha).

MÉDICO : Vou prescrever o tratamento. Tome mais cuidado com a alimentação e para ela não se machucar.

MÃE : (Apenas olha).

Cena 3

A menina Cidinha está com 2 anos. É levada ao posto de saúde pela mãe, ainda mais obesa. A enfermeira dirige-se ao médico, deixando Mãe e a filha fora do consultório.

ENFERMEIRA : Lembra-se daquela mãe que é obesa e de vez em quando aparece aqui com a filha?

MÉDICO : Sei...ENFERMEIRA : Está aí de novo. Cada vez mais gorda. E a criança me parece cada vez mais desnutrida. Além disso, ainda não anda, quase não fala, só grita, parece muito irritada e assustada.

MÉDICO : Já tentamos orientá-la tantas vezes... Já briguei com ela tantas vezes... O que faremos agora? Este não é nosso campo!!!

ENFERMEIRA : Não sei, realmente não sei o que fazer. E sabe o que mais? Acabei de descobrir que a menina não é filha dela. Parece que uma parente deu para ela criar.

MÉDICO : Mande-a entrar e depois chame alguém que possa fazer alguma coisa.

ENFERMEIRA : É, esse não é nosso campo... **Cena 4** Na creche, a atendente conversa com a outra atendente.

ATENDENTE 1 : Você viu que a Cidinha não pára de chorar hoje?

ATENDENTE 2 : É sempre assim...

ATENDENTE 1 : Mas parece que hoje está pior. ATENDENTE 2 : Sabe o que eu vi? Que ela chora quando faz cocô. Daí eu tirei a fralda dela para trocar e ela tinha umas

marcas perto do ânus. Como se chama mesmo?

ATENDENTE 1 : Hematomas.

ATENDENTE 2 : É isso. E tinha no pescoço e nas pernas também. ATENDENTE 1 : Ela é muito fraquinha. Vive caindo. A mãe dela falou que leva tombo quase todo dia.

ATENDENTE 2 : É, e acho que o cocô dela é muito duro. Deve ser por isso que dói.

ATENDENTE 1 : Acho melhor não falar nada para ninguém, porque daí vão achar que é a gente que não cuida direito. Além disso, vira e mexe a mãe leva ela no posto. Se tiver alguma coisa, eles vão ver, né?

ATENDENTE 2 : É, não é nosso campo...

Cena 5

A menina Cidinha está com 6 anos. Na escola, a professora chama a mãe da criança em particular para conversar. A professora procura manter-se calma. A mãe aparenta estar nervosa, irritada por ter sido chamada.

PROFESSORA : Sua filha veio para a escola ontem com a roupa suja, parece que tinha feito xixi na calça. As outras crianças ficaram rindo dela. Você viu que isto tinha acontecido? MÃE : Claro que eu vi. Eu fico dizendo para esta menina que ela tem que fazer as coisas direito, mas ela não me obedece. Fez xixi na calça só porque eu mandei ela calar a boca. Daí eu mandei ela mijada mesmo, só para aprender!

PROFESSORA : Mas desta forma você não está educando. Assim ela vai se sentir humilhada.

MÃE : Ela precisa aprender a me obedecer, que quando eu mando, é prá valer.

PROFESSORA : É importante encontrar outras formas de fazê-la obedecer você. MÃE : O que você quer que eu faça? Porque eu já fiz de tudo e nada funciona. Só na pancada.

PROFESSORA : Você tem batido nela?

MÃE : Chego em casa cansada de tanto trabalho e encontro esta criança chata, mal educada. Dá vontade de quebrar de pau. Os irmãos dela que não me incomodam. Saem prá rua e nem vejo que horas voltam. PROFESSORA : Mas você tem batido nela? MÃE : Eu não! O pai dela que de vez em quando desce o cacete. Isso quando o pai dela vem prá casa.

PROFESSORA : Na semana passada ela veio para a escola chorando e estava com um machucado na perna e outro nas costas. O que aconteceu? MÃE : Não me lembro. Acho que os irmãos pegaram ela. Bem, eu vou indo, que já está na minha hora. PROFESSORA : Mas eu gostaria de conversar mais um pouco com você. MÃE : Agora não posso.

Cena 6

Na escola a professora 1 (demonstrando preocupação) conversa com outra professora 2, que tinha sido professora de Cidinha no ano anterior (parece despreocupada). PROFESSORA 1 : Tenho estado muito preocupada com a Cidinha nos últimos dias. Ontem ela veio mijada para a escola e tenho observado alguns machucados nela com frequência. Além disso, ela está tão magrinha... Chamei a mãe dela hoje, para pedir explicações, mas ela parece lisa como um bage ensaboado.

PROFESSORA 2 : Ih! Nem se preocupe com isso. No ano passado acontecia igual.

PROFESSORA 1 : Mas isto nunca te preocupou? PROFESSORA 2 : Que nada! É só um daqueles casos de criança sem limite. Nada que uma boa bronca não resolva. E sempre foi magrinha. É a constituição dela.

PROFESSORA 1 : Mas eu chamei a mãe várias vezes para conversar com ela e só desta vez ela apareceu, depois que eu liguei para o serviço dela e deixei o recado com o patrão. PROFESSORA 2 : Não faça isso. Vai perder teu tempo, pois acho que esta mãe é negligente mesmo.

PROFESSORA 1 : Mas se ela é negligente e bate na filha, será que não devemos

fazer alguma coisa? PROFESSORA 2 : Isso eu não sei e também não é meu campo. Fale com a orientadora. Cena 7 Na escola, a professora 1 (demostrando bastante preocupação, quase desespero) procura a orientadora para expor o caso da menina Cidinha.

PROFESSORA 1 : Eu não sei o que fazer com a Cidinha! Ela está lá na sala chorando, com um pano enrolado na mão e não me deixa ver se está machucada. Disse que a mãe colocou a mão dela num formigueiro, de castigo porque ela quebrou um prato quando estava lavando louça! Estou muito preocupada, pois ela tem aparecido com alguns machucados e ontem ela veio mijada para a escola. Chamei a mãe várias vezes, mas só ontem ela apareceu.

ORIENTADORA : Você não devia ter chamado a mãe antes de falar comigo. Eu que devo fazer estas coisas. O que ela vai pensar de mim?

PROFESSORA 1 : Mas, e a Cidinha? O que faço com ela?

ORIENTADORA : Vou pedir à zeladora para acompanhá-la ao posto de saúde.

PROFESSORA 1 : Você vai conversar com o médico?

ORIENTADORA : Não, não é meu campo. E você também não vai, pois também não é o seu. Além disso, tenho que levar minha filha para ajustar o aparelho dos dentes.

PROFESSORA 1 : E se encaminharmos para a psicóloga?

ORIENTADORA : Vou fazer isto amanhã. Cena 8 No posto de saúde, a zeladora da escola (apática) observa a menina Cidinha ser atendida pelo médico. MÉDICO : (examinando a criança parcialmente despida) É, minha filha, parece que você tem se machucado bastante ultimamente. Parece ser uma criança muito ativa.

CIDINHA : (fica quieta olhando, ora para o médico, ora para o chão).

MÉDICO : Foi brincar no formigueiro? Você não sabia que picada de formiga dói?

CIDINHA : (começa a chorar).

MÉDICO : (dirigindo-se à zeladora) Onde está o responsável pela criança?

ZELADORA : Sei não senhor.

MÉDICO : Bem, já fiz os curativos e ela tem que trocá-los amanhã. Quem pode trazê-la? ZELADORA : Sei não senhor.

MÉDICO : Peça para algum responsável trazê-la e conversar com o pediatra, pois este não é meu campo. Agora leve-a para casa.

CIDINHA : (começa a chorar).

Cena 9

Na escola, a psicóloga conversa com a orientadora sobre o caso de Cidinha.

ORIENTADORA : Então, você fez a avaliação da Cidinha?

PSICÓLOGA : Fiz, na medida do possível, pois a mãe não compareceu em nenhuma das vezes que eu chamei. O que você sabe sobre ela?

ORIENTADORA : A professora dela suspeita de maus-tratos. Acho meio exagerado. A mãe é bem complicada, quase não fornece dados sobre a menina.

PSICÓLOGA : Nas observações que fiz da menina, chego à conclusão de que ela tem uma imaginação bem fértil... Típico da idade. Dá até para suspeitar de abuso sexual, em função do que ela refere.

ORIENTADORA : E você acha que pode estar ocorrendo?

PSICÓLOGA : Existe uma estatística que diz que apenas 6% das crianças que falam que sofrem abuso sexual estão mentindo. Acho que a Cidinha se encaixa nestes 6%.

ORIENTADORA : Por quê?

PSICÓLOGA : Devemos ser céticos em relação a material sexual incestuoso... Além do mais, esta criança parece ser estranhamente sedutora.

ORIENTADORA : Isto quer dizer que ela pode provocar? Pode ser culpada?

PSICÓLOGA : Não é bem isto, mas é mais ou menos isto. É muito complexo para

ser explicado em poucas palavras. O mundo do inconsciente é muito misterioso. A subjetividade é orientada por tantos meandros...

ORIENTADORA : O que devemos fazer?

PSICÓLOGA : Se não conseguir falar com os familiares, não posso fazer nada.

ORIENTADORA : E se chamarmos o SOS Criança ou o Conselho Tutelar?

PSICÓLOGA : Não sei, não é meu campo.

ORIENTADORA : Pois eu não sei se é o meu... Cena 10 No pronto socorro, levada pela mãe, chega Cidinha, inconsciente, com um fio de sangue escorrendo pelo nariz. O médico plantonista dirige-se à mãe, após ter atendido Cidinha. MÉDICO : O que aconteceu com esta criança? MÃE : Acho que caiu do telhado. MÉDICO : Mas ela tem machucados mais antigos pelo corpo e um curativo na mão.

MÃE : Fizeram lá na escola.

MÉDICO : Porque ela está com estes outros ferimentos?

MÃE : Ela é uma criança hiperativa, vive brincando de subir em árvore com os irmãos. Vive caindo. MÉDICO : Ela tem umas marcas nas coxas, entre as pernas...

MÃE : Nunca vi... Só sei que ela vive caindo.

MÉDICO : Só que desta vez os ferimentos são muito sérios. Ela vai ter que ficar internada. Vou chamar a assistente social para conversar com você. (Vira-se de costas para a mãe e telefona para chamar a assistente social. Enquanto isto, a mãe sai de cena)

ASSISTENTE SOCIAL : (dirigindo-se para o médico) Onde está a mãe da criança que caiu do telhado? Médico : (virando-se) Ué! Estava aqui ainda agora. Não vi quando saiu. ASSISTENTE SOCIAL : (examinando alguns papéis) Que estranho... Aqui diz que Cidinha caiu do telhado de sua casa, mas a família mora num apartamento... O que significaria isto? MÉDICO : Não sei, e também não é meu campo. Bem, vou trabalhar. Até logo. Cena 11 Em casa a mãe discute com o pai .

PAI : De onde você vem com tanta pressa?

MÃE : Do hospital. A Cidinha está toda arrebatada, depois que você bateu nela. PAI : Mas eu só dei uns tapas e joguei ela na parede. Ela não queria me obedecer.. Afinal, a menina serve para quê, se você, mulher, não quer saber de mim?

MÃE : Acho que você exagerou. (Pega uma bolsa)

PAI : Onde você vai?

MÃE : Não quero perder meu emprego. Vou na casa de uma amiga. Acho que você devia sair também. Depois a gente diz prá eles que a Cidinha é adotada mesmo e só dá problema. Eles vão entender porque que você bateu nela.

PAI : Eu não! É você que bate nela...

Cena 12

na escola, algumas professoras conversam.

PROFESSORA 2 : Você soube? As outras professoras estão meio chateadas.

PROFESSORA 3 : É, eu soube. Parece que a Cidinha morreu no hospital.

PROFESSORA 2 : O que será que fizeram com ela, para ter acontecido isto?

PROFESSORA 3 : Ouvei dizer que os pais batiam nela. Parece que o pessoal do hospital foi até a casa, mas não encontrou ninguém. Veio uma avó do interior para enterrar a menina.

PROFESSORA 2 : Coitadinha... Sempre tive muita pena daquela criança. Será que vão chamar a polícia?

PROFESSORA 3 : Não sei. Não é meu campo...

REFERÊNCIAS:

BRINO, Rachel de Faria. **Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil: Avaliação de um programa de capacitação**. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial – UFSCar. Orientadora: Dra. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams, 2006

ANEXO 6- ESTUDO DE CASO ADAPTADO

Uma professora trabalha com uma classe há cerca de 5 meses. Maria, 7 anos, passa a apresentar alguns comportamentos que não apresentava anteriormente. Antes ela era comunicativa, apresentava bom desempenho, realizava as tarefas, se relacionava bem com os colegas. Agora está retraída, isolou-se dos colegas, parece muito triste, quieta, não realiza as tarefas e as notas estão mais baixas. A professora pergunta-lhe o que está acontecendo e ela não responde. Certo dia, em uma atividade proposta pela professora, a aluna apresentou comportamentos sexuais não apropriados para a idade. A professora assustou-se e repreendeu a aluna, que chorou muito e isolou-se mais ainda das atividades e dos colegas. A professora tentou novamente conversar com a aluna questionando-lhe, pressionando para que contasse o que estava acontecendo e a garota não dizia nada. A professora chamou então a mãe para uma conversa sobre a criança. Explicou à mãe toda a situação. A mãe disse que não estava notando nada, que a filha estava normal e ficou muito nervosa quando a professora falou sobre pedir ajuda a alguém pois a criança apresentava comportamentos sexuais inadequados para a idade dela. A mãe disse a professora que ela não deveria se meter nestes assuntos de família, que se limitasse ao papel de professora, que mãe era ela. Nos dias que se seguiram, a aluna faltou à escola. A professora telefonou e não encontrou ninguém. Foi então a casa da garota e descobriu com um vizinho que a família havia se mudado para outra cidade. O vizinho então contou que o namorado da mãe abusava sexualmente da menina e da irmã mais velha e que todos os vizinhos sabiam, inclusive a mãe também e nunca ninguém tomou alguma atitude.

ATIVIDADE: Fazer uma análise crítica das ações/omissões das pessoas envolvidas e que poderiam ter ajudado a criança:

Retirado de: BRINO, Rachel de Faria. **Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil: Avaliação de um programa de capacitação**. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial – UFSCar. Orientadora: Dra. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams, 2006